

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Laís Campos Reis

**O *GENDERFRAMING* NA CONSTRUÇÃO NACIONAL DO JAPÃO DURANTE A  
OCUPAÇÃO ALIADA (1945-1952)**

BRASÍLIA

2018

**LAÍS CAMPOS REIS**

**O *Genderframing* na Construção Nacional do Japão durante a Ocupação Aliada (1945-1952)**

*Genderframing on Japan's Nation-Building during the Allied Occupation (1945-1952)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientadora: Prof. Dra. Vânia Isabel Carvalho Pinto

**Brasília**

**2018**  
**FICHA CATALOGRÁFICA**

REIS, Laís Campos

Título Completo: O *GENDERFRAMING* NA CONSTRUÇÃO NACIONAL DO JAPÃO DURANTE A OCUPAÇÃO ALIADA (1945-1952)/ Laís Campos Reis – Brasília, 2018. 112f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. Área de concentração: História das Relações Internacionais.

Orientadora: Dra. Vânia Isabel Carvalho Pinto

1. Japão; 2. Genderframing; 3. Ocupação Militar; 4. Construção Nacional; 5. Emancipação da Mulher; 6. Democratização.

Laís Campos Reis

**O *Genderframing* na Construção Nacional do Japão durante a Ocupação Aliada (1945-1952)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Aprovado em: 07/12/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dra. Vânia Isabel Carvalho Pinto  
Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Prof. Dra. Sônia Cristina Hamid  
Instituto Federal de Brasília  
Examinadora

---

Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos  
Universidade de Brasília  
Examinador

---

Prof. Dr. Niels Soendergaard  
Examinador Suplente

## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, quero agradecer aos meus pais, Gislaine e Cláudio, pelo apoio incondicional, pelas oportunidades e pelo amor e carinho com o qual que sempre me cercaram; vocês são as minhas inspirações de todo o dia. Ao meu irmão Artur, pelo companheirismo e amizade eternos. Aos meus avós (“sempre juntas!”), tios e primos, por sempre acreditarem em mim. E ao Jack, pelo alento emocional. As dificuldades, experiências e angústias desse ano que se passa se traduzem em aprendizado e os percalços são muito mais suportáveis ao lado de todos vocês.

À minha orientadora Vânia Carvalho Pinto, cuja infindável paciência, compreensão e conhecimento estiveram sempre presentes nesses dois anos; jamais conseguiria nortear e realizar esta pesquisa sem a sua ajuda. Ao meu orientador da monografia, Frederico Seixas, por abrir meu interesse pelo mundo da pesquisa acadêmica. Aos colegas de mestrado, em especial Humberto, por seu apoio e revisões. À Universidade de Brasília, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e à Universidade de Maryland, pelo auxílio e indicação de fontes primárias valiosas.

Aos meus queridos amigos do CEUB, Mauro, Mari e Rayssa, por estarem sempre ao meu lado, ouvirem meus desabafos, darem risadas junto comigo, me ajudarem em revisões, enxugarem minhas lágrimas e me darem forças para continuar nos momentos difíceis durante esse período. Agradeço diariamente por ter vocês na minha vida. Ao *sensei* Reinaldo e os demais colegas do *ninjutsu Bujinkan* do Templo Budista, por propiciarem a melhor válvula de escape semanal para meu corpo e mente. Não menos importante, ao meu amigo João Vitor, que esteve desde meus seis anos de idade presente em minha vida e com uma apostila xerocada me ensinou os básicos da língua e cultura japonesa nos intervalos do corrido ensino médio – sempre lembro que devia estar praticando mais! O tempo e os rumos da vida podem ter nos afastado fisicamente, mas a primeira grande amizade a gente nunca esquece. Fico muito feliz por você ter dado asas ao seu sonho e sempre torço por seu sucesso.

Sem essa rede de pessoas tão importantes para mim, sei que não chegaria tão longe nessa jornada.

*“All political action has moral significance”*

*J. Ann Tickner*

## RESUMO

No contexto da ocupação do Japão no pós-guerra, a emancipação da mulher japonesa fora um dos pontos centrais no discurso e na ação das forças de ocupação. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel construído pelo ator estratégico, as forças de ocupação, para a mulher japonesa durante o período da Ocupação do Japão (1945-1952), como forma de compreender os motivos subjacentes às estratégias para a incorporação desta agenda emancipatória no projeto de (re)construção nacional do Japão e seus efeitos na vida da mulher japonesa. Parte-se das hipóteses de que tais esforços eram entendidos como indissociáveis do processo de democratização do país e que serviriam para projetar uma imagem positiva das forças de ocupação, legitimando a narrativa de progresso civilizatório pretendido. Para tanto, é utilizada a perspectiva teórico-metodológica do *genderframing*, cujas dimensões e critérios auxiliam a elucidar os níveis de análise da ação estratégica do ator estratégico e de sua interação com a sociedade no tocante à promoção de direitos das mulheres. Este estudo histórico conclui que de fato a parcela feminina da população era compreendida como imprescindível para as aspirações de democratização da nação, e para tanto foram desenvolvidas estratégias específicas para esse grupo. Adicionalmente, observou-se um alto grau de continuidade de ideias e narrativas do período militar do Japão durante a ocupação. A hipótese de que a promoção da emancipação feminina era ponto central para a projeção de uma imagem positiva das forças de ocupação, por sua vez, já não se confirma por completo, visto que a legitimidade e credibilidade da ocupação se pautavam em outros aspectos.

**Palavras-chave:** Japão. Genderframing. Ocupação Militar. Construção Nacional. Emancipação da Mulher. Democratização.

## ABSTRACT

In the context of the postwar occupation of Japan, the emancipation of Japanese women was one of the main points and goals in the discourse and the action of the occupation forces. The purpose of this study is to analyze the role created for Japanese women by the strategic actor, the occupation forces, during the Occupation of Japan (1945-1952), as a way of understanding the motives that underlies the strategies for incorporating this emancipatory agenda into Japan's nation-(re)building processes and its effects on the lives of the Japanese women. In addition, the main hypotheses of this dissertation assume that such efforts were understood as inseparable from the process of Japan's democratization and that they would serve to project a positive image of the occupation forces, legitimizing the narrative of the intended civilizational progress. To that end, the theoretical-methodological perspective of genderframing is applied, whose dimensions and criteria help elucidate the levels of analysis of the actor's strategic action and its interaction with society regarding the promotion of women's rights. This historical study concludes that in fact the female portion of the population was understood as essential to the democratization aspirations and for that reason specific strategies were developed for this group. In addition, a considerable degree of continuity concerning ideas and narratives prevalent in Japan's military period could be observed during the occupation period. Nonetheless, the second hypothesis is not completely confirmed, since the legitimacy and the credibility of the Occupation were mostly derived from other aspects.

**Keywords:** Japan. Genderframing. Military Occupation. Nation-Building. Emancipation of Women. Democratization.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Relações hierárquicas	47
Figura 2: Elementos centrais do <i>genderframe</i> criado pelo SCAP	67

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - <i>Genderframing</i>	47
Tabela 2 – Variáveis favoráveis ao sucesso da construção nacional em ocupação militar	67
Tabela 3 – “Conquistando corações e mentes”: variáveis favoráveis ao sucesso	68

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BCOF	<i>British Commonwealth Occupation Force</i>
CIE	<i>Civil Information and Education Section</i>
EUA	Estados Unidos da América
GHQ	<i>General Headquarters</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
SCAP	<i>Supreme Commander for the Allied Powers</i>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 MARCO TEÓRICO, CONTEXTO HISTÓRICO E <i>GENDERFRAMING</i>	
DIAGNÓSTICO.....	19
1.1 Marco teórico.....	19
1.1.1 Construção nacional.....	19
1.1.2 Gênero, <i>frame</i> e <i>genderframe</i> .....	23
1.2 Contexto histórico.....	28
1.2.1 Abertura japonesa e Reforma Meiji.....	28
1.2.2 Japão Taishō (1912-1926).....	34
1.2.3 Japão Shōwa, “guerra total” e a derrota.....	35
1.2.4 <i>Genderframing</i> diagnóstico.....	38
2 <i>GENDERFRAMING</i> PROGNÓSTICO E MOTIVACIONAL.....	40
2.1 As Forças de Ocupação, a (re)construção da nação e diagnóstico geral.....	40
2.2 <i>Genderframing</i> prognóstico e dimensões raciais e civilizatórias.....	43
2.3 <i>Genderframing</i> motivacional.....	55
3 RESSONÂNCIA DO <i>GENDERFRAME</i> : CREDIBILIDADE E SALIÊNCIA.....	
3.1.1 Credibilidade: Consistência do <i>frame</i> .....	60
3.1.2 Credibilidade: Credibilidade empírica.....	61
3.1.3 Credibilidade: Credibilidade dos articuladores.....	63
3.2.1 Saliência: Centralidade.....	65
3.2.2 Saliência: Comensurabilidade empírica.....	67
3.2.3 Saliência: Fidelidade narrativa.....	82
4 GUERRA FRIA, REORIENTAÇÃO E ALTERAÇÕES ESTRATÉGICAS DE <i>GENDERFRAMING</i> .....	
4.1 Guerra Fria, política de contenção e o reforço da domesticidade.....	85
4.2 Efeitos da Guerra Fria na Ocupação do Japão: o “curso reverso”.....	87
4.3 Alterações estratégicas de <i>genderframing</i> .....	91
4.4 Balanços finais do projeto de construção nacional do Japão e das dimensões do <i>genderframe</i> .....	95
CONCLUSÃO.....	101
REFERÊNCIAS.....	103

## INTRODUÇÃO

Dentro das dinâmicas das relações internacionais, a nação sempre ocupara uma posição central como objeto de análise, especialmente no que tange suas interações com as demais, sejam em suas facetas cooperativas ou conflitivas. Igualmente relevantes são as ponderações sobre o surgimento da nação como tal: sua identidade, instituições e valores. Mas a nação não é elemento do estado natural: é ativamente construída e reforçada. Um projeto de construção nacional, além de seus aspectos identitários, pode abarcar a articulação entre a política externa, políticas de desenvolvimento e políticas militares para o propósito de prevenir ou gerenciar conflitos violentos, atingir a estabilidade local ou regional, e facilitar o desenvolvimento. Mas não é uma tarefa fácil e tampouco desprovida de problemas (HIPPLER, 2005, p. 3). Considerando o contexto de ocupações militares e os decorrentes processos de construção nacional empreendidos, dois casos se configuram na literatura especializada como sucessos frente a um amplo leque de tentativas fracassadas: a Alemanha e o Japão no pós-Segunda Guerra Mundial (BROWNLEE, 2007) (COMPEL, 2017) (EDELSTEIN, 2004) (ETZIONI, 2004) (KAWAI, 1951) (PAYNE, 2006) (PEI; CASPER, 2003).

Tradicionalmente, a Ocupação do Japão foi estudada e interpretada primariamente no contexto das relações externas dos EUA. Tanto para acadêmicos ortodoxos quanto para os revisionistas, esse foi um período em que os americanos, após derrotar uma nação inimiga, a desmilitarizaram e democratizaram para garantir a estabilidade e a paz na região do Pacífico, promovendo a reabilitação econômica do Japão para incorporá-lo em seu sistema da Guerra Fria (KIMURA, 2016, p. 23). Inicialmente carecendo de nuance, o campo de estudos sobre a Ocupação, no âmbito norte-americano, foi criado por indivíduos diretamente envolvidos no processo e por muitas décadas, a noção do sucesso inquestionado da empreitada e da total ruptura ideológica resultante no renascimento democrático do Japão prevaleceram nas análises e possuem ressonância até nos dias de hoje (HEIN, 2011, p. 583).

Ademais, as medidas de emancipação feminina promovidas pelas forças de ocupação, além de serem consideradas na literatura tradicional como fruto unicamente da iniciativa norte-americana, são salientadas como um dos principais saldos positivos e indicadores do sucesso da reconstrução nacional do arquipélago (GEDDES, 1977) (TAKENAKA, 1987). A exemplo disto, o general Douglas MacArthur, Comandante Supremo das Forças Aliadas e figura central da Ocupação, declarou que “dentre todas as reformas feitas pela Ocupação no Japão, nenhuma me deu mais alegria do que a mudança de status das mulheres” (MACARTHUR, 1964, p. 325, tradução nossa).

Contudo, será que as reformas representaram realmente essa ruptura total e radical na mudança de *status* das mulheres no país? A partir de 1960 e 1970, a escola revisionista dos estudos sobre a Ocupação tomou uma posição crítica em relação às políticas americanas para o Japão, ao mesmo tempo em que posicionou o pós-guerra nipônico em um contexto mais amplo de sua história moderna (KIMURA, 2016, p. 23). Passa também a se notar um grau muito maior de elementos de continuidade, da complexidade das relações de poder e de intersecção entre gênero e raça nas dinâmicas políticas durante a Ocupação, estendendo-se também uma maior crítica ao imperialismo estadunidense. Com efeito, muito do trabalho mais recente<sup>1</sup> tem seu enfoque nas interações pessoais entre americanos e japoneses durante a Ocupação, trazendo à tona a participação de atores não-estatais e as formas mutualmente constitutivas nas quais o processo se transcorreu (HEIN, 2011, p. 584).

Considerando que a Ocupação tinha objetivos expressos de emancipação feminina como forma de atingir sua meta mais ampla de democratização, desenvolvendo nesse processo políticas, estratégias e medidas específicas para essa parcela da população, *pouco se questionava ou se estudava sobre essa dimensão do período* dentro do campo de estudos da área<sup>2</sup>. A partir dos anos oitenta, inicia-se o estudo crítico da Ocupação a partir de perspectivas de gênero, sendo que a maior parte das investigações acadêmicas se concentrava no papel da prostituição, seguindo linhas de autoras como Cynthia Enloe e Katharine Moon, e na fraternização entre mulheres japonesas e soldados americanos (HEIN, 2011) (KOVNER, 2009) (MAEDA, 2001) (SANDERS, 2012). Sem desqualificar sua importância de maneira alguma, os estudos que adotam o gênero como objeto de análise no período da Ocupação são notoriamente escassos, ainda mais se comparado ao volume de estudos dedicados a outros aspectos e, em via de regra, se concentram em questões mais pontuais como a educação feminina e o trabalho, fora os demais temas supracitados. Logo, este trabalho visa contribuir para colmatar esta lacuna, sintetizando fontes primárias e secundárias sobre o assunto. Ressalta-se ainda a profunda escassez de estudos dentro dessa temática em língua portuguesa.

---

<sup>1</sup> Alguns exemplos de estudos em língua inglesa com enfoque nas relações interpessoais e interculturais durante a ocupação incluem os trabalhos de Hirano (1994), Kitamura (2010), McAndrew (2014) e Coates (2017) nas questões de cultura popular e produção artística; Kovner (2009), Maeda (2001) e Sanders (2012) nos tópicos de prostituição e fraternização; McLelland (2010) e Yoshimi e Buist (2003) sobre americanização cultural e liberalização sexual; Koikari (2008) e Yoneyama (2005) na crítica sobre relações imperialistas imbuídas nos projetos emancipatórios.

<sup>2</sup> Mesmo autores críticos mais recentes considerados como o estado-da-arte no campo de estudos sobre a ocupação, como Dower (1999) e Takamae (2002), não estendem seu enfoque crítico na questão das políticas de emancipação feminina. Importantes autores na área de estudos históricos do Japão, como Pyle (1995), Ebrey e Walthall (2013), Schirokauer e Lurie (2013) seguem de forma ainda mais próxima a visão tradicionalista acrítica das ações da Ocupação.

Mas qual a vantagem de se analisar esse período com enfoque nas mulheres japonesas? Primeiramente, as mulheres não são só alvos passivos de políticas ou vítimas de desenvolvimentos distorcidos; elas também moldam e produzem mudanças sociais (MOGHADAM, 1993, p. 11). Perguntar-nos onde estão as mulheres em determinado processo e quais os efeitos distintos de algo na vida delas é uma parte importante do questionamento feminista nas relações internacionais. Considerando que as lentes através das quais observamos o mundo são androcêntricas, priorizar as experiências e a realidade das mulheres pode permitir vislumbres mais complexos da realidade e da condução da política (ENLOE, 2014) (ZALEWSKI, 1998). Em segundo lugar, dois mitos são desvendados através do estudo e investigação de gênero: um é a crença de que as divisões e diferenças atribuídas por gênero são “inatas” ou “naturais” e, portanto, externas à esfera da análise política. O outro é o mito de que gênero não tem nenhuma relação com eventos e processos internacionais (ZALEWSKI, 1998, p. 342) – o que pode ser imediatamente questionado pela constatação que gênero ocupara uma posição expressa na agenda das forças de ocupação para a construção nacional e democratização do Japão.

Com efeito, a figura da mulher historicamente exerceu um papel central como um símbolo nacional ou cultural. Durante os períodos de transição na história de uma nação, as mulheres podem ser ligadas tanto à modernidade quanto à tradição. Ela pode ser enquadrada no contexto de projetos de modernização ou de movimentos morais e religiosos; retóricas e estratégias podem ser usadas para legitimar comportamentos ou atividades de mulheres ou mobilizá-las para determinado objetivo. Em tempos de consolidação de regimes e de construção nacional, questões de gênero, família e relações vêm à tona e o Estado se torna o gerenciador do gênero (MOGHADAM, 1993, p. 94).

Constatando-se a necessidade de ampliar pesquisas que abordem análises sistematizadas e compreensivas da questão de gênero no período da Ocupação e contando também com o intuito de contribuir para o campo de estudos sobre os processos de construção nacional, a presente pesquisa norteia-se no seguinte questionamento: *por quê e como* as forças de ocupação estadunidenses embarcaram em esforços para a expansão dos direitos das mulheres no processo de construção nacional do Japão? As duas hipóteses centrais, a serem averiguadas ao longo desta investigação, são:

- a) Os esforços de promoção da emancipação feminina no Japão eram entendidos pela Ocupação como parte indissociável do processo de democratização para a incorporação do Japão reformado na esfera capitalista-ocidental;

b) Enquadrar a mulher japonesa como objeto de libertação era importante para a projeção de uma imagem positiva da Ocupação e a expansão dos direitos políticos das mulheres, em particular, serviria para legitimar a narrativa de progresso civilizatório pretendido.

O alicerce central que sistematiza e direciona a averiguação de dados e fatos aqui aplicado é a perspectiva de *genderframing*. O *framing*, proposto inicialmente por Snow e Benford (2000), foi posteriormente aplicado ao contexto de construção nacional por Derichs (2005). Carvalho Pinto (2012), por sua vez, conecta o conceito de *framing* ao âmbito de gênero para averiguar o contexto da construção nacional e a promoção dos direitos das mulheres nos Emirados Árabes entre 1971 a 2009. O conceito e os critérios de *genderframing* permitem elucidar os níveis de análise da ação estratégica do ator estratégico, no presente caso as forças de ocupação, e de sua interação com a sociedade. Dessa forma, é possível compreender tanto o *como* quanto o *por quê* das estratégias adotadas por um ator para promover determinadas políticas de emancipação feminina. Outra vantagem em se orientar por este modelo teórico-metodológico no presente estudo é o fato de que os processos de construção nacional empreendidos, incluindo os projetos de emancipação da mulher, estavam ligados à produção e repaginação de ideias e significados para nortear a reforma da sociedade. O poder não se limita à sua faceta coercitiva e de dominação; ele pode ser expresso através de estratégias de persuasão e convencimento, conforme pôde ser observado no uso de tais estratégias para a construção nacional do Japão durante a ocupação. Como era necessária uma guinada ideológica rumo à democratização e desmilitarização da sociedade, as reformas materiais dividiam espaço para a igualmente importante reorientação ideológica da nação.

Dentro da perspectiva das políticas específicas a serem analisadas, Valentine Moghadam (1993) aponta seis dimensões de *status* da mulher que podem guiar investigações concretas sobre a posição feminina tanto dentro de suas sociedades quanto comparativamente entre sociedades. São eles: a expressão política, emprego/mobilidade, família, educação, saúde e controle sexual. Para fins desta pesquisa, os itens de saúde e controle sexual não serão abordados a fundo. Isso porque, no caso da saúde, as pautas expressas da Ocupação voltavam-se para a população geral e não especificamente para as mulheres, com a notável exceção da esfera da prostituição, que não é um dos enfoques da presente pesquisa. No caso de controle sexual, é inegável que este fora um ponto de forte controle estatal para fins nacionalistas, morais e militaristas no Japão durante as décadas que precederam a derrota e a ocupação. Ademais, esse era um tema constantemente debatido pela mídia e pela população mesmo durante a



ocupação, principalmente no âmbito de controle de natalidade e prostituição (GHQ/SCAP, 1946-1949). No entanto, no período analisado, não foram empreendidas mudanças ou estratégias por parte de nenhum dos atores quanto ao controle de natalidade, que tampouco figurava nas pautas de emancipação feminina das forças de ocupação. Futuras pesquisas são mais do que bem-vindas para ampliar o escopo de análises e produções acadêmicas sobre esses temas.

As fontes utilizadas neste estudo de caso com abordagem qualitativa consistem em principalmente livros, artigos e autobiografias, e também incluem documentos oficiais, relatórios, *clippings* e análises de publicações elaborados pelos órgãos americanos envolvidos no planejamento e execução da ocupação no Japão, como o SCAP, CIE e o Departamento de Estado dos EUA. Tais documentos primários estão disponíveis em repositório físico, em Washington, e digital, em *site* organizado pela parceria entre a Dieta do Japão e a Universidade de Maryland. Reconhecemos que existe a limitação linguística que impede o uso de fontes japonesas que não possuam traduções; foi feito o esforço consciente de incluir autores japoneses e nipo-descendentes cujas obras tenham sido publicadas ou traduzidas em inglês. Igualmente importante é notar que o uso de fontes primárias produzidas apenas pela força de ocupação limita a quantidade de perspectivas de análise, perspectivas estas que podem ser ampliadas por futuras pesquisas que incluam maior número de fontes primárias japonesas.

A estrutura desta pesquisa se divide em introdução, quatro capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, será exposto o marco teórico e principais conceitos a serem utilizados: o *frame*, o *genderframing* e seus critérios, a construção nacional e suas estratégias; o contexto histórico japonês relevante, abrangendo brevemente os pontos principais das mudanças empreendidas pelo Estado em relação ao *status* da mulher japonesa a partir da modernização nacional com a Restauração Meiji em 1868 até a derrota do país em 1945; e a tarefa de *genderframing* diagnóstico – a descrição e avaliação das condições identificadas como problemas a serem solucionados, ou seja, os pontos que as forças de ocupação percebiam como obstáculos para seus objetivos e que a partir dos quais seriam formuladas medidas específicas como meio de mitigar tais obstáculos.

No segundo capítulo, é feito um panorama geral da organização das forças de ocupação em solo japonês e seus objetivos principais. Empreende-se uma reflexão sobre as dimensões civilizatórias e raciais que sublinhavam os esforços, políticas e pensamento dos americanos membros do SCAP, visto que tais dimensões naturalmente afetavam a forma com a qual o *genderframe* fora concebido. As tarefas de *genderframing* prognóstico – as soluções concretas oferecidas para superar os obstáculos identificados – e de *genderframing* motivacional – a

criação de lógicas e incentivos para engajar a população-alvo nas medidas pretendidas – são demais os pontos de análise.

Posteriormente, no terceiro capítulo, o tema principal são os efeitos concretos das estratégias até então utilizadas, medidos através dos critérios de ressonância do *genderframe*. O primeiro critério de ressonância, a credibilidade, pode ser sintetizado no grau de confiança que a audiência possui em relação ao *frame* promovido. Ela é mensurada por meio das variáveis de consistência do *frame* (a congruência entre crenças, discurso e prática do articulador), de credibilidade empírica (congruência entre o discurso do articulador e a realidade), e de credibilidade dos articuladores (grau de confiança que possuem entre a audiência). O segundo critério da ressonância, por sua vez, é a saliência, que representa o grau de importância atribuído pela população ao *genderframe* de maneira geral. Ele pode ser avaliado pela centralidade (a relevância das medidas e questões articuladas segundo a visão da audiência), pela comensurabilidade empírica (a congruência entre as medidas e pontos articulados e o cotidiano da audiência), e pela fidelidade narrativa (a congruência entre o discurso e valores do *genderframe* e os mitos, narrativas e valores culturais da audiência). Para avaliar esses pontos serão utilizados dados estatísticos de engajamento e opiniões de japoneses quanto às medidas, além de relatórios de análises de publicações da mídia japonesa para mensurar a opinião, os debates e efeitos das medidas empreendidas.

Por fim, no quarto capítulo, será explanada a reorientação política no cenário da intensificação das tensões da Guerra Fria e o que isso representou para o *genderframe* criado. Nesse contexto, é abordada a ressurgência da domesticidade como reflexo do avanço das políticas de contenção do comunismo domesticamente nos EUA e como isso afetou sua política para a Ocupação; os efeitos do denominado “curso reverso” na ocupação do Japão e as eventuais estratégias de ajuste do *genderframe* em face ao novo panorama. Outrossim, será feito um balanço final do projeto de construção nacional e do *genderframing* empreendidos no Japão durante a ocupação.

## 1. MARCO TEÓRICO, CONTEXTO HISTÓRICO E *GENDERFRAMING* DIAGNÓSTICO

O presente capítulo abarca o debate sobre os principais conceitos que integram o marco teórico-metodológico, a narrativa do contexto histórico japonês nos períodos contemporâneos que antecederam a Ocupação e o *genderframing* diagnóstico na visão das autoridades da Ocupação. No âmbito do marco teórico, são explorados os conceitos de construção nacional e ocupação militar, fenômenos centrais que permeiam as dinâmicas investigadas. Na sequência, é realizado um breve levantamento sobre *framing*, seguido do detalhamento acerca do *genderframing*, principal perspectiva a ser aplicada na pesquisa, incluindo suas dimensões e seus critérios.

Dentro do tópico da contextualização histórica, é traçado um panorama geral com ênfase na rearticulação nacional a partir da Reforma Meiji (1868-1912), a modernização e guinada imperialista do país nos períodos seguintes até a derrota do país na Segunda Guerra Mundial, bem como a ressignificação do papel da mulher, elementos estes que possuem implicações posteriores e cuja compreensão é essencial para a pretendida análise de *genderframing* durante o recorte temporal estudado.

### 1.1 Marco Teórico

#### 1.1.1 Construção nacional

A conceptualização acadêmica original do conceito de construção nacional (*nation-building*) surge nos estudos de desenvolvimento pós-colonial e de modernização<sup>3</sup>, fruto da análise dos processos domésticos pelos quais os Estado-nações emergiam (BROWNLEE, 2007, p. 315). Originalmente ligado ao debate histórico da descolonização, ele tomou forma nesse período como uma estratégia ocidental para conter o comunismo e a União Soviética. Já na segunda metade dos anos noventa, o termo “construção nacional” adquire maior difusão e aceitação, integrando-se ao debate político e acadêmico. Sua conotação amplia-se também, podendo ser discutido em termos internacionais, seja como uma política preventiva para evitar o colapso estatal e a fragmentação social, como alternativa ao gerenciamento de conflitos militares, parte de intervenções militares, ou como elemento de políticas pós-conflito (HIPPLER, 2005, p. 3). Todos os processos de construção nacional envolvem a criação de

---

<sup>3</sup> Ou seja, a adaptação de sociedades ao modelo de nação-estado europeu (HIPPLER, 2005, p. 5).

novas estruturas sociais, políticas e mecanismos, que substituirão os anteriores. Por esse motivo, é necessariamente associada à redistribuição de poder (HIPPLER, 2005, p. 12).

Hippler distingue ainda dois âmbitos de utilizações mais comuns para o conceito de construção nacional. Em sua conceptualização enquanto *processo de desenvolvimento sociopolítico*, a atividade de construção nacional permite que comunidades inicialmente pouco conectadas criem uma sociedade em comum com um Estado-nação correspondente, em um processo decorrido geralmente a longo prazo. Já na construção nacional como *objetivo político ou estratégia para atingir determinados objetivos políticos*, os atores internos e/ou externos buscam criar ou fortalecer o sistema político e social constituído sob um Estado-nação nas áreas de serventia aos seus interesses. O objetivo principal, neste caso, é criar condições que atendam a seus propósitos de maneira mais eficiente do que o arranjo anterior, ou fortalecer o poder e enfraquecer os oponentes de um arranjo que já lhe tem serventia e que se encontrava ameaçado. Não obstante, a construção nacional pode ser uma estratégia de desenvolvimento ou uma estratégia imperialista (ou ainda uma combinação de ambos) a depender das circunstâncias políticas e dos atores envolvidos. (HIPPLER, 2005, p. 7)

Em sua faceta de empreendimento enquanto *processo de desenvolvimento sociopolítico*, existem três principais tarefas a serem cumpridas na construção de uma nação. Em primeiro lugar, é necessária a criação de uma ideologia integradora da nação (entendida em termos de união linguística, cultural, social e econômica de uma comunidade em um território), que deve ser forte o suficiente para convencer membros de subgrupos étnicos, tribais ou religiosos distintos e criar uma identidade em comum. Em segundo lugar, deve haver a criação de uma sociedade fisicamente integrada, o que inclui a criação de infraestruturas de transporte e comunicação, por exemplo, de modo a permitir a interação entre diferentes subgrupos sociais. Em terceiro e último lugar, é preciso que exista a construção de um Estado-nação enquanto entidade política funcional. Isso implica a criação de um aparato administrativo, legal, financeiro e coercitivo (HIPPLER, 2002).

Dentro da conceptualização de construção nacional como *objetivo ou estratégia política*, ela pode ser praticada por meio de um processo deliberado de democratização por intervenção estrangeira; em outras palavras, “o uso de força armada após um conflito para sustentar a transição para a democracia” (BROWNLEE, 2007, p. 315), ou ainda, os inter-relacionados processos de democratização, governança e reconstrução econômica (ETZIONI, 2004). Cabe aqui esclarecer os conceitos principais envolvidos. Ocupação, segundo Edelstein (2004), é definida como o controle temporário de um território por outro Estado, que não declara direito de controle soberano permanente sobre aquele território (diferindo, então, da

anexação ou colonização). As ocupações diferem entre si na extensão de suas ambições e podem ser divididas em dois tipos essenciais. As chamadas *ocupações de segurança* buscam prevenir o Estado ocupado se torne uma ameaça ao poder ocupante ou à estabilidade da região em que se insere. Todavia, a ocupação neste caso se abstém de empreender reformas do sistema político ou econômico do país ocupado. O segundo tipo, denominado de *ocupações compreensivas*, também buscam assegurar os interesses do poder ocupante e garantir a estabilidade regional a longo prazo, mas diferem das ocupações de segurança no sentido em que têm como objetivo a (re)construção nacional do país alvo, reformulando seus sistemas político e econômico. A ocupação americana do Japão se insere no segundo tipo. A construção nacional é de especial importância em um contexto de ocupação justamente porque reforça o objetivo primário de segurança, instaurando regimes que não ameacem os interesses da potência ocupante (EDELSTEIN, 2004).

Ademais, para se distinguir intervenções militares ordinárias das situações de ocupação que contam com esforços de construção nacional, em especial no contexto da ação estadunidense, Pei e Kasper (2003) aplicam três critérios. Em primeiro lugar, o efeito prático da ocupação, senão sua meta declarada, deve ser uma mudança de regime ou a manutenção de um regime que estaria em vias de ruir. Conforme mencionado, o objetivo primário de uma ocupação é a segurança, incluindo a segurança econômica, e subordinado a isto está o objetivo fundamental da construção nacional em contextos de ocupação: a troca ou manutenção de um regime que atenda aos interesses da nação ocupante. O envio de um grande número de tropas terrestres é o segundo critério, uma vez que esforços de construção nacional geralmente requerem o comprometimento contínuo de tropas terrestres, utilizadas para derrubar o regime alvo ou para manter o regime que o favorece e por vezes para realizar atividades administrativas locais. Em terceiro lugar, deve haver o uso de pessoal civil e militar americano para a administração política dos países alvo; neste processo, são também reestruturadas as instituições políticas principais incluindo a Constituição e leis básicas (PEI; KASPER, 2003, p. 1-2).

O resultante sucesso ou fracasso da construção nacional em uma ocupação depende de uma série de fatores. As características internas de uma nação são um elemento determinante: as sociedades que possuem uma identidade nacional relativamente forte, um alto grau de homogeneidade étnica e relativa equidade socioeconômica são mais propensas ao sucesso na construção nacional. Nessas sociedades com alto grau de coesão interna, as forças estrangeiras ocupantes mitigam seus riscos de se inserirem em um contexto de conflitos internos por poder ou de serem manipulados por grupos rivais em disputas (PEI; KASPER, 2003, p. 4). Igualmente

importante é a capacidade de Estado da nação-alvo, o que inclui uma organização eficiente e disciplina nas esferas militar, burocrática e judiciária. Uma capacidade estatal mais sólida na nação alvo alivia o peso do Estado interveniente de realizar tarefas gerenciais mais básicas<sup>4</sup>. Outro fator é a experiência prévia do país-alvo com uma forma de governo constitucional, caracterizado pela presença e aplicação de leis e imposição de determinados limites no poder do governo (PEI; KASPER, 2003, p. 5). O sucesso da construção nacional requer não somente o comprometimento político, como também vastos recursos econômicos, situação que se desdobra tanto na necessidade de altos investimentos da nação ocupante, quanto na necessidade de uma sociedade-alvo com alto grau de educação e desenvolvimento econômico anterior à intervenção, o que permite a promoção e a aplicação eficiente do auxílio econômico em suas reconstruções.

Além disto, um desafio fundamental de uma ocupação é convencer a população da nação ocupada a não resistir, o que garante o tempo necessário para que as autoridades responsáveis programem e implementem suas complexas tarefas. Esse desafio só é transposto se a ocupação for capaz de “conquistar os corações e mentes”<sup>5</sup> da população ocupada, ou seja, dar credibilidade à ocupação na visão da população. Tal empreendimento pode ser realizado tanto através do uso de estratégias coercitivas (prendendo cidadãos leais ao regime anterior) quanto de estratégias cooperativas (promessas de auxílio material). Uma estratégia de sucesso nesse sentido minimiza as chances de futura hostilidade ao fim da ocupação e, no caso de estratégias de cunho cooperativo, ajuda a potência ocupante a fomentar um governo estável, sustentável e garantir futuras alianças. (EDELSTEIN, 2004, p. 58).

Três fatores adicionais contribuem para o sucesso da conquista da simpatia e cooperação da população alvo. O primeiro é o grau da necessidade da população local na reconstrução após um conflito. Isto porque uma vitória militar que destruiu as instituições locais demonstra que o regime pré-ocupação não pode mais fornecer as necessidades básicas da população, o que por sua vez reduz o número de indivíduos leais ao regime anterior e pode convencê-los de que o futuro sob e após uma ocupação pode ser melhor que o amargo passado de guerra. Além disso, se o território ocupado fora destruído pela guerra, a população será mais propensa a aceitar a

---

<sup>4</sup> Os EUA dependeram primariamente da burocracia nativa no Japão para realizar as atividades de governo rotineiras, o que implicava em vantagens mas demandava uma profunda mudança de regime (PEI; KASPER, 2003, p. 5).

<sup>5</sup> Estabelecer leis e ordem, atender necessidades básicas e impedir o abuso da população ocupada são os passos iniciais necessários para adquirir a simpatia da população (EDELSTEIN, 2004, p. 58), ideia esta formulada inicialmente no Plano Marshall.

ocupação como um mal necessário, impulsionado pela necessidade de reconstrução (EDELSTEIN, 2004, p. 59-60).

O segundo fator é a percepção comum da presença de uma ameaça ao território ocupado, percepção esta que deve ser compartilhada por ocupante e ocupado. Poderes externos também tem maior probabilidade de sucesso se seus interesses geopolíticos coincidirem com das elites e do povo do país alvo. Quando um território ocupado enfrenta uma ameaça, a sua população é mais propensa a aceitar de prontidão a proteção oferecida pela potência ocupante. Essa potência, por sua vez, estará mais propensa a investir tempo e recursos defendendo um território ocupado que considera geopoliticamente relevante (EDELSTEIN, 2004). A convergência de interesses, ainda que se limite ao tema de segurança, é importante pois a aceitação popular de uma intervenção ou ocupação se torna insustentável se a população passa a enxergá-la como forma do poder externo avançar apenas seus próprios interesses e o das elites (PEI; KASPER, 2003, p. 6). O terceiro e último fator é a existência de garantias críveis quanto à restauração da soberania nacional. Isso pode ser demonstrado de quatro maneiras: estabelecendo uma data limite para a retirada das forças de ocupação, adotando um governo indireto (já que a incorporação de pessoal e burocracias locais aumenta a percepção de controle dos próprios futuros), retirar as tropas gradualmente e/ou tornar a ocupação multilateral (EDELSTEIN, 2004, p. 65).

O complexo processo de reformular uma nação, angariar credibilidade e engajamento da população local demanda dinamismo, flexibilidade e uma capacidade de se adaptar a constantes mudanças. A construção nacional é, logo, um empreendimento planejado e posto em prática ativamente pelo Estado, que busca produzir a nação e suas eventuais reformulações como algo atrativo, utilizando estratégias tais como a centralização do projeto de nação, sua correspondência com narrativas familiares e experiências conhecidas do público-alvo, e a sua associação às demais temáticas da agenda estatal (DERICHS, 2005). Resumindo, o ator responsável pela construção nacional deve enquadrar e apresentar de determinadas maneiras suas políticas e medidas para atingir os critérios de sucesso pretendidos. O supracitado entendimento proposto por Derichs acerca do planejamento ativo e estratégico do Estado é congruente com a teoria de *framing*, incluindo o *genderframing*, que será detalhado na seguinte sessão.

### **1.1.2 Gênero, *frame* e *genderframe***

Levando em consideração os anteriormente mencionados aspectos sobre a construção nacional, podemos fazer uma conexão com *genderframe* e *genderframing*, marco teórico

principal do presente trabalho. Essas noções derivam do conceito de *framing* (traduzido literalmente como “enquadramento”), que consiste, em suma, no processo sobre como um pequeno grupo de indivíduos é capaz de projetar suas convicções e crenças, convencendo um grande número de pessoas através de ações e medidas específicas (DERICHS, 2005, p. 43). Cria-se então o *frame* – um quadro interpretativo e cognitivo, conceito que permite uma rica aplicação<sup>6</sup> nas áreas de psicologia cognitiva, análise do discurso e linguística, comunicação e ciências políticas.

O efeito dos *frames* induz cognitivamente o indivíduo a filtrar as percepções de mundo de maneiras particulares. Os *frames*, molduras, servem como lentes focais que sensibilizam o público para determinados elementos e encorajam o suporte ao objetivo pretendido, influenciando também as atitudes populares (MINTZ; REDD, 2003, p. 195). Eles tornam mais notáveis alguns aspectos de nossa realidade, ou seja, a saliência desses determinados aspectos é ressaltada enquanto outros aspectos são omitidos. Candidatos, por exemplo, podem tentar mobilizar eleitores para suas políticas e pautas encorajando-os a pensar sobre elas conforme algumas perspectivas específicas. Isso pode ser feito destacando alguns aspectos dessa política, como seu relacionamento ou seu efeito em valores considerados importantes pelo público-alvo (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 106).

Sendo assim, o *frame* pode ser entendido como uma ideia central e organizadora para revestir de sentido os eventos relevantes e propostas de seu articulador. Os significados dos fatos são então imbuídos em um enquadramento ou narrativa que os organiza e lhes dá coerência (KUYPERS, 2010, p. 300). Esse processo constrói e sistematiza um ponto de vista particular, o que encoraja os fatos de determinada situação a serem entendidos de uma maneira particular. Por fim, a criação de *frames* demanda a definição de problemas, diagnóstico de causas, julgamentos morais e a articulação de soluções (KUYPERS, 2010).

Considerando que os *frames* são capazes de afetar as atitudes e comportamentos de suas audiências, cabe aqui realizar mais algumas observações adicionais a respeito de seus efeitos. Para uma ressonância efetiva de um *frame* em seu público alvo, os conceitos e considerações que o integram devem estar *disponíveis* na memória do público. Em termos práticos, se um indivíduo por exemplo não entende o conceito de democracia, esse conceito não estará disponível para consideração e o indivíduo não será afetado por um *frame* cujo objetivo é criar

---

<sup>6</sup> Benford e Snow (2000), em seu pioneiro estudo a respeito de movimentos sociais e ação coletiva, indicam que este conceito foi definido como um esquema interpretativo que permite aos indivíduos a rotulação, identificação e interpretação de ocorrências e eventos em suas vidas e no mundo de forma geral, atribuindo-lhes significados e servindo como um guia para a ação segundo uma perspectiva particular (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).



adesão a ideais envolvendo a democracia. Além do conceito estar disponível cognitivamente, ele deve ser *acessível*. Acessibilidade conceitual cognitiva é alcançada através, por exemplo, da exposição recente ou recorrente às considerações que compõem um *frame*, e as mesmas devem ser enfatizadas (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 110)

A aplicabilidade de certo *frame*, assim como a propensão de sua influência aumenta conforme as percepções de sua força ou relevância. Além disso, *frames* criados por fontes dotadas de *credibilidade* entre o público alvo são mais propensos a angariar adesão, assim como *frames* que evocam valores culturais sólidos e familiares. Uma típica estratégia política de *framing* é conectar dada proposta política a uma ideia positiva ou valor que é amplamente disponível cognitivamente e aceito pela população. Ele também pode funcionar de forma a fazer novas crenças estarem disponíveis na memória do público-alvo, tornar certas crenças já disponíveis mais acessíveis, ou ainda torná-las ainda mais fortes na concepção do público alvo (CHONG; DRUCKMAN, 2007).

Nesse sentido, Carvalho Pinto (2012) assimila o conceito e efeitos de *framing* sob a perspectiva da formulação e promoção de políticas para mulheres empreendidas por um ator político, aplicando-o no contexto de construção nacional de um Estado. *Genderframing*, logo, é um verbo que denota um processo dinâmico e interativo que ocorre entre o Estado e sua população público-alvo, com o objetivo de transformar e apresentar, de formas novas e simbólicas, os significados associados com políticas e medidas voltadas às mulheres. Já *genderframe* é o substantivo que se refere à estrutura criada pela atividade de *genderframing*. Ou seja, é um arcabouço interpretativo coletivo que fornece à população um conjunto de diretrizes para que avaliem e legitimem as novas políticas de gênero (CARVALHO PINTO, 2012, p. 8).

Considerando esses entendimentos propostos, serão aplicados na pesquisa os critérios de *genderframing*, contextualizando-os à realidade da construção nacional japonesa durante o período da Ocupação. São eles:

**Tabela 1: *Genderframing***

<b>Participantes</b>	<b>Dimensões de <i>genderframing</i></b>	<b>Critérios de <i>genderframing</i></b>
Ator estratégico (Forças de Ocupação)	a) Tarefas centrais de <i>genderframing</i>	Avaliação diagnóstica <i>Genderframing</i> diagnóstico <i>Genderframing</i> prognóstico <i>Genderframing</i> motivacional
Relacionamento entre o <i>genderframe</i> e a audiência-alvo (população japonesa em geral/mulheres japonesas)	b) Ressonância	Credibilidade: - Consistência do <i>frame</i> - Credibilidade empírica - Credibilidade dos articuladores
		Saliência: - Centralidade - Comensurabilidade empírica - Fidelidade narrativa
Ator estratégico (Forças de Ocupação)	c) Alterações estratégicas de <i>genderframing</i>	Amplificação Conexão Extensão Transformação

Fonte: Adaptado de Carvalho Pinto (2012, p. 12). Tradução nossa.

A primeira dimensão, que abrange as tarefas centrais do processo de *genderframing* empreendido por um agente, inclui: uma avaliação diagnóstica, voltada para um panorama mais geral sobre as necessidades do projeto de construção da nação; o *genderframing* diagnóstico para se avaliar especificamente a respeito da situação e do panorama das mulheres; seguido pelo *genderframing* prognóstico, que se refere à elaboração de estratégias para a solução dos problemas identificados, ou ainda, um “plano de ataque” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 616); e, por fim, o processo de *genderframing* motivacional, que é a criação de narrativas, de lógicas e de incentivos para a articulação das estratégias desenvolvidas (CARVALHO PINTO, 2012, p. 9). Assim como o processo de “vender a ideia de nação” como algo desejável e atrativo apresentado por Derichs na construção nacional, o mesmo deve ser feito no caso do *genderframing*, criando estratégias para apresentar as novas políticas para mulheres como desejáveis e atrativas para o engajamento do público-alvo.

Quanto à ressonância de estratégias e *genderframes* criados em relação à percepção do público-alvo, os critérios dividem-se em credibilidade e saliência. No espectro da credibilidade, deve-se analisar a consistência do *frame*; sua credibilidade empírica – se ele condiz com a visão de mundo e percepção da audiência; e a credibilidade dos articuladores do *frame* na visão popular. A credibilidade dos articuladores, conforme mencionado anteriormente, é de especial importância no caso aqui analisado, visto que por se tratar de uma ocupação militar, esse critério também se aplica à própria efetividade e sucesso de sua empreitada e do processo de construção nacional realizado. O critério da saliência, por sua vez, é vinculado ao significado atribuído ao *genderframe* pelo público-alvo. Ela se desdobra em: centralidade – a importância das questões e explicações oferecidas para a vida da audiência; comensurabilidade empírica, ou seja, se existe uma percebida congruência entre o *genderframe* oferecido e a vivência prática da audiência; e a fidelidade narrativa, que tem suas raízes na ressonância cultural do *genderframe* (CARVALHO PINTO, 2012, p. 10). Como postulado por Chong e Drukman (2007), a efetividade de um *frame* é particularmente pautada nesses critérios de ressonância.

A última dimensão, denominada alterações estratégicas de *genderframing*, engloba as eventuais alterações e ajustes no *genderframe* criado, apresentando quatro critérios. A amplificação é o ato de ressaltar determinadas crenças ou valores contidos em um *frame*. A conexão é a junção entre dois ou mais *frames* ideologicamente congruentes entre si, porém normalmente não conectados em nível estrutural. A extensão é a inclusão de elementos considerados de particular relevância nesse processo, ainda que originalmente não integrassem o *genderframe*. O último critério corresponde à transformação, traduzida na rearticulação de novos entendimentos e significados para substituir os anteriores em um *genderframe* (CARVALHO PINTO, 2012, p. 11).

Uma ampla literatura feminista examina a relação entre o Estado e a mulher, o impacto de conflitos para as mulheres e as políticas para a melhoria do grau de igualdade de gênero (CAPRIOLI; DOUGLASS, 2008), mas poucos colocam no centro a questão da formulação de políticas de gênero associadas ao processo de construção nacional. Com efeito, intervenções militares que abarcam tarefas de construção nacional não necessariamente implicam em benefícios para as mulheres, ainda que ocorra a democratização, e mesmo nos casos em que Estados instituem legislação para promover a igualdade, nem sempre elas possuem impacto considerável nos valores sociais deletérios às mulheres (CAPRIOLI; DOUGLASS, 2008, p. 49). Mas no presente caso, onde a promoção dos direitos das mulheres figurara como ponto discursivo e prático explícito e considerado importante pelas forças de ocupação, a conjunção entre os conceitos e critérios de construção nacional associados à aplicação de uma perspectiva

de *genderframing* possibilita uma análise e compreensão mais completa não só das estratégias de difusão e formulação das políticas de gênero, como também do grau de ressonância e efetividade entre a população e seus motivos de sucesso ou fracasso.

Por fim, segundo Scott (1986), é importante ressaltar que gênero envolve quatro dimensões inter-relacionadas, que determinam a compreensão simbólica de conceitos relacionados a “homem”, “mulher” e os “papéis de gênero” de dada sociedade em determinado período histórico. A primeira delas é a dimensão simbólica, que abarca símbolos culturais representativos de cada gênero em uma sociedade. A segunda, a normativa, permite a interpretação dos símbolos por meio de conceitos expressos em doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais e políticas. Em via de regra os conceitos normativos de gênero se expressam na forma da oposição binária e categorizam claramente o significado de homem/mulher, masculino/feminino, reprimindo e estigmatizando possibilidades alternativas. A dimensão institucional, por sua vez, inclui sistemas de parentesco/afinidade/casamento, a segregação e desigualdade de poder entre homens e mulheres no mercado de trabalho e economia, na política e na educação enquanto instituições formais. A última dimensão, a subjetiva, relaciona-se com o conceito de identidade de gênero no nível do sujeito, produto tanto de fatores psicanalíticos quanto de contextos culturais historicamente específicos (SCOTT, 1986). As primeiras três dimensões são de particular relevância para a análise pretendida e sublinham os entendimentos e comportamentos tanto da nação ocupante quanto da nação ocupada.

## **1.2 Contexto histórico**

Nesta sessão, será feito um breve apanhado histórico do processo de modernização nipônica com o advento da Reforma Meiji (1868-1912), do posterior período entre guerras denominado Taishō (1912-1926) e da militarização e preparação para a ‘guerra total’ do período Shōwa (1926-1989), culminando na derrota na Segunda Guerra Mundial. Em cada um destes períodos, procura-se destacar medidas e mudanças relacionadas à mulher japonesa, com especial ênfase às medidas formuladas pelo governo como parte de sua estratégia de modernização e mobilização de guerra. A apresentação contextual faz-se relevante pois situa a posição da mulher japonesa anteriormente à Ocupação, ao passo em que fornece o panorama para a própria elaboração de um *genderframe* diagnóstico por parte dos EUA.

### **1.2.1 Abertura japonesa e Reforma Meiji**

Quatro grandes ilhas principais e cerca de 3.900 ilhas menores compõem o arquipélago japonês. A renúncia do *shogun* em 1867, seguida por uma breve guerra civil causada pela discordância de grupos internos frente à nova situação iniciou uma nova Era japonesa. Em 1868, uma parcela da elite militar formaliza o Imperador na posição de governante e remove o poder e propriedades de aliados do antigo regime, dando início à Reforma Meiji<sup>7</sup> (JANSEN, 2002). Em suas primeiras duas décadas, o movimento *bunmei kaika* ('abertura para a civilização') integrava o projeto de modernização do país e sua estratégia de dissociação do estigma de "atrasado", consistindo, em suma, na assimilação de elementos culturais ocidentais como conhecimentos tecnológicos e acadêmicos, vestimentas, arquitetura, estruturas governamentais, dentre outros. Nesse processo, noções e debates sobre direitos das mulheres<sup>8</sup> - especialmente na questão sufragista, em consonância com o movimento feminista de primeira onda ocidental - passaram a ter ressonância em alguns setores da sociedade, principalmente entre acadêmicos de esquerda e críticos sociais (KIGUCHI, 2005).

A industrialização nesse período foi o enfoque principal do governo<sup>9</sup>, demandando investimentos massivos em infraestrutura, com ênfase na indústria têxtil, e foram criados poderosos conglomerados industriais e bancários denominados *zaibatsu* (NARAYAN, 2016). Uma ampla gama dessas reformas foi empreendida com o Ocidente em mente, já que elas eram entendidas pelos japoneses como necessárias para receber o respeito e a aceitação do Japão no sistema internacional como um país civilizado e moderno (ZARAKOL, 2010, p. 163). No campo da política, a reorganização estrutural e administrativa foi completa, seguindo moldes europeus. Altamente burocrático, o Estado japonês adotou um sistema parlamentar oligárquico, um código legislativo baseado no francês e uma constituição baseada no modelo germânico, que entra em vigor em 1890 (JANSEN, 2002). As bases constitucionais e burocráticas sólidas criadas nessa época permitiram, posteriormente, maior facilidade para a Ocupação governar o

---

<sup>7</sup> Com ela, inicia-se o processo de grandes alterações estruturais e ideológicas com a meta principal da modernização, fortemente associada agora ao parâmetro de civilização na mentalidade global. As antigas estruturas de classe<sup>7</sup> foram abolidas, permitindo enfim um maior grau de autonomia na mobilidade social, e o Estado se torna altamente centralizado, com a soberania absoluta nas mãos do Imperador, que também passa a deter a posse de todas as terras. Há a apropriação da religião Shinto pelo Estado, utilizando-se de seus mitos para atribuir ao Imperador uma ascendência divina e para legitimar o discurso de superioridade racial japonesa, formando as bases do nacionalismo religioso no país (FUKASE-INDERGAARD; INDERGAARD, 2008).

<sup>8</sup> Considerados parte da primeira onda feminista no Japão, os mais influentes e vocais defensores de direitos das mulheres na Era Meiji foram Fukuzawa Yukichi, Doi Koka, Ueki Emori e Mori Arinori. Dentre as mulheres integrantes do Movimento pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, destacam-se Nakajima Toshiko e Fukuda Hideki (KIGUCHI, 2005).

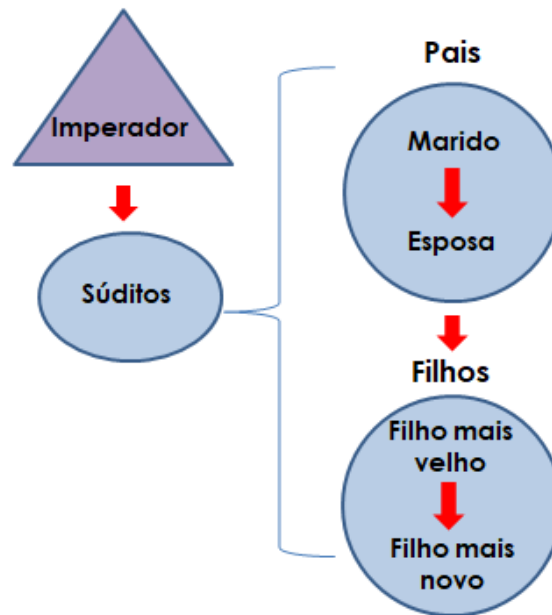
<sup>9</sup> Zarakol (2010) ressalta que como na concepção das elites japonesas a igualdade cultural com o ocidente parecia meta muito distante, visto que haviam internalizado os parâmetros normativos e seu estigma, um modelo de dominância econômica era considerado uma meta muito mais tangível (p. 163-164).

país por meio das estruturas já existentes (DOWER, 2003). A Reforma Meiji, por seu escopo de reestruturação e de mudanças de identidade e percepções do Japão também implicou em uma série de mudanças culturais.

Cultura, no sentido aqui empregado, abrange experiências simbólicas, mitos e práticas rituais de uma dada sociedade, onde exercem uma função instrumental. Essa função instrumental inclui, por exemplo, maneiras de interpretar o mundo e os acontecimentos, parâmetros de ação e de relacionamento circunscritos em determinados contextos e ambientes (SWIDLER, 1986, p. 284). Adicionalmente, a esfera da cultura, segundo Klein (2013), oferece um espaço privilegiado onde significados politicamente salientes podem ser construídos e questionados, onde categorias sociais podem ser definidas e delimitadas, e onde valores compartilhados podem ser reafirmados e contestados. Logo, a cultura e produtos culturais exercem uma função hegemônica no sentido em que legitimam dada distribuição de poder, tanto dentro quanto fora dos limites de uma nação. A educação e a participação da população-alvo exercem um papel crucial nesse processo; esses processos geram novas lealdades e afiliações, contribuindo para assegurar e consolidar as novas alianças políticas e sociais (KLEIN, 2013, p. 7).

Ademais, um importante elemento cultural presente desde antes do Período Edo e que fora instrumental no processo de construção nacional da Reforma Meiji é a formalização estatal de noções confucionistas, em que questões de lealdade, honra à linhagem e a agência de modo a preservar a harmonia social ocupam posições-chave (FREINER, 2012). A relação entre a estrutura familiar e a estrutura como um todo do Estado muitas vezes possuem semelhanças, em uma situação onde a esfera pública e a privada se definem mutuamente e a hierarquia na família reflete e reforça a hierarquia na sociedade como um todo (HIGGINS; FINK, 2008, p. 385) – isso é especialmente evidente no caso japonês. Segundo os princípios confucionistas sob a ótica da interpretação nipônica, todas as relações são organizadas de maneira hierárquica, sendo a família a unidade mais básica e o Estado uma extensão desta unidade e as relações entre líder-súdito consideradas análogas à relação pai-filho (HENDRY, 2003). A influência patriarcal do chefe de família sobre os demais membros do lar, dessa forma, espelhava e ao mesmo tempo complementava o controle patriarcal do Imperador sobre seus sujeitos nacionais (TERAZAWA, 2003). Demonstra-se a organização no seguinte esquema, sendo as setas vermelhas indicativas de hierarquia, com o dominante posicionado acima do dominado:

**Figura 1: Relações hierárquicas**



Fonte: autoria própria baseada em Freiner (2012).

Ainda que a presença do confucionismo estivesse em certo grau difundida na sociedade japonesa nas eras anteriores à Meiji, essa doutrina era intrinsecamente ligada à educação formal e sua ênfase era muito maior na classe samurai, que possuía acesso à instrução. Era característico das famílias samurais e de senhores de domínios no Período Edo que a estrutura familiar estivesse regida de maneira rigorosamente hierarquizada – estrutura denominada *ie*<sup>10</sup>, marcada pela subordinação feminina ao homem e sua circunscrição unicamente na esfera do lar. Essa hierarquia era até então menos acentuada nas demais classes, bem como a agência feminina era mais ampla, especialmente em regiões rurais (YABUTA, 2000), onde era comum inclusive a existência de famílias organizadas de forma matrilinear (FREINER, 2012, p. 29). No contexto Meiji, fica clara a disseminação no âmbito nacional da construção social pautada em todos os níveis nos laços de lealdade diretos com o Imperador (MCLAREN, 2014).

Os burocratas responsáveis pela formulação de estratégias de modernização estavam sob uma dupla influência: por um lado, considerando que integravam uma das classes militares antes da reformulação do Estado japonês, tinham fortemente internalizadas as diretrizes normativas confucionistas, bases de sua educação. Por outro lado, a valorização do

<sup>10</sup> *Ie* (家), cujo ideograma significa “casa/família/lar/linhagem”, é a unidade familiar organizada hierarquicamente de maneira patrilinear, consolidada no Período Edo na classe samurai, abrangendo o homem chefe, sua esposa e filhos, pais e avós, bem como seus ancestrais. As relações entre gerações eram regidas pelos princípios confucionistas de lealdade, benevolência e dever, com grande ênfase na responsabilidade dos membros da família na continuidade honrosa do *ie* e nos cuidados com os membros mais velhos (HENDRY, 2003).

conhecimento ocidental “civilizado” e a jornada rumo à modernização implicavam um grau de assimilação de novas ideias até então exógenas. Essa amálgama resultou em uma estratégia de construção nacional onde a da população era vista como um pilar chave (TSURUMI, 2000).

Sendo assim, o Estado firma uma política para as mulheres baseada em dois pressupostos: de que a família era um fundamento estrutural e essencial da nação como um todo e que o gerenciamento do lar estava cada vez mais voltado unicamente para o papel feminino. Essa nova ideologia estatal baseada em gênero gradualmente substituiu a diferenciação de mulheres por classe e as homogeneizavam. As virtudes da classe samurai tomadas como o padrão implicavam não só nas virtudes e obediências confucionistas, mas também na obrigatoriedade da educação formal. A produtividade era também fortemente associada à esfera de deveres femininos na época (NOLTE; HASTINGS, 1991, p. 171).

Higgins e Fink (2008) ressaltam que uma forma de ilustrar a relação entre a regulação familiar e a estrutura de poder em um Estado é examinando o contexto onde a manipulação de estruturas familiares através de leis dos direitos de família é feita para deliberadamente assegurar determinados objetivos políticos (HIGGINS; FINK, 2008, p. 390). Além disso, destacam que a relação entre hierarquia familiar e uma hierarquia social mais ampla é especialmente importante para se considerar em casos de construção nacional (HIGGINS; FINK, 2008, p. 394), como ocorria no momento da modernização da Era Meiji. Não obstante, a regulação do Estado sobre a família é aparente, por exemplo, em contextos onde o poder do homem sobre a mulher é autorizado pelas leis de matrimônio ou de propriedade, derivando também de normas sociais ou legais de privacidade de família que limitam a intervenção na esfera privada (HIGGINS; FINK, 2008, p. 387).

Isso fica claro na formalização legal no Código Civil do sistema familiar *ie*, exigindo-se registro dos lares junto ao governo e atribuindo à mulher a família como dever crucial, subordinada ao marido e sem direito à propriedade e ao divórcio (FREINER, 2012, p. 51). Complementarmente, em 1890, como forma de cristalizar a posição feminina unicamente no âmbito doméstico, criminaliza-se a organização política de mulheres, definida de forma ampla e passível de multas e cadeia (TSURUMI, 2000). Nesse período, ganha força o slogan oficial *ryosai kenbo* (良妻賢母 – literalmente “boa esposa, sábia mãe”) (NARAYAN, 2016), que passa a reger inclusive o sistema educacional feminino<sup>11</sup> – as mudanças curriculares implicaram uma ênfase nas tarefas práticas domésticas, deixando de lado o currículo anterior de cunho

---

<sup>11</sup> Em 1885 foi enfatizado claramente pelo Ministro da Educação Saionji Kinmochi e em 1899 pelo Ministro Kabayama Sukenori que a meta da educação feminina, sobretudo no ensino secundário, era produzir boas mães e esposas (TSURUMI, 2000, p. 20).



acadêmico (KIGUCHI, 2005) (KOYAMA, 1961). Para as mulheres de classes mais baixas, vindas principalmente do campo, o enfoque dos esforços estatais sequer incluía a educação além da primária: enfatizando o autossacrifício<sup>12</sup> e a lealdade ao Imperador, o governo cooptara por meio de ações e propaganda uma imensa massa de trabalhadoras para suas principais indústrias têxteis<sup>13</sup> e para os bordéis (NARAYAN, 2016). Mesmo que não recebessem o devido acesso à educação formal, as mulheres das classes desfavorecidas ainda estavam sujeitas à rigorosa instrução de moral confucionista em seus lares, através de suas mães (SAITO, 2006).

Complementarmente, o Estado também passa a regular o papel reprodutivo feminino, criminalizando o aborto em 1869 valendo-se de justificativas religiosas confucionistas, nacionalistas e raciais. O registro oficial de parteiras e sua formação em cursos de medicina ocidental se tornam obrigatórios e elas adquirem a função de agentes diretas na fiscalização reprodutiva das mulheres e na disseminação de novas práticas de saúde e higiene promovidas pelo Estado. Nesse contexto, apesar da promoção da saúde feminina ter tido consequências positivas, ela só era valorizada em sua esfera de maternidade, como forma de gerar meninos saudáveis, indispensáveis aos olhos dos governantes para os objetivos nacionais de fortalecer o exército e enriquecer economia (TERAZAWA, 2003).

Adentrando na temática da educação, em 1872 é instituído um sistema educacional nacional com o objetivo de atingir a rápida alfabetização de toda a população (estimativas indicam que a taxa de alfabetização adulta antes da Reforma Meiji era de 35% dos homens e 8% das mulheres) e de transmitir os novos arca-bouços ideológicos da nação (TAIRA, 1971). A educação fundamental torna-se compulsória por seis anos para ambos os sexos, todavia, havia clara disparidade em desfavor das mulheres, tanto em termos da qualidade e conteúdo da educação oferecida, quanto ao próprio acesso e permanência nas escolas. O treinamento moral confucionista era destaque nos livros-texto da educação feminina, refletindo até mesmo na linguagem as fortemente delineadas esferas de gênero almejadas pelo Estado (SAITO, 2006). Concomitantemente, para a elite política e intelectual, e período Meiji se caracterizou por um intenso estudo da academia anglo-saxã e formação de indivíduos no exterior, principalmente na Europa (JANSEN, 2002).

---

<sup>12</sup> O autossacrifício feminino era um artifício comumente aplicado em narrativas nacionalistas nos mais diversos contextos, povos e momentos históricos. Enloe ressalta que para muitos nacionalistas, a noção de uma nação em seu auge é de uma comunidade em que as mulheres sacrificavam seus desejos pelo bem da coletividade liderada pelos homens (ENLOE, 2014, p. 122).

<sup>13</sup> Já em 1913, as duas principais indústrias japonesas (seda e algodão) empregavam quase o dobro de mulheres em relação aos homens, em péssimas condições de trabalho e salários risíveis (KOYAMA, 1961).

Apesar da rígida estrutura dos papéis de gênero promulgados pelo Estado e da visão de mulheres como “cidadãs de segunda classe” pela sociedade, surge a partir de 1910 a primeira onda feminista, advogando principalmente direitos políticos e ao mesmo tempo a valorização da esfera doméstica e a proteção de mulheres e crianças. Este movimento estava longe de ser homogêneo: havia notável disparidade entre as associações<sup>14</sup>, desde suas ideologias base até metas práticas. Cabe ressaltar que a Reforma Meiji em seus anos finais abarcou um período de forte ativismo social na forma de protestos trabalhistas e civis e debates políticos, motivados em parte pela crescente popularização do pensamento de esquerda e socialista entre intelectuais, políticos e escritores que tiveram contato com a academia ocidental. Grupos de mulheres surgiram em peso, alguns deles liderados por mulheres de elite que tiveram oportunidade de estudar na Europa e retornaram com influências de intelectuais feministas desses países (DALES, 2009).

### 1.2.2 Japão Taishō (1912-1926)

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o Japão passara a vivenciar os efeitos positivos de sua reestruturação econômica. Somado a isso, o país lucrara consideravelmente nos tempos de guerra no comércio com países Aliados e no acesso a mercados de algodão e seda. A prosperidade facilitou o desenvolvimento de uma sociedade de massa e o acesso da população geral à educação, à literatura e ao lazer foi promovido pela crescente concentração populacional em centros urbanos que efervesciam culturalmente (ALLEN, 1958).

Politicamente, o período Taishō é notavelmente distinto tanto do anterior quanto do posterior. Houve um considerável grau de realocação na estrutura de poder estatal, ampliando a autonomia e a influência de membros eleitos da Dieta<sup>15</sup> e reduzindo o poder do conselho oligárquico dominante na Era Meiji. O nascente sistema bipartidário se fortalece, abrindo espaço para a criação de vários novos partidos, inclusive partidos socialistas e comunistas. No âmbito de organização civil, os cidadãos passam a se articular cada vez mais em associações políticas, sindicais e sociais. Novas associações de mulheres foram criadas, e protestos e marchas se tornam ferramentas de reivindicação frequentemente aplicadas. Com efeito, o

---

<sup>14</sup> Dales (2009) destaca como proeminente na primeira onda feminista japonesa a Shin Fujin Kyokai (Nova Associação de Mulheres), considerada o primeiro grupo feminino político. Devido à proibição da participação feminina na esfera política, associações como a Shin Fujin Kyokai utilizavam-se do jornalismo e de publicações voltadas para mulheres para levar a público seus debates.

<sup>15</sup> Dieta é o termo utilizado para denominar o parlamento japonês.

professor Yoshino Sakuzo cria em 1916 a expressão “democracia Taishō” para descrever o liberalismo vivenciado na época (GORDON, 1992).

Em 1922, a proibição da associação política feminina vigente na Era Meiji fora suspensa, abrindo espaço para uma maior e mais significativa articulação feminista no país. O movimento sufragista masculino ganha forças e em 1925 eles conquistam o direito de votar independente da renda, o que impulsiona vários grupos feministas a pressionar a demanda pelo sufrágio universal (ALLEN, 1958). Outra mudança significativa para as mulheres no período foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, alavancada pela crescente demanda de mão-de-obra. Mesmo diante dessa maior abertura, a renovada participação feminina nos âmbitos de trabalho e articulação política contrastavam com a ideologia de padrões de gênero criada na Era Meiji e sustentada oficialmente. Conforme Faison (2007) destaca, “*At a time when industrial labor was regarded as potentially the most volatile of Japan’s ‘social problems’, female labor in particular threatened to undermine a newly imagined national moral order based on the family system*” (FAISON, 2007, p. 1).

Todavia, em 1925 ganham influência no governo figuras conservadoras e linha-dura, que de imediato promulgam a chamada Lei de Preservação da Segurança Pública. A lei foi responsável por coibir manifestações sociais e trabalhistas aplicando pena de prisão por dez anos ou até pena de morte, além de perseguir e proibir a associação a partidos socialistas e comunistas. Ademais, reforça-se o poder da Tokkō, força policial especializada em censura, vigilância e supressão de qualquer atividade que se encaixasse na ampla categoria de “pensamentos perigosos” que pudessem ser compreendidos como ameaça à ordem social pretendida e ao governo (GORDON, 1992). Para as mulheres, isso implicava novamente na proibição de sua articulação política e no reforço das restrições sociais e estatais à participação feminina na esfera pública de maneira geral. Tem início então a crescente onda de repressão e militarização que caracterizam as décadas seguintes, revertendo por completo a tendência liberal e democrática que havia surgido.

### **1.2.3 Japão Shōwa, ‘guerra total’ e a derrota**

O início da Era Shōwa, marcada pela ascensão do Imperador Hirohito ao trono em 1926, já encontrara atribulações econômicas com os efeitos da Grande Depressão de 1929. Além disso, os estouros de uma bolha econômica, somado às barreiras comerciais impostas pelo ocidente e aos danos materiais causados pelo imenso terremoto de Kanto deixaram o país extremamente instável economicamente. Essa vulnerabilidade abre espaço para a massiva

ascensão militar aos cargos de poder no governo, tendência que se consolida fortemente na década de 30. Assim, ganha espaço no debate público e no pensamento de influentes membros da elite o *Nihonshugi*, que pode ser sintetizado como uma forma de nacionalismo agressivo e radical com ênfases na tradição (ASKEW, 2004). No início do século XX, contexto em que o Japão já jogava plenamente o jogo das grandes potências<sup>16</sup>, suas relações com os poderes do ocidente se agravaram, culminando na saída nipônica da Liga das Nações e no seu isolamento internacional, notoriamente sem aliados. Derivada tanto do ultranacionalismo militar em voga quanto deste distanciamento de membros e de instituições de origem ocidental, a ideia do Pan-asiatismo ganha forças como resposta direta à estigmatização do Japão pelo ocidente (ZARAKOL, 2010), sendo posteriormente utilizada como legitimação para suas empreitadas imperialistas.

Sob o princípio de “Ásia para os asiáticos”, com o Imperador do Japão liderando a região, essa ideologia implicava uma retórica de um dever paternalista de “salvador” por parte do Japão para com os demais países asiáticos, promovendo uma resistência regional ao avanço do imperialismo europeu e estadunidense e cortando a influência dessas potências na Ásia. A ideia também pressupunha uma suposta superioridade racial japonesa, justificada no discurso tanto em termos da exaltação de características positivas inerentemente “japonesas”, quanto em termos do sucesso da modernização nacional, que o colocava em um patamar de “civilizado” em direta comparação com os demais (SAALER, 2002). O Pan-asiatismo transcende para o nível de política externa oficial do governo nesse período, com o advento do slogan da Esfera de Co-prosperidade da Grande Ásia Oriental (大東亞共榮圈<sup>17</sup>) como legitimação para o expansionismo colonial que vinha acontecendo desde os anos finais da Era Meiji (SAALER, 2002). Já em 1931 ocorre o Incidente da Manchúria, que marca o início da expansão colonial japonesa na China continental e desemboca na Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1937.

Nesse contexto altamente belicoso e nacionalista, o Estado totalitário japonês se mobilizou para os conflitos armados, em especial nos anos da Segunda Guerra Mundial. A indústria, por exemplo, foi completamente reordenada para dar apoio aos esforços de guerra. Uma dimensão de suma importância para os fins da “guerra total”<sup>18</sup> era a completa mobilização civil, e amplos investimentos foram feitos pelo governo nesse sentido. A devoção ao Imperador

<sup>16</sup> Além de ter se industrializado e militarizado com sucesso, o país havia sido vitorioso em uma guerra contra a Rússia e a China, tendo também assimilado o comportamento neocolonialista das grandes potências e anexado Taiwan (1895), Kwantung (1905) e a Coreia (1910) (JANSEN, 2002).

<sup>17</sup> Com os ideogramas de 大 (grande), 東亞 (leste asiático) 共 (juntos), 榮 (prosperidade/riqueza) e 圈 (esfera/círculo). Consulta do léxico: <<http://http://jisho.org>>. Acesso em: out. 2017.

<sup>18</sup> A chamada *Kokka sōdōin hō* (Lei Nacional de Mobilização) foi instaurada em 1938 (DOWER, 1999).

e o ultranacionalismo eram reforçados em todos os níveis, tendo grande ênfase no sistema educacional<sup>19</sup>, na mídia (estritamente controlada pela polícia ideológica Tokkō) e na propaganda oficial (BEASLEY, 1990).

O nacionalismo, mais do que muitas outras ideologias, tem uma visão que inclui as mulheres, pois nenhuma nação pode sobreviver a não ser que sua cultura seja transmitida e seus filhos sejam gerados e educados, atividades essas consideradas essenciais pelos nacionalistas (ENLOE, 2014, p. 119). Em outras palavras, mulheres, em especial a figura da mãe, figuram de maneira central na ideologia e retórica nacionalista e étnica. As tradições culturais ou religiosas associadas com a família, em especial os papéis de gênero que lhe dizem respeito, se tornam então fontes para a identidade nacional (HIGGINS; FINK, 2008).

Nesse sentido, os efeitos de gênero do nacionalismo foram extremamente evidentes no caso da mulher japonesa, alvo de propagandas e políticas nacionalistas diretas do Estado. Por um lado, a necessidade urgente de mão-de-obra na indústria da guerra permitiu que mulheres ocupassem trabalhos vagos por homens que até então seriam impensáveis (motoristas, operadoras de máquinas, dentre outros). Para incentivar a adesão feminina, o slogan *Yamato nadesiko* (filhas da nação) ganha destaque<sup>20</sup> e a *Taisei yokusan kai* (Associação para Assistência ao Comando Imperial) fora criada para sistematizar sob o controle do governo associações civis de diferentes temáticas, incluindo associações femininas criadas ou cooptadas pelo Estado<sup>21</sup> (DALES, 2009).

Apesar da abertura de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho pela falta de mão-de-obra masculina, o ideal da maternidade ainda era o mais exaltado no discurso oficial e os princípios normativos confucionistas tradicionais ainda eram considerados o padrão feminino almejado. A classe média era vista como um bastião de estabilidade social em uma era de constantes mudanças e conturbações, e a consequente inserção de mulheres de classe média na força de trabalho por necessidade maior era fonte de preocupações na visão do governo e de diversos níveis da sociedade, criando ansiedades a respeito do futuro da vida familiar e integridade do lar (NAGY, 1991, p. 200). Como resposta direta à percebida “contradição” entre o trabalho assalariado e a “feminilidade”, gerentes e donos de fábricas

---

<sup>19</sup> Incluindo aqui a revisão de livros-texto, introdução de rituais nacionalistas no cotidiano escolar e a transformação das aulas de História em aulas de “ética e moral”, que enfatizavam o dever do súdito frente ao Imperador e à nação.

<sup>20</sup> O slogan abarcava tanto o ‘dever feminino’ de servir o país em seu papel de mãe e esposa (abrindo mão de seus parentes homens para a guerra) quanto o dever de contribuir economicamente para os esforços nacionais.

<sup>21</sup> Segundo Enloe, “milhares de mulheres encontraram em movimentos nacionalistas o espaço para a participação política, ampliando sua identidade para além da esfera familiar” (ENLOE, 2014, P. 87). Isto foi verdade neste caso da cooptação de grupos feministas pelo Estado (MACKIE, 2003).

passam a trabalhar diretamente em conjunto com o Estado. Foram então implementados nas fábricas programas educacionais e culturais que reforçavam o papel tradicional feminino de mãe e esposa, submissa à autoridade patriarcal, juntamente com a abolição do trabalho noturno para mulheres e crianças em 1929. Os chamados *Shuyodan*, associações mandatórias para todas as funcionárias, também reforçam os ideais de docilidade e obediência ao Estado e à família, controlando-as fora de seu expediente (FAISON, 2007).

Com a aproximação do fim da Segunda Guerra Mundial, a situação interna do Japão era sombria. A falta de suprimentos e a inflação eram generalizadas, em parte por conta de a guerra ter se estendido muito além da capacidade e dos recursos nacionais, e os bombardeios incendiários em grandes centros urbanos tornavam o cenário cada vez mais caótico. Após o bombardeio atômico em Hiroshima e Nagasaki, o Império do Japão apresenta sua rendição formal em 14 de agosto de 1945, abrindo espaço para a Ocupação Aliada que duraria de 1945 até 1952 (BEASLEY, 1990).

#### **1.2.4 *Genderframing* diagnóstico**

Os detalhes das condições materiais do Japão após a rendição e as explicações acerca do funcionamento das Forças de Ocupação americanas no país serão elucidados a partir do seguinte capítulo. Não obstante, a partir do histórico levantado sobre as mudanças vivenciadas pelo Japão nas décadas anteriores, podemos traçar brevemente o *genderframing* diagnóstico que sublinhou as motivações e elaborações de políticas de gênero das autoridades da Ocupação. Na percepção estadunidense, cabe ressaltar, fortemente pautada em significados racialmente carregados, o Japão se configurava como uma nação com características essencialmente “feudais” e “atrasadas”, que explicariam não só seu militarismo exacerbado, como também a desigualdade de gênero no país (YONEYAMA, 2005).

Logo, a missão de construção nacional da Ocupação buscava não só reformular o Japão como um elemento que não ameaçasse a segurança regional e dos EUA, mas como um país moldado pela democracia americana e os ideais que a circundavam - incluindo aqui a visão de gênero americana, imbuída em um processo de “modernização” e “civilização”. A narrativa de resgate da mulher japonesa de seu contexto de subjogação patriarcal perpassa genuinamente o pensamento e discurso das autoridades americanas incumbidas de ocupar o país, de parte dos políticos de Washington e da mídia norte-americana, atribuindo à ocupação do Japão características de “missão humanitária” (KOIKARI, 1999). Os direitos das mulheres, na visão

estadunidense, eram também indissociavelmente enquadrados como fator da democracia, ideologia principal a ser promovida durante a ocupação.

Dessa forma, os principais pontos de ação identificados pela Ocupação como alvos de formulações de mudanças no âmbito de políticas de gênero foram:

1-) a *participação política feminina*: essencialmente o sufrágio feminino, nos EUA ratificado em uma emenda constitucional em 1920. Era considerada a mais imediata e importante dentre as metas de gênero da Ocupação e imprescindível etapa da democratização nacional como um todo (SCAP, 1949);

2-) a *abolição de costumes feudais*, costumes esses definidos pelo SCAP de maneira muito abrangente e que incluíam o nacionalismo, militarismo, traços do sistema familiar, dentre outros;

3-) e a *educação feminina*, em que consideravam especificamente contraproducente a educação separada entre os sexos. As reformas da educação feminina estavam inclusas no pacote de reformas educacionais mais amplos, vitais no entendimento da Ocupação para acabar com o ensino ultranacionalista e militarista e para ser um meio de difundir os ideais democráticos e correlatos pretendidos.

Em menor medida, a Ocupação também diagnosticou algumas políticas em relação ao trabalho feminino. No entanto, eram no geral medidas menos radicais e meramente regulatórias<sup>22</sup>, e não configuravam como pauta tão importante como as três demais. Isso ocorrera por dois motivos principais. Em primeiro lugar, não constava dentre as metas iniciais da Ocupação o envolvimento extensivo com a reforma econômica<sup>23</sup>, deixando essa tarefa majoritariamente a cargo apenas dos japoneses, numa decisão que tinha como objetivo ser um dos aspectos punitivos frente à rendição nipônica (DOWER, 1999). Em segundo lugar, e talvez ainda mais importante, segundo as próprias concepções de gênero americanas da época, a esfera trabalhista não estava fortemente associada aos papéis de gênero ligados à mulher. Na verdade, havia maior ênfase nos ideais relacionados à domesticidade feminina, conectando cognitivamente essa esfera familiar ao modelo de democracia americana (MAY, 2008). Logo, as percepções e incentivos para elaborações de estratégias relacionadas ao trabalho feminino tinham grau notavelmente inferior às outras pautas.

---

<sup>22</sup> Serão detalhadas no capítulo 2, e as alterações no comportamento feminino no âmbito trabalhista ao longo da Ocupação, no capítulo 3.

<sup>23</sup> Apesar disso, a situação se altera a partir do chamado “curso reverso” e a Ocupação passa a se envolver diretamente na economia do país. O “curso reverso” e suas implicações são tema do capítulo 4.

## 2. GENDERFRAMING PROGNÓSTICO E MOTIVACIONAL

No capítulo anterior, foram apresentadas as bases teóricas que perpassam a presente análise, assim como um sumário do contexto histórico do Japão e o *genderframing* diagnóstico identificados como pontos de ação em quatro principais áreas de políticas para mulheres: direitos políticos, de família, de educação e trabalhistas. Neste capítulo, inicia-se a investigação do complexo período histórico e político que é a Ocupação. Serão analisadas suas principais características, com destaque para os seus objetivos no país e a lógica que sublinhava suas motivações. A complexidade das relações de poder durante a Ocupação também será abordada, incluindo as dimensões raciais e civilizatórias da missão empreendida. Por fim, será explorada a atividade de *genderframing* prognóstico – plano de ação para solucionar os problemas identificados durante o *genderframing* diagnóstico, circunscrito dentro das quatro supracitadas áreas de políticas para mulheres, e o *genderframing* motivacional, que consiste nas narrativas e nos incentivos criados para adesão às novas medidas e perspectivas pretendidos.

### 2.1 As Forças de Ocupação, a (re)construção da nação e diagnóstico geral

Dados acerca das dimensões dos efeitos da guerra no Japão carecem de precisão (DOWER, 1999). No âmbito civil e material do país, estima-se que milhões tenham morrido, se ferido e/ou adoecido. Sessenta e seis das maiores cidades foram amplamente bombardeadas, resultando em no mínimo nove milhões de desabrigados. O país, já engajado nos esforços de guerra desde 1931 e com recursos exauridos pelo prolongamento de sua participação nos combates, exibiu uma população esgotada em todos os sentidos<sup>24</sup> quando chegou o momento da rendição em 14 de agosto de 1945 (BEASLEY, 1990). A fome era o problema mais difundido e grave – a imensa maioria das pessoas sofria de desnutrição. Isto, somado à desestabilização econômica e hiperinflação, levava ao surgimento de um movimentado mercado negro de alimentos no arquipélago e o aumento na taxa de crimes<sup>25</sup> (DOWER, 1999, p. 90).

É neste panorama em que tem início o período da Ocupação no Japão, focada em *democratizar* e *desmilitarizar* o derrotado. O presidente americano Harry Truman aponta em 29 de agosto de 1945 o general Douglas MacArthur como Comandante Supremo das Forças

<sup>24</sup> *Kyodatsu* foi o termo cunhado na época para denominar o estado de completa exaustão física, mental e espiritual, uma desmoralização profunda frente aos esforços contínuos de guerra (DOWER, 1999, p. 89).

<sup>25</sup> A criminalidade associada à escassez de alimentos aumentara desde 1944. Nesse ano em Osaka, por exemplo, crimes envolvendo alimentos representaram 46% do total dos crimes econômicos. O roubo de vegetais ainda nas plantações tornara-se também comum a ponto de a polícia criar uma nova categoria de crime que abarcasse tais ações (DOWER, 1999, p. 90).



Aliadas (*Supreme Commander for the Allied Powers* – SCAP, no original), termo este que passa também a denominar o próprio aparato das Forças de Ocupação e as centenas de civis e de militares empregados nessa tarefa. Cabe ressaltar que apesar do termo ‘Forças Aliadas’, na prática a tarefa concentrou-se quase que exclusivamente nas mãos dos Estados Unidos, com o suporte da BCOF - *British Commonwealth Occupation Force* em tarefas mais ligadas à fiscalização e desmantelamento da indústria bélica nipônica (PYLE, 1995). Ademais, o SCAP possuía um notório grau de autonomia até mesmo em relação ao Washington no tocante à formulação de políticas e estruturação do país ocupado. A figura de MacArthur, que se dedicara de maneira quase messiânica à missão, era dotada de tamanha centralidade e capacidade decisória que, na visão japonesa, tinha paralelos diretos com a própria figura do Imperador (DOWER, 1999, p. 229).

Complementarmente, a equipe que integrava o SCAP era encarregada de formular e direcionar as mudanças planejadas e nela havia fortes influências de três grupos que desafiavam o ceticismo de boa parte dos americanos (e uma parcela da elite política e intelectual japonesa) quanto à instauração de um regime verdadeiramente democrático no até então totalitário Japão. O primeiro grupo, os liberais do New Deal, advogava o princípio da universalidade da democracia, minimizando o impacto de obstáculos culturais à aceitação desse ideal (BEASLEY, 1990). Alguns intelectuais de esquerda, em especial de publicações como a *Far Eastern Survey* e *Pacific Affairs* também tiveram notória influência na mentalidade e composição do SCAP, chamando a atenção para o potencial democrático e liberal presente nas classes trabalhadoras japonesas e nas organizações populares. Por fim, estudiosos sobre a China também exerceram uma parcela de pressão, sobretudo na denúncia das elites políticas japonesas, das *zaibatsu* e do sistema econômico japonês no geral como raízes fundamentais do militarismo e expansionismo (DOWER, 1999).

No documento denominado “*Initial Postsurrender Policy*”, aprovado por Truman em 6 de setembro de 1945, os principais objetivos da Ocupação foram definidos em dois prognósticos centrais. Em primeiro lugar, a Ocupação devia garantir que o Japão não se tornasse novamente uma ameaça aos Estados Unidos ou à paz e à segurança do mundo. Em segundo lugar, deveria se estabelecer eventualmente um governo pacífico e responsável, que respeitasse os demais países e apoiasse os princípios e ideais dos EUA e da ONU. Ligado ao segundo ponto, o documento expunha ainda a necessidade de desmantelar a estrutura de governo autoritária até então presente, legitimando este curso de ação sob a lógica de que reformas radicais permitiriam a criação de uma sociedade onde a ‘vontade do povo’ prevalecesse e eliminasse o percebido “ímpeto para a guerra”. Pretendia-se, logo, realizar uma completa “revolução vertical” e a

Ocupação traçara claramente como objetivos essenciais, a fim de remover o que enxergavam como raízes beligerantes do país, a reformulação política, social, cultural e econômica, transformando o próprio modo de pensar da população durante esse processo (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946) (DOWER, 1999, p. 76). Isto implicava em uma ativa promoção de ideais americanos e democráticos na mídia e na educação, assim como a censura de elementos considerados “subversivos” (incluindo nesta categoria críticas à Ocupação e aos Aliados), nacionalistas ou militaristas.

A explícita necessidade enxergada pela Ocupação de modificar as bases ideológicas e psicológicas da população reflete a faceta de *framing* presente nos processos de construção nacional. Conforme debatido no capítulo anterior, a construção nacional demanda, além de desdobramentos materiais, a criação e manipulação de ideologias, narrativas e associações familiares com a experiência do público-alvo e capazes de convencê-los a aderir e aceitar as mudanças (DERICHS, 2005) (CARVALHO PINTO, 2012). Dower, ainda, destaca:

“When the Japanese ransacked their national history for precedents pertinent to their ‘new’ circumstances – for the roots of native democracy, examples of principled resistance to militarism, or indigenous formulations of repentance and atonement – the examples they came up with were naturally specific to their past.” (DOWER, 1999, p. 30).

Considerando que os vitoriosos não possuíam proximidade cultural e tampouco linguística com a sociedade derrotada, juntamente com a ideia de que as mudanças teriam mais ressonância e enraizamento se fossem levadas à cabo pelos próprios japoneses (MACARTHUR, 1964, p. 315) a opção tomada fora de governar de forma indireta, através de órgãos e da burocracia do governo nativo<sup>26</sup>. Por motivos ideológicos, MacArthur determinou a continuidade da presença e título do Imperador Hirohito, publicamente anunciando-o como o líder simbólico da nova democracia. A decisão foi tomada a despeito dos protestos pela abdicação do trono ou pela completa abolição da figura imperial, demandas de uma parcela da elite política e dos intelectuais de esquerda do Japão (DOWER, 1999, p. 27) (MACARTHUR, 1964). A medida também foi alvo de ferozes críticas por parte Conselho Aliado para o Japão, órgão responsável por aconselhar o SCAP e composto por representantes das nações Aliadas vitoriosas. Na prática, as discordâncias e opiniões do Conselho surtiam pouco ou virtualmente nenhum efeito na condução e nas estratégias da Ocupação no Japão (SCAP, 1945) (DOWER,

---

<sup>26</sup>Segundo o *Initial Postsurrender Policy*: “A política [para a ocupação] é utilizar as formas existentes de governo no Japão, não apoiá-las. Devem ser permitidas e incentivadas as mudanças de forma no governo iniciadas pelo povo japonês ou pelo próprio governo rumo à modificação de suas tendências feudais e autoritárias”. (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946, p. 10-11, tradução nossa).

1999) (JANSEN, 2002) e MacArthur, pessoalmente, era veemente em sua percepção de que a manutenção da figura do imperador enquanto figura simbólica era essencial para a mentalidade japonesa e para a continuidade da ocupação sem incidentes de revolta<sup>27</sup> (MACARTHUR, 1964, p. 310). O sistema de governo do país formalizou-se como uma monarquia constitucional democrática a partir da Constituição em vigor de 1947, sendo a Dieta o órgão parlamentar legislativo de maior poder dentro da divisão (MACKIE, 2003 p. 124). Para mitigar as responsabilidades de guerra do Imperador, a responsabilização total pela derrota e pelo comportamento agressivo e nacionalista do Japão no período de guerra fora atribuída às elites militares (DOWER, 1999) (HEIN, 2011) (PYLE, 1995).

Importante notar que a realidade das relações de poder se traduziam de maneira mais complexa na prática do que uma mera imposição de políticas e diretrizes, como era declarado pelo próprio discurso oficial do SCAP que caracterizava a ocupação como uma “revolução vertical”. O poder operava de maneira multidirecional e fluida, de maneira em que os sujeitos japoneses não eram apenas espectadores passivos das mudanças, mas participantes diretos dos processos e capazes de colaborar com, negociar e até manipular as tentativas americanas de reestruturação nacional (KOIKARI, 1999, p. 316). A complexidade desse ambiente traduz-se também em uma notável ironia: para promover a democracia e a “libertação” do povo japonês, a Ocupação utilizara os antidemocráticos recursos de censura e perseguição de indivíduos considerados ideologicamente perigosos para a ordem (BEAUCHAMP, 1987, p. 303).

## **2.2 Genderframing Prognóstico e dimensões raciais e civilizatórias**

Praticada há séculos nos EUA e reforçada a partir da década de 20, a comparação da mulher americana moderna, pautada na classe média e alta branca, era realizada frente aos habitantes dos locais e situações considerados exóticos, pontos racialmente carregados onde as mulheres “primitivas” e “inerentemente inferiores” eram degradadas e submissas à cultura patriarcal e opressora estrangeira. Por mais que as feministas e uma parcela de intelectuais da época demonstrassem mais simpatia e boas intenções se comparado, por exemplo, ao expresso preconceito racial da imprensa e políticos da época, havia por trás disso toda uma pressuposta

---

<sup>27</sup> Este pensamento é evidente em declarações como: “*I believed that if the Emperor were indicted, and perhaps hanged, as a war criminal, military government would have to be instituted throughout all Japan and guerrilla warfare would probably break out*” (MACARTHUR, 1964, p. 309) e “*He played a major role in the spiritual regeneration of Japan, and his loyal co-operation and influence had much to do with the success of the occupation*” (MACARTHUR, 1964, p. 310).

carga racial condescendente e a certeza da “inquestionável superioridade ocidental” (BOISSEAU, 2004, p. 145).

Essa tendência civilizatória e “racializada”, sublinhando as intenções ainda que benignas, permeava a missão de MacArthur e seu pessoal do SCAP, convencidos de sua habilidade de transpor ideais americanos para o Japão e civilizar seus sujeitos. Meio século de governança americana nas Filipinas havia demonstrado a capacidade americana, em seus olhos, de “civilizar uma raça exótica e inferior” construindo as bases para a “democracia”. Nesse cenário, a mulher japonesa emerge como figura de central importância, candidatas perfeitas para a narrativa de resgate e emancipação de sua cultura “inerentemente patriarcal”.

Dessa forma, raça e cultura tiveram papel central na reconstrução nacional do Japão por meio de intervenção militar, diferenciando do caso da Alemanha pós-guerra, por exemplo. O Japão, ao contrário da Alemanha, representava o Outro exótico, não-ocidental e não-cristão. As características bélicas e negativas da Alemanha no período da guerra eram atribuídas unicamente ao nazismo, uma “anomalia” em uma sociedade Ocidental “madura” e “civilizada”, enquanto que no caso japonês, o militarismo e nacionalismo exacerbados eram vistos como características próprias da cultura “feudal” e “atrasada” do país (DOWER, 1987) (ZARAKOL, 2011). A atribuição do “feudalismo” como elemento que representava a fonte dos costumes considerados antidemocráticos e até da percebida situação de inferioridade da mulher japonesa na sociedade era uma constante nos discursos, narrativas e justificativas das autoridades da Ocupação. Como claro reflexo desse entendimento, referências ao “feudalismo japonês” ou às “tradições remanescentes” em contraposição direta à “democracia” e “modernidade” estão presentes na maioria das diretrizes políticas, relatórios e ofícios<sup>28</sup> relacionados à pauta de direitos das mulheres e também nos debates da mídia e de intelectuais do Japão (GHQ/SCAP, 1947-1949).

Nesse sentido, Ann Towns (2009) ressalta que os padrões de civilização pautados em valores ocidentais e tomados como ideal no contexto internacional utilizam o status da mulher como barômetro desde o século XIX. Na Europa deste contexto, a exclusão formal das mulheres do campo da política era um dos parâmetros de uma nação civilizada (TOWNS, 2009), mas a maleabilidade do critério já havia surtido efeito na primeira metade do século XX: o sufrágio feminino passara a ocupar o lugar da exclusão. Essa noção já era compartilhada até no Japão,

---

<sup>28</sup> Essa retórica também estava fortemente cristalizada na mentalidade da figura central do comando do SCAP: “*The extraordinary feudalism which had prevailed in this isolated land had resulted in almost mythological and fanatical belief in the invincibility of its arms and the superiority of its culture* (MACARTHUR, 1964, p. 291); w “*Supposedly, the Japanese were a twentieth-century civilization. In reality, they were more nearly a feudal society, of the type discarded by Western nations some centuries ago*” (MACARTHUR, 1964, p. 305).

desde a Era Meiji (1868-1912), em que políticos e intelectuais concluíram que a posição da mulher na sociedade era uma medida do nível de civilização da mesma (NOLTE; HASTINGS, 1991, p. 153). Igualmente, a Ocupação concebia a presença da mulher japonesa na esfera política como um fator decisivo para avaliar o progresso das reformas, um barômetro das melhorias gerais da qualidade de vida sob nesse período (YONEYAMA, 2005, p. 887). Ligado a isso estava a narrativa que desenhava as relações de gênero estadunidenses como inerentemente progressivas e democráticas<sup>29</sup>, em direta contraposição à imagem das relações de gênero japonesas (KOIKARI, 1999). Dessa forma, uma lógica etnocêntrica e paternalista sublinhava a motivação da Ocupação. As mulheres japonesas, em particular, eram representadas no imaginário popular ocidental unicamente como as frágeis e submissas vítimas da opressão patriarcal da sociedade, destituindo-as de agência (YONEYAMA, 2005).

A meta de emancipação feminina, logo, era parte integrante da política de reorientação nacional. Como projeto paternalista e civilizatório, esta meta estava intimamente ligada aos planos da Ocupação de democratização da família e, por consequência, da nação (TSUCHIYA, 1993-94, p. 138). Ao se realizar tarefas de *genderframing*, as mulheres são identificadas como um importante vetor para influenciar suas famílias e parentes a respeito das mudanças de valores, exercendo um papel crucial na socialização das vindouras gerações (MOGHADAM, 1993), e considerando o contexto do pensamento norte-americano da época, com destaque ao que tange o papel social da mulher, popularizaram-se no início do século XX discursos que enfatizam a suposta “influência natural estabilizadora” da mulher na família<sup>30</sup>. Situação esta que, transposta para a esfera política, era vista como um fator capaz de fortalecer as instituições democráticas.

Com efeito, o próprio general MacArthur declarara a emancipação política feminina era uma forma de promover o imbricamento das raízes democráticas pretendidas e a estabilidade política a partir do lar: “[...] *being members of the body politic, they may bring to Japan a new concept of government directly subservient to the well-being of the home*” (MACARTHUR, 1964, p. 314). A mesma retórica é observável em documentos de inícios de políticas do SCAP

---

<sup>29</sup> Tal lógica contribui para uma “cegueira” em relação às contradições do discurso e da desigualdade de gênero dentro da própria sociedade do “Eu”. A esposa de MacArthur, por exemplo, era louvada pela mídia americana como um exemplo de sacrifício e humildade por abdicar de suas vontades e dar suporte ao marido. Em contrapartida, uma mulher japonesa que fizesse o mesmo era vista pelos americanos como vítima do sistema chauvinista e feudal inerente à cultura japonesa (KOIKARI, 1999).

<sup>30</sup> Uma das mais influentes associações feministas nos EUA na época, defensora do sufrágio, “The League of Women Voters”, era vista e apresentada como um importante modelo a ser seguido pelas associações femininas do Japão. A Liga advogava pela educação política das mulheres como forma de obterem melhores escolas para seus filhos, condições alimentares e de moradia para as famílias, dentre outros tópicos fundamentalmente associados à maternidade e aos cuidados familiares (KOIKARI, 1999, p. 319).

para o Japão (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946) (SCAP, 1949). Evidenciam-se, então, pensamentos norte-americanos de igualdade de gênero ligados fundamentalmente a um ideal de “maternidade progressiva branca e de classe média”, onde a emancipação feminina era indissociável dos papéis femininos convencionais na esfera familiar (KOIKARI, 1999, p. 319).

A tarefa de *genderframing* prognóstico, conforme mencionado anteriormente, abarca os esforços da formulação de soluções e respostas aos problemas identificados, incluindo estratégias práticas para atingir a meta visada. O órgão diretamente responsável pela “reforma psicológica democrática”<sup>31</sup> em todas as camadas no país, bem como a formulação de várias diretrizes ligadas à emancipação feminina em diversas esferas era a Seção de Informação e Educação Civil (*Civil Information and Education Section* – CIE). Dentre suas funções, podemos citar a preparação e aprovação de programas para a imprensa e rádio do Japão, elaboração de cartilhas e filmes informativos, delimitação e fiscalização de currículos e reformas escolares. A tenente Ethel Weed é apontada em maio de 1946 como responsável pelo setor de assuntos das mulheres e, segundo uma das diretrizes essenciais da CIE, buscou integrar japonesas feministas proeminentes e cooperativas<sup>32</sup> à causa para aconselhar e auxiliar nos projetos (TSUCHIYA, 1993-94, p. 143), contribuindo também para mitigar as barreiras culturais existentes. A subdivisão do CIE é criada, então, como a entidade responsável por apresentar e transformar os significados associados às políticas para mulheres, de maneira a promover a informação, adesão e aceitação da população – envolvida tanto nas tarefas de *genderframing* prognóstico quanto de *genderframing* motivacional.

Faz-se mister sublinhar que o CIE contava com a extensa colaboração de cidadãos japoneses, em tarefas que iam desde a tradução e auxílio logístico, até a participação na elaboração de planos, metas e estratégias. Líderes feministas japonesas, como Ichikawa Fusae, encontraram nas divisões da Ocupação voltadas para temática de emancipação feminina locais de articulação de suas pautas há muito demandadas e de exercício de poder e influência. Ao

---

<sup>31</sup> Conforme determinado pela Ordem Geral n. 4, emitida pelo SCAP, os objetivos específicos da CIE eram: elaborar recomendações acerca da disseminação de ideais e princípios democráticos através de toda mídia e informação públicas; esclarecer para o público japonês as questões de derrota e culpabilidade de guerra; fazer o público japonês compreender todas as políticas e planos formulados pelo SCAP; manter ligações com o Ministério da Informação, Ministério da Educação, mídia e organizações políticas e religiosas; realizar enquetes opinativas com o público; e eliminar o militarismo e ultranacionalismo do sistema educacional japonês (TSUCHIYA, 1993-94, p. 141).

<sup>32</sup> Weed era auxiliada por figuras como Kato Shizue, ativista de direitos reprodutivos; Kume Ai, a primeira advogada do país; Tanaka Sumiko; Watanabe Michiko; e Fujita Taki, todas envolvidas em algum momento com a política e o ativismo feminista (MACKIE, 2003, p. 124-125).

mesmo tempo, ao se associarem com os americanos, eximiam-se de sua responsabilidade pela cooperação com o Estado japonês em seus esforços de mobilização para a guerra (KOIKARI, 1999) (MACKIE, 2003) (YONEYAMA, 2005).

Embora as diferentes esferas das medidas de emancipação feminina estivessem constantemente inter-relacionadas nos planos de ação do CIE, as seguintes seções buscam organizar os esforços específicos de criação de estratégias nas áreas de sufrágio (englobando também participação política geral da mulher), família, educação e trabalho.

- *Sufrágio*

Conforme supracitado, a atividade de *genderframing* prognóstico, isto é, a elaboração de um plano de ação concreto e sua aplicação, é a expressa e principal função da divisão do CIE. Já em dezembro de 1945, uma ampla variedade de informações era divulgada na mídia para instruir os japoneses sobre a importância do voto, com programas especialmente voltados para mulheres (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946, p. 34). Documentos oficiais oferecem uma rica base de análise sobre as principais diretrizes que guiavam os programas de disseminação e informação para mulheres sobre as novas mudanças que lhes diziam respeito.

Apesar de o Japão possuir a autonomia para revisar a Constituição Meiji, todas as alterações deveriam passar sob o crivo do alto escalão do SCAP. Nas propostas japonesas iniciais de revisão constitucional, não havia sugestões de garantia do mesmo *status* político para mulheres em relação aos homens, o que o relatório do SCAP define como “uma curiosa omissão”. Além disso, somente um grupo privado (não mencionado qual) propôs que o sufrágio devia ser garantido para todos os homens e mulheres adultos, e a remoção de entraves legais e constitucionais que desfavoreciam as mulheres não fora mencionada nem uma vez nas propostas (SCAP, 1945, p. 97).

Em fevereiro de 1946, após o SCAP recusar a proposta constitucional japonesa por ser considerada demasiadamente conservadora, MacArthur criou um comitê especial para a formulação da nova constituição. Beate Sirota Gordon<sup>33</sup> foi apontada como responsável por redigir as cláusulas específicas sobre a igualdade de direitos entre os sexos (PENA, 2016, p. 30-32). Dos oito artigos redigidos por ela, dois foram aceitos e se tornaram os Artigos 14 e 24. O Artigo 14 rege que “todas as pessoas são iguais perante a lei e não deverá acontecer discriminação nas relações políticas, econômicas e sociais por causa de raça, credo, gênero,

---

<sup>33</sup> Austríaca naturalizada americana, Gordon tinha 22 anos ao receber a tarefa. Criada no Japão desde os seis anos de idade, fizera seu ensino superior nos Estados Unidos em 1939 e posteriormente integrara o SCAP como tradutora no Departamento de Governo (DOWER, 1999).

posição social ou origem familiar [...]” (CONSTITUIÇÃO DO JAPÃO). Curiosamente, para efeitos de comparação, uma cláusula de igualdade de gênero como esta se encontrava apenas no nível do debate nos EUA (DOWER, 1999). Já o Artigo 24 postula:

“O casamento deverá ter como base apenas a união consensual de ambos os sexos e deverá ser mantido em comum acordo e com direitos iguais entre o homem e a mulher. Com relação à escolha do cônjuge, direito de bens, herança, escolha domiciliar, divórcio e outros assuntos concernentes ao casamento e à família, as leis deverão ser promulgadas do ponto de vista da dignidade individual e a equidade essencial dos gêneros” (CONSTITUIÇÃO DO JAPÃO).

Antes mesmo de formalizados os direitos políticos para mulheres, o CIE já elaborava planos de ação para a promoção do sufrágio feminino e a educação da população a seu respeito. O modelo de palestra intitulado *Social Education as it Affects Women*, ministrada por agentes do CIE em todos os distritos do país e cujo alvo eram oficiais de educação, de saúde pública e líderes de organizações de mulheres locais, oferecia justificativas para a educação social feminina e sugestões de aplicação. Dentre os principais pontos estavam o reconhecimento de que a democracia traria alterações nas relações de gênero e, nesse sentido, seria de suma importância que as mulheres fossem informadas de seus novos direitos. Diretrizes para aulas temáticas eram divididas por público-alvo: mulheres adultas tinham como objetivo aprender sobre governo, atualidades, democracia, vida familiar democrática e disciplina; para mulheres jovens, todos anteriores, além da importância de se articularem em clubes de debates conjuntos entre homens e mulheres. Organizações e associações de mulheres também tinham diretrizes específicas, especialmente no que tange ao auxílio de divulgação de material sobre as políticas e princípios democráticos, cooperação com outras organizações envolvidas e a realização de reuniões constantes entre membros para coordenar atividades de promoção da democracia (GHQ/SCAP, 1946-1949, p. 1-5).

A garantia do direito ao voto feminino era tanto uma das principais metas iniciais da Ocupação quanto uma demanda antiga dos movimentos feministas japoneses. O sufrágio tinha sido garantido para as mulheres estadunidenses pelo Congresso em 1920, e era visto como um barômetro civilizatório essencial aos olhos dos responsáveis pela construção nacional do Japão. Leis eleitorais entraram em vigor em 17 de dezembro de 1945, antes mesmo da elaboração da nova Constituição, e desfizeram as restrições impostas à participação feminina na política. Quase de imediato, o “Novo Partido Político das Mulheres Japonesas” foi criado em Tóquio com o apoio do “Novo Partido Japonês”. Em alguns casos, o SCAP fazia contato direto com mulheres engajadas em movimentos feministas e as encorajavam a se candidatarem (TSUCHIYA, 1993-94).



Durante os primeiros meses da Ocupação, muitos grupos e associações de mulheres extintas no período de guerra foram retomados e novos grupos foram criados (PENA, 2016, p. 19). Uma das maneiras da CIE disseminar ideais democráticos nesse contexto era através também do incentivo ao desenvolvimento de novas organizações, contatando líderes de movimentos feministas do pré-guerra e as incentivando a se rearticularem (TSUCHIYA, 1993-94, p. 144). Um dos fatores que contribuiu para o rápido aumento no número de organizações de mulheres fora também a carência de alimentos, o que impulsionava muitas mulheres a se organizarem para demandar conjuntamente mais atenção do governo nessa área<sup>34</sup> (MACKIE, 2003).

O CIE realizara também outra onda de medidas prognósticas para garantir que as mulheres japonesas se preparassem e participassem das eleições, de maneira a contribuir para firmar os princípios democráticos no país. Em março de 1946, dados de pesquisas demográficas promovidas pelo SCAP estimavam que os rádios eram mantidos ligados nos lares por uma média de 5 horas, demonstrando que transmissões de rádio eram tão importantes quanto a mídia impressa para a difusão de princípios e ideais. Dessa forma, programas de rádio foram extensivamente utilizados para ajudar a informar as mulheres sobre seus recém-adquiridos direitos (PENA, 2016). Na mídia impressa, houve uma forte campanha através de intervenções editoriais nas revistas para promover artigos sobre a participação feminina nas eleições, além da distribuição de panfletos e livretos informativos. Ethel Weed também promovera uma série de viagens de campo, em que ela e sua equipe visitaram o país realizando palestras para informar e encorajar as mulheres a votarem nas eleições de 1946, além de realizar reuniões com líderes de associações femininas (GHQ/SCAP, 1946-1949) (TSUCHIYA, 1993-94, p. 149).

- *Família e posição social da mulher*

Através da lei, em especial aquelas que regulam o *âmbito familiar*, o agente governante pode manter os arranjos de gênero existentes; pode alterar políticas sociais e leis em direção a maiores restrições à mulher; ou pode introduzir novas legislações para gerar maior igualdade na família e aumentar o status social e econômico da mulher (MOGHADAM, 1993, p. 111), esta última opção sendo a correspondente à linha política da Ocupação. Após garantir os direitos políticos das mulheres em dezembro de 1945, reformar o seu status legal se tornou a nova prioridade das feministas japonesas e dos comitês de assuntos das mulheres do SCAP. Conforme exposto anteriormente, o sistema familiar *ie*, unidade básica social, incluía não só a

---

<sup>34</sup> Assuntos relacionados à segurança alimentar eram também pauta praticamente exclusiva das mulheres eleitas para a Dieta (MACKIE, 2003, p. 126).

esposa e filhos como também netos, irmãos, tios e sobrinhos, sob o comando de um patriarca chefe de família (PENA, 2016). Ainda no antigo regime, esse sistema era alvo de críticas e esteve sob o risco de se desintegrar diante da rápida industrialização do país (ISONO, 1964, p. 45). Com efeito, as mudanças promovidas incorporaram em grande parte movimentos e indagações iniciadas pelos japoneses desde o início do século XX (FUETO, 1957, p. 559).

É importante notar que a revisão legal do Código Civil não fora especificamente uma imposição do SCAP e fora realizada diante de iniciativa japonesa. O relatório do SCAP *Political Reorientation of Japan* aponta que:

“It is noteworthy that the wholesale abolition of the house system went beyond the requirements for the implementation of the Constitution and was not directed by SCAP, whose policy was that, apart from the principles of equality of the sexes and individual freedom, how to modernize and reform the family law should be left to the Japanese people themselves. [...] Therefore, when the Provisional Legislative Investigating Committee in its majority voted in favor of the abolition, SCAP was surprised and welcomed the resolution as the expression of a progressive attitude.” (SCAP, 1945, p. 215).

Destarte, o sistema familiar *ie*, que servira como unidade fulcral do Estado autoritário, foi abolida legalmente por sua incompatibilidade com os princípios da democracia e igualdade contidos na nova Constituição (ISONO, 1964, p. 44). Na reunião destinada para a formulação do desenho final da Constituição e no posterior debate constitucional na Dieta, esses dois artigos foram contestados por uma parcela de políticos japoneses, que argumentavam que tais pressupostos eram exageradamente radicais e acabariam por erodir a coesão familiar no país; eventualmente, concordaram com a reforma sob a crença de que os costumes resistiriam às mudanças legais (PENA, 2016, p. 33). Após a promulgação da nova Constituição, além das revisões no Código Civil, fora alterada a Lei de Registro Familiar entre 1946 e 1947 (TSUCHIYA, 1993-94, p. 139). Com as mudanças, firmara-se então o modelo familiar nuclear composta por marido, esposa e filhos; eliminam-se as diferenças do status de homens e mulheres perante a lei; garante-se à mulher o direito à herança, ao divórcio e à custódia dos filhos; e o casamento e a adoção baseiam-se no consentimento de ambas as partes (PENA, 2016, p. 35).

Ainda que não tenha partido de uma diretriz do SCAP, o CIE foi responsável por transmitir enfaticamente através da mídia a necessidade das reformas do Código Civil e por promover uma maior receptividade das mudanças. Em 1946, por exemplo, um popular programa chamado “A Hora das Mulheres” promovera um debate sobre a necessidade de abolir o sistema *ie*, enfatizando a necessidade da cooperação entre os cônjuges (GHQ/SCAP, 1946-1949) (TSUCHIYA, 1993-94, p. 145). Em 1947, foram criados mais de 30 programas de rádio

voltados para assuntos relacionados a essa temática. Programas como “A Hora Escolar da Rádio do Povo” buscavam transmitir informações sobre as mudanças de maneira acessível, com base em exemplos práticos e situações cotidianas. Na mídia impressa, revistas voltadas para o público feminino como a *Fujin no Seiki* e *Fujin Koron* exaltavam as alterações – cabe ressaltar que a CIE instruíra diretamente o departamento editorial de revistas acerca dos tipos de artigos a serem publicados (TSUCHIYA, 1993-94).

Weed e o comitê do CIE continuaram engajados em realizar viagens pelo país para palestrar sobre o assunto e tirar dúvidas da audiência. Uma estratégia específica para informar sobre as mudanças era a comparação direta com o modelo familiar ocidental em filmes e palestras. Nessas ocasiões, a mensagem central transmitida era da importância da cooperação e companheirismo entre marido e esposa, reforçando a pretendida imagem da família ocidental nuclear como modelo a ser seguido – com efeito, era uma diretriz explícita aos responsáveis por conduzir programas e palestras informativos para mulheres a comparação de situações de família japonesas e americanas, contrastando a “modernidade” e o “progresso” americanos com os “costumes retrógrados” japoneses (GHQ/SCAP, 1947, p. 155-158). Outra estratégia adotada para a disseminação das ideias pretendidas era a cooperação direta com escritórios locais de assuntos para as mulheres, que tinham contato mais próximo e frequente com a população (GHQ/SCAP, 1946-1949) (TSUCHIYA, 1993-94, p. 148-150).

Ainda dentro das viagens realizadas pelo CIE para atividades informativas, estavam também inclusos cursos de formação de novos oficiais locais responsáveis por transmitir a informação das novas políticas e difundir os ideais democráticos entre as comunidades. No documento *Women's Affairs Officers* (GHQ/SCAP, 1948, p. 111-118), as metas principais dos oficiais locais eram: “informar e reeducar as mulheres sobre seus novos direitos assegurados por lei”; “ganhar suporte do público para todas as medidas relacionadas à melhoria do status da mulher”; “reconhecer a importância de organizações de mulheres como centros de educação adulta feminina e para projetos comunitários”; “encorajar a participação feminina na vida pública como indivíduos politicamente conscientes e integrantes de organizações”; e “estabelecer o prestígio dos representantes do *Women's Affair Office* para que mantenham sua influência muito após o fim da ocupação”. Dentre as medidas para atingir essas metas, figuravam a cooperação interorganizacional e a elaboração de programas de rádio populares e colunas de jornal de ampla circulação para disseminar informações relevantes, pôsteres e panfletos, além de promover grupos de discussão e reuniões.

Havia um amplo leque de assuntos a serem abordados pelos representantes, variando em alguns aspectos conforme o público-alvo pretendido. Para todos os públicos, constavam os

temas de: a) *Constituição*; b) *Código Civil* (incluindo herança, divórcio, relações domésticas e autoridade parental); c) *Controle econômico cotidiano* (abordando casas, vestimentas e alimentação); d) *Governo local*; e) *Saúde pública e bem-estar social*; f) *Novo sistema educacional* (explanando sobre leis de educação, guia vocacional, educação superior para mulheres e coeducação); dentre outros. O público específico incluía mulheres rurais (focando em temas de cooperação agrícola e reforma agrária); mulheres assalariadas (expondo a Lei de Padrões de Trabalho e sublinhando a importância da participação sindical feminina), donas-de-casa (abordando a utilização de alimentos importados, criação de cooperativas de consumidores, cuidados de crianças, sanitização doméstica, participação em organizações femininas), mulheres na política e organizações de mulheres (aulas sobre procedimentos democráticos, educação política e projetos civis) (GHQ/SCAP, 1948, p. 111-118).

- *Educação*

Na esfera da educação, um argumento constante entre feministas e uma considerável parcela de intelectuais e jornalistas no Japão, tanto de esquerda quanto de direita, era a necessidade de expandir o acesso das mulheres à educação e melhorar a qualidade do ensino ofertado a elas. A melhoria das condições educacionais para mulheres, ainda que não tenha sido uma diretiva do comando superior do SCAP, fora feita pelo governo japonês sob tutela do CIE. O recém-criado Ministério da Educação publicara em dezembro de 1945, seguindo as recomendações emitidas pelo CIE, o Novo Plano Geral para Reforma Educacional Feminina, que se sustentava em três pontos: na necessidade da reforma educacional pautada na oportunidade igualitária entre os sexos, no aumento do nível da educação feminina de modo a se equivaler à masculina e no respeito mútuo entre homens e mulheres (PENA, 2016, p. 39).

Ademais, na tentativa de remover as raízes da propaganda militarista nas escolas, o SCAP emitira uma diretiva exigindo a remoção de todos os professores que advogassem princípios militaristas, nacionalistas ou contrários aos objetivos da Ocupação. Entre 1945 e 1947, mais de 119 mil professores foram removidos ou renunciaram ao cargo (LAGOTTE, 2006, p. 245). A *U.S. Education Mission* enviara um grupo de especialistas para, juntamente com professores e diretores japoneses (aqui também inclusas professoras), reformular todo o sistema educacional e currículo (JICA, 2004). Esse novo currículo escolar japonês fora estruturalmente baseado no sistema americano e em seu âmago residia o objetivo de promover a individualização liberal dos estudantes, rejeitando a maior parte dos elementos anteriormente presentes no sistema educacional. A escala letiva coeducacional foi também reorganizada com base no sistema americano juntamente com medidas para promover maior flexibilidade

curricular e até mesmo uma reforma da língua escrita japonesa, com efeitos diretos na elaboração e modificação dos livros-texto (BEAUCHAMP, 1987, p. 304) (JICA, 2004).

As mudanças legais mais concretas para as mulheres tiveram início em 1946, quando teve fim a proibição da frequência feminina às prestigiadas Universidades Imperiais. Posteriormente, foram suspensos os artigos que determinavam a segregação entre meninos e meninas no ensino primário e secundário, ainda que de forma não compulsória para as escolas. Determina-se também a igualdade do currículo escolar e livros-texto para ambos os sexos durante no mínimo os primeiros doze anos letivos (GEDDES, 1977). Como mencionado anteriormente, para promover a conscientização a respeito das mudanças, grupos de mulheres japonesas ligadas à educação, incentivadas pelo CIE ou não, deram início a uma campanha de debates inter-organizacionais com o objetivo de ajudar a mudar a opinião do público quanto às oportunidades educacionais ampliadas para as mulheres, além de informar sobre as novas leis e planos nessa esfera (PENA, 2016, p. 44). Complementarmente, tal como apresentado nos casos de sufrágio e alterações nas leis familiares, o CIE também promovera palestras e debates informativos sobre a importância da educação feminina, associando-a frequentemente com a questão do sufrágio – especificamente, que mulheres com acesso à educação fariam decisões políticas mais informadas e exerceriam melhor a democracia (GHQ/SCAP, 1946-1949).

- *Trabalho*

Por fim, a esfera trabalhista, embora figurasse dentre os tópicos de demandas feministas do Japão e da esquerda intelectual, foi aquela com o menor grau de intervenção ideológica direta do SCAP. Seu interesse nessa área não se tratava de promover a maior adesão feminina ao trabalho assalariado ou ampliar a aceitação social nesse sentido, mas sim auxiliar a regular as condições já existentes - atividades nesse sentido em sua larga maioria deixadas a cargo apenas do governo japonês. Acima de tudo, o objetivo do SCAP nesse contexto era incentivar a adesão feminina aos sindicatos, em sua visão uma parte importante da cristalização democrática da sociedade. O compromisso para com os princípios de igualdade regidos pela Constituição impulsionou a promulgação da Lei de Padrões de Trabalho em abril de 1947, elaborada pela Dieta e fiscalizada pelo SCAP. Seus artigos relativos às demandas trabalhistas feministas incluíam:

- Artigo 4, de igualdade salarial;
- Artigo 65, de licença maternal;
- Artigo 66, de licença amamentação;
- Artigo 67, de licença menstrual.

Artigos pautados na exclusão de mulheres de atividades consideradas perigosas e que abrangessem trabalho extra ou noturno, respectivamente Artigos 63 e 62, foram objeto de maior grau de controvérsia (MACKIE, 2003, p. 130) e eram intrinsecamente ligados à noção do imperativo social reprodutivo da mulher, ou seja, da necessidade de protegê-las de tais atividades por seu papel enquanto mãe (NAGY, 1991, p. 200). Adicionalmente, foi estabelecida em 1947 uma subdivisão no Ministério do Trabalho responsável pela fiscalização das condições laborais de mulheres e crianças.

A questão da licença menstrual compulsória recebeu considerável atenção durante o processo de elaboração da Lei e ferrenha oposição. Inicialmente ausente do projeto original, foi incluída após reuniões com Akamatsu Tsuneko, uma das organizadoras da Federação Japonesa do Trabalho, e outras trabalhadoras. Um dos principais motivos para a proposta dessa licença eram as péssimas condições sanitárias das fábricas na época, que tinham peso ainda maior para as mulheres durante a menstruação (TOYODA, 2007). Ainda no processo dos debates para a formulação das novas leis trabalhistas, feministas e trabalhadoras das indústrias têxteis, de telecomunicações e transportes foram ouvidas em audiências públicas promovidas pelo governo, onde expressaram sua insatisfação com as propostas de proibição do trabalho noturno. Elas criticavam que esta proibição somada ao princípio de igualdade salarial poderia encorajar empregadores a evitar a contratação de mulheres (TOYODA, 2007, p. 72). A baixa intervenção inicial do SCAP nas matérias trabalhistas é reforçada ainda pela recusa do gabinete de se envolver diretamente mesmo diante de discordância em matérias polêmicas, como foi o caso da licença menstrual.

Um importante ponto promovido pelo SCAP na esfera trabalhista, conforme mencionado ao início da sessão, fora a legalização das atividades sindicais, suspensas anteriormente no período de maior radicalização militarista do país. A presença feminina sindical já tinha antecedentes históricos expressivos, incluindo grandes níveis de adesão às greves e às manifestações, e ela aumentara ainda mais no período da Ocupação, ainda que a liderança feminina fosse praticamente nula nesse âmbito. No entanto, é importante sublinhar que as subdivisões sindicais femininas careciam do poder de influência decisória. Nesse contexto, várias mulheres integrantes de sindicatos utilizavam de sua posição principalmente para educar outras trabalhadoras sobre seus direitos políticos trabalhistas (MACKIE, 2003) (PENA, 2016, p. 22).

Os esforços do CIE para conscientizar e informar a população, no âmbito do trabalho feminino, se concentraram no incentivo à organização sindical. Palestras e *workshops* que tinham como público-alvo expresso a categoria de ‘mulheres assalariadas’ buscavam informar

sobre a Lei de Padrões de Trabalho e reforçavam a necessidade da organização sindical como forma de exercício da democracia e do atendimento às demandas de melhorias de condições de trabalho (GHQ/SCAP, 1946-1949).

#### **2.4 Genderframing motivacional**

O *genderframing* motivacional, como mencionado, consiste na lógica criada para justificar e mobilizar a adesão coletiva às medidas. A motivação elaborada para incentivar a adesão feminina ao sufrágio e à participação política como um todo tem o principal caráter de *persuasão* e pode ser associado a dois aspectos principais. O primeiro deles é a naturalização da associação entre democracia e paz ao feminino. Visto em oposição às percepções de militarismo intrínseco ao masculino, o ‘feminino pacífico e mediador’ era uma visão amplamente aceita na mentalidade da Ocupação e do próprio povo japonês (KOIKARI, 1999) (MACKIE, 2003) (PENA, 2016). Essa concepção, compartilhada independente do espectro político, fica evidente em um trecho de uma publicação japonesa de 1948, que declarava que “mães que carregam e criam os filhos possuem um sentimento anti-guerra instintivo. A Constituição japonesa ordena que nossa nação seja pacífica. E é primariamente tarefa de nossas mulheres realizarem isto” (GHQ/SCAP, 1948, p. 186, tradução nossa). Esse discurso estava presente nos materiais do CIE para a promoção e informação sobre as mudanças legais.

Em segundo lugar, e ainda mais prevalente, tanto o discurso quanto as representações imagéticas do SCAP e da mídia japonesa ligavam diretamente a participação política ao ambiente familiar, enfatizando que o poder de voto feminino poderia se traduzir em melhorias concretas para as condições de mães, esposas e crianças (GHQ/SCAP, 1946-1949) (SCAP, 1949) (DOWER, 1999) (PENA, 2016). Considerando o complicado panorama econômico do Japão, a perspectiva de maior segurança alimentar para a família e suporte estatal para mães e crianças pequenas eram propostas com grande apelo para a população feminina. Essa narrativa que combinava o progressismo da esfera política acessível às mulheres com a esfera familiar tinha bases na própria história recente do país: o lado político era uma extensão das lutas sufragistas que atingiram seu auge nas décadas de 20 e 30, enquanto o lado familiar estava em conformidade com as expectativas e padrões promovidos extensivamente pelo governo imperial, sintetizadas no ideal do *ryosai kenbo* (Boa Esposa, Sábia Mãe). O repertório cultural japonês das últimas décadas, que enfatizava a ligação natural da mulher e o lar, fora então resgatado para incluir a atividade democrática como uma tarefa feminina e motivar sua adesão à participação política.

Representações imagéticas do período também buscavam naturalizar a associação da mulher com o ambiente político, mas não a dissociando do ambiente familiar. Vera Mackie (2003) apresenta um exemplo emblemático estampado em selos comemorativos em virtude da nova Constituição, lançados em 1947. Eles apresentavam a figura de uma mulher trajando roupas tradicionalmente associadas à área rural, com o prédio da Dieta ao fundo e segurando um bebê. Segundo a autora, não há uma ridicularização da imagem da mulher na política como era praxe em charges satíricas de décadas anteriores, e a própria escolha de retratar uma mulher ao invés de um homem para representar a democracia pode sugerir uma rejeição do militarismo. O bebê em seus braços, por outro lado, reforça a associação familiar e maternal (MACKIE, 2003, p. 127-128).

Apesar do amplo leque de medidas relacionadas ao *genderframing* prognóstico no âmbito das mudanças nas leis familiares e civis, os esforços motivacionais foram menores do que no caso da participação política feminina. A persuasão, mais genérica, ficou relegada à estratégia de associar mudanças democráticas com melhorias de condições em geral, sem necessariamente buscar elementos com particular ressonância cultural ou narrativa no repertório japonês. A estratégia comumente usada para justificar as alterações no sistema familiar era comparar a situação familiar nos EUA, enquadrada como “moderna, democrática e progressista”, em contraste com a situação familiar no Japão, classificada como “feudal, atrasada e antidemocrática”. Essa estratégia motivacional de comparação estava presente tanto nas palestras e material informativo do CIE quanto na parcela da mídia japonesa favorável às mudanças (GHQ/SCAP, 1946-1949). Em certa medida, pode-se dizer que houve um grau de *facilitação*, no sentido que a criação de novas leis permitiu o acesso maior das mulheres aos mecanismos de divórcio, por exemplo. As implicações desse fraco esforço em criar motivações concretas para a aceitação da população quanto às consideráveis mudanças na organização e legislação familiar claramente se traduziram em uma menor ressonância se comparado à participação política, especialmente nas áreas rurais (FUETO, 1957, p. 565), situação que será explorada mais detalhadamente no próximo capítulo.

Dentro da esfera de educação, a narrativa mais comum utilizada por educadores, jornalistas, feministas e o CIE para legitimar e incentivar a aceitação das reformas educacionais era de associar as novas oportunidades democráticas, em especial o sufrágio, à necessidade de uma melhor educação feminina atrelada ao progresso nacional. No caso dos EAU analisado por Carvalho Pinto (2012), a educação de mães e esposas era proclamada como algo capaz de trazer benefícios para a família e para a sociedade como um todo (CARVALHO PINTO, 2012, p. 42), e a mesma lógica era utilizada também pelos agentes envolvidos na promoção desse



*genderframe* no Japão (PENA, 2016) (GHQ/SCAP, 1946-1949), buscando assim persuadir aqueles incertos quanto aos benefícios da educação feminina. Havia especial preocupação a respeito da aceitação dos pais às mudanças, que no geral priorizavam o acesso à educação apenas para os garotos. Para esse grupo, a motivação costumeiramente utilizada era o argumento que a educação melhoraria as chances das mulheres jovens se casarem com maridos mais instruídos, ao mesmo tempo em que tranquilizavam os temores de que a coeducação traria aumentos na promiscuidade através do uso de exemplos da coeducação em países da Europa e os EUA (BEAUCHAMP, 1987) (GHQ/SCAP, 1946-1949).

Não obstante, foram também aplicadas estratégias de *facilitação*, como a transformação de instituições anteriormente segregadas em locais de coeducação, promovendo alguns centros de ensino feminino para a categoria de ensino superior (LAGOTTE, 2006) (BEAUCHAMP, 1987) e incluindo no currículo secundário matérias eletivas vocacionais de cuidados domésticos para mulheres (GHQ/SCAP, 1947-1949, p. 127). Esta última medida, em particular, serviria de incentivo para as famílias e mulheres que temessem que as atividades acadêmicas prejudicassem o desenvolvimento de habilidades de cuidados com o lar, consideradas socialmente indispensáveis para a mulher. Ainda assim, tal como a questão das reformas no Código Civil, as mudanças promovidas pelas novas políticas educacionais tiveram diferentes graus de adesão e receptividade por parte da população, embora no geral mais aceitas do que as reformas familiares, e essa pauta ainda estava subordinada às necessidades econômicas das famílias.

Em se tratando do aspecto motivacional para o tema trabalhista, as narrativas a respeito da promoção dos novos direitos ficaram a cargo sobretudo das autoridades japonesas, em especial aqueles de caráter restritivo e de proteção se pautavam em noções de fragilidade física feminina, fazendo-se necessárias medidas para proteger o bem-estar das “mães da raça” diante das condições de trabalho adversas. Ademais, frente à necessidade de se lidar com os milhões de desempregados homens no pós-guerra, as demissões de mulheres e posteriores barreiras legais ao trabalho noturno e expediente extra as expulsaram de ocupações onde até então consistiam em maioria numérica. A narrativa criada para justificar a proteção feminina e proteger a igualdade tinha, na prática, efeitos discriminatórios, barrando vias empregatícias e circunscrevendo suas opções de empregos em esferas tradicionalmente femininas e de menor retorno salarial (TOYODA, 2007, p. 79). Sendo assim, o contexto social e a falta de incentivos levavam a maioria das mulheres a trabalhar apenas por necessidade econômica e desejo de suplementar o orçamento familiar. Como será abordado no próximo capítulo, uma grande

parcela optaria por permanecer engajada unicamente em trabalhos domésticos caso as condições econômicas melhorassem.

Tendo em vista o que foi apresentado, são evidentes os esforços diretos da Ocupação, em especial sua subdivisão do CIE, no tocante à elaboração de estratégias desde a elaboração das políticas de gênero até a sua promulgação e posterior assimilação do público. Ligados ao objetivo de democratizar a mentalidade nacional, *genderframes* prognósticos e motivacionais foram criados e relacionados, em maior ou menor medida, às quatro esferas analisadas. Na seguinte sessão, será enfatizada a ressonância das medidas sob a ótica japonesa – nomeadamente, a receptividade do público-alvo quanto ao *genderframe* criado, conforme os critérios de credibilidade e saliência.

### 3. RESSONÂNCIA DO GENDERFRAME: CREDIBILIDADE E SALIÊNCIA

Segundo Derichs, a possibilidade de “vender” o produto “nação” com sucesso para um público depende do “custo-benefício” percebido (DERICHHS, 2005, p. 52), e o mesmo pode se dizer do *genderframe* criado e promovido por um ator estratégico. Fazer a associação das dimensões ideológicas das nações e frames criados com áreas políticas e da vida cotidiana da população é uma tarefa indispensável, empreendida tanto pelo governo quanto pela própria população (DERICHHS, 2005). Adicionalmente, as mulheres enquanto categoria, podem ser entendidas pelo ator estratégico num contexto de construção nacional como um vetor de transformação tanto ideológica quanto de estilo de vida de suas famílias (CARVALHO PINTO, 2012, p. 51), como foi o caso da ótica da Ocupação em sua estratégia de disseminação democrática no Japão.

Foi visto até então que para a Ocupação, a participação política das mulheres japonesas e a expansão de seus direitos eram um indicativo direto, um barômetro da difusão da “democracia americana” e do antimilitarismo, atitude respaldada e justificada sob um discurso civilizatório e com subtextos raciais (KOIKARI, 2008). Além disso, era constantemente ressaltado, sobretudo através da mídia, o ideal de feminilidade pautado na mulher americana, branca e de classe média, casada e com filhos, que ainda assim contava com ares cosmopolitas e de engajamento político (MATSUDA, 2012). Conforme demonstrado, havia também um alto nível de cooperação das feministas japonesas, que há décadas demandavam mudanças dentro das quatro áreas de ação do SCAP, com os setores da Ocupação voltados à promoção dos direitos das mulheres (TSUCHIYA, 1993-1994, p. 154). O *genderframe* criado para legitimar e fornecer à população recursos para assimilar as novas realidades pretendidas consistia, em suma, em racionalizar a mulher como mãe e esposa (ou futura mãe e esposa) democrática, incluindo intrinsecamente o conceito de modernidade ao *frame*.

Mas apesar das significativas mudanças e imenso esforço de difundir aceitação e adesão à nova realidade, será que o *genderframe* elaborado teve a ressonância pretendida em todo país? Cabe aqui destacar que, devido ao curto espaço temporal analisado e a situação economicamente instável do Japão no período, naturalmente as mudanças dificilmente seriam adotadas na prática em sua plenitude por todos os setores da população tão rapidamente. Todavia, reflexos imediatos desse período efervescente podem de fato ser observados em diferentes graus e discrepâncias, em especial comparando os grupos de mulheres urbanas x rurais, jovens x adultas/idosas, com variados graus de aceitação também dependendo da medida

em questão (direitos políticos, educação, status legal/familiar, trabalho). Sendo assim, esse capítulo terá enfoque na dimensão da ressonância do *genderframe*, ou seja, a relação entre o *genderframe* criado e as mulheres e população geral do Japão, incluindo seus critérios de credibilidade (consistência do *frame*, credibilidade empírica e credibilidade dos articuladores) e saliência (centralidade, comensurabilidade empírica e fidelidade narrativa).

### 3.1.1 Credibilidade: Consistência do frame

A credibilidade pode ser resumida como a medida da confiança que a audiência atribui ao *frame* promovido. O critério da consistência do *frame* especificamente consiste na congruência entre as afirmações e narrativas do *frame* e a visão de mundo do público-alvo. O *genderframe* criado pela Ocupação, conforme demonstrado no capítulo anterior, associava intrinsecamente o conceito de mulher com o âmbito familiar, ampliando a esfera privada de modo a incluir aspectos da esfera pública. Os incentivos e as narrativas para a adesão e aceitação das medidas pretendidas de promoção dos direitos das mulheres ressaltavam os benefícios para a família de uma postura ativa na política e comunidade local, atrelando também democracia à modernidade, ideal a ser atingido pelos indivíduos e pelo país, trazendo enfim melhorias para o futuro da coletividade.

Dado o breve recorte temporal compreendido pela ocupação do Japão, bem como a clara definição das metas das autoridades estrangeiras no país, o *frame* criado manteve-se em boa parte consistente e inalterado durante esse intervalo. Como tinha em si elementos muito próximos de narrativas utilizadas anteriormente durante décadas no período Imperial, – nomeadamente a sua ênfase na domesticidade feminina e no cuidado dos filhos – um grau de continuidade psicológica existia mesmo diante das rápidas e progressivas mudanças instauradas.

No entanto, durante o chamado “curso reverso”, que compreende os anos de 1950-1952 da Ocupação (intervalo esta marcado pelo início da Guerra da Coreia), parte do conceito de “democracia” imbricado no *genderframe* passa a incluir também a noção de “anticomunismo”. Isso porque as autoridades da Ocupação passam a priorizar o bloqueio do avanço comunista na região do Leste Asiático e essa reorientação política tem efeitos diretos da (re)militarização parcial japonesa, no endurecimento da perseguição à esquerda no Japão, na censura e na “conscientização da população quanto aos perigos comunistas”. Nesse contexto, a atenção na formulação de *frames* específicos para direitos das mulheres e para gerar incentivos de adesão para elas deixa de figurar dentre as principais pautas da Ocupação, que por sua vez fomenta seu

enfoque na segurança regional. Isso não afeta tão consideravelmente o *genderframe* já estabelecido, no sentido de afetar sua consistência, e suas implicações e pormenores serão explorados detalhadamente no capítulo seguinte sobre as estratégias de *genderframing*.

### 3.1.2 Credibilidade: Credibilidade empírica

O critério de credibilidade empírica busca esclarecer se o *frame* e seus conceitos e afirmações correlatos condizem com a visão de mundo, percepção e entendimentos da audiência-alvo. No presente caso, destacam-se a modernidade e suas ramificações de gênero, promovida pela Ocupação como uma característica irrevogavelmente ligada à democracia, e também os aspectos de “feminilidade progressiva doméstica” e “maternidade” – todos estes elementos constituintes do *genderframe*.

Conforme investigado no primeiro capítulo, o Estado japonês promovera desde o século XIX a emulação do Ocidente e adoção de seus hábitos e costumes nos mais diversos campos, sendo esta medida inclusive uma postura consciente para diferenciar-se de seus vizinhos asiáticos (MCANDREW, 2014). A imagem do ocidente como modelo civilizado em direta contraposição com o “atraso asiático” cristaliza-se na mentalidade dos líderes e das massas nipônicas. Suas tentativas de modernização para dissociar-se dos estigmas civilizatórios a ele atrelados tornam-se a base de racionalização das políticas nacionais e internacionais durante as próximas décadas, gerando desde a Restauração Meiji um contexto de inéditas e rápidas mudanças sociais (ZARAKOL, 2011).

A imbricação do conceito e a vivência de intensas mudanças em curtos períodos de tempo na mentalidade e vida prática dos japoneses é sintetizada por Dower:

“‘Change’, in a word, was itself a continuity. The Japanese had not been socialized to preserve the status quo. On the contrary, ever since the Meiji Restoration in the 1860s they had been involved in a whirlwind of change. The war years represented an acceleration of this process in innumerable ways. The senses of crisis intensified; so also did the depth of dissatisfaction with the status quo. When the war ended in disaster and utter defeat, it was obvious that the ‘New Order’ and the ‘New Structure’ have been miserably conceived. It seemed no less self-evident that the quest for a new domestic structure and a new place in global political economy had to go on.” (DOWER, 1999, p.178).

Como demonstra a passagem, havia um descontentamento com o status quo após a derrota na guerra, o que facilitou a abertura para formas alternativas de política. Já no período da ocupação, ao analisar a questão de como criar cidadãos japoneses modernos e democráticos, os intelectuais japoneses tomaram como modelo o “sujeito ocidental” como a amálgama da

modernidade e democracia. O que era considerado japonês era, por sua vez, taxado de atrasado e feudal, obstáculos à democratização (MATSUDA, 2012). A associação entre os elementos japoneses nativos e o “não-civilizado” e “inerentemente atrasado”, postura essa compartilhada pelos americanos e que sublinhava toda mentalidade da SCAP, logo, possui um grau de continuidade direta àquela mentalidade iniciada no período Meiji.

Sendo assim, tanto as Forças de Ocupação quanto uma considerável parcela de japoneses tinham em comum a propensão em rejeitar as “características japonesas” em prol de perspectivas de modernização e de um futuro melhor (DOWER, 1999) (MATSUDA, 2012). Isso fica evidente ao observar as *Publications Analysis*, relatórios elaborados pelo CIE responsáveis por realizar um *clipping* de notícias, artigos e opiniões na mídia impressa japonesa, onde o termo “feudal” estava presente em quase todas as críticas ao *status quo* e nas exortações pela modernização. A noção de democracia promovida pelos americanos e assimilada pelo povo japonês, aliás, estava intrinsecamente associada ao “estilo de vida americano” branco e de classe média. Destarte, modernização era muito frequentemente confundida com americanização e ela, por sua vez, compreendida como a maneira ideal de se disseminar e consolidar a democracia (MATSUDA, 2012).

Com efeito, a doutora Lulu Holmes, integrante civil do CIE era uma das vozes ativas no discurso sobre a necessidade de encorajar a imprensa japonesa a valorizar a mulher cosmopolita, sofisticada e ativa na política. O apoio oficial à melhora do status das mulheres pôde ser atrelado a um símbolo de progresso e modernização, projetando imagens progressivas (CARVALHO PINTO, 2012, p.26) da Ocupação como um agente de caráter “humanitário” (YONEYAMA, 2005). Holmes também apontara explicitamente, cabe ressaltar, que tal mulher “moderna” devia integrar a definição da “boa esposa, sábia mãe” (MCANDREW, 2014, p. 92), em consonância com o slogan exaustivamente enfatizado oficialmente no período imperial. De fato, o discurso feminista japonês e das Forças de Ocupação coincidiam em pontos fundamentais, em especial no que tange a conexão identitária entre mulher e domesticidade (PENA, 2015), enfatizando os papéis de esposa e mãe como a principal característica de seu *genderframe*. Em suma, os americanos responsáveis por rearticular a mentalidade japonesa aceitavam e promoviam a ideia da centralidade dos papéis de esposa e mãe na definição de “mulher” e mesmo 50 anos após a promoção da ideologia e política do *ryosai kenbo*, ela permaneceria presente (KLEMPERER-MARKHAM; GOLDSTEIN-GIDONI, 2012, p. 8).

### 3.1.3 Credibilidade: Credibilidade dos articuladores

A credibilidade dos articuladores, como o nome sugere, é o grau de crédito e aceitação atribuído ao ator responsável por criar e articular o *genderframe*. Neste estudo, o articulador é definido como as Forças de Ocupação (SCAP) e seus subcomitês. Faz-se mister retomar a noção de que a Ocupação aliada agiu por intermédio dos aparelhos burocráticos e institucionais locais, contando com a cooperação de cidadãos japoneses na formulação de políticas e estratégias, o que por si só já angariava mais credibilidade no sentido de não se tratar de um puro governo exógeno. Dessa forma, as medidas pretendidas eram formuladas e aplicadas de maneira mais orgânica, e contavam com a articulação de muitas propostas iniciadas e colocadas em prática unicamente pelos japoneses.

Para os outros Estados no leste asiático, a ONU, a comunidade internacional como um todo e a própria população ocupada, o projeto de ocupação do Japão não tinha sua legitimidade questionada, dada a situação de ser um país derrotado militarmente em uma grande guerra mundial (EDELSTEIN, 2004, p. 70) (JANSEN, 2002) (PEI; KASPER, 2003). O que se eventualmente questionava era a forma com a qual a ocupação seria conduzida, questionamentos esses levantados mais frequentemente sobretudo pela União Soviética e com ressonância concentrada em críticas da imprensa dos Aliados europeus <sup>35</sup>(JANSEN, 2002) (MACARTHUR, 1964).

Apesar da explícita promessa de transparência feita pelo SCAP em relação à ocupação do Japão<sup>36</sup>, um ponto essencial para também se levar em consideração é o fato de que a os responsáveis contraditoriamente<sup>37</sup> utilizaram-se extensivamente de aparatos de censura, que contavam com mais de 6 mil cidadãos japoneses para traduzir para o inglês livros, cartas, ligações, roteiros, revistas, livros-texto, dentre outros elementos (MCANDREW, 2014, p. 95). O Japão era considerado pelos americanos como “uma nação de leitores”, devido a suas altas taxas de alfabetização de ambos os gêneros e uma sólida e efervescente imprensa e indústria editorial (DOWER, 1999) (MCANDREW, 2014), e daí parte da sua racionalização de utilizar a mídia tanto como forma de promover psicologicamente as transformações e codificar a “democracia”, quanto de evitar quaisquer críticas à Ocupação e aos Aliados. Nesse contexto, a manipulação direta da mídia e dos meios de comunicação contribuiu para fomentar uma

---

<sup>35</sup> “A storm of criticism in the press of our European Allies greeted my action. The leader in denunciation was Russia, which insistently demanded more participation in the occupation and control of Japan” (MACARTHUR, 1964, p. 310).

<sup>36</sup> A promessa de transparência quanto às políticas e objetivos da Ocupação eram estendidas para o próprio povo japonês e para o restante do mundo (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946, p. 10-11)

<sup>37</sup> As autoridades da Ocupação criticavam duramente o controle midiático feito pelo governo japonês durante a guerra e enfatizavam o valor da liberdade de expressão prevista na Declaração de Postdam. Todavia, estabeleceram uma autoridade máxima de vigilância, controle e censura da mídia e comunicações (MATSUDA, 2012).

imagem positiva da Ocupação e coibir quaisquer críticas ou denúncias que pudessem existir nos meios formais e na mídia em geral.

Inicialmente, a reação imediata à notícia de que haveria uma Ocupação americana no arquipélago foi naturalmente recebida com medo e desconfiança. Havia uma aguda preocupação em especial com o possível perigo representado pela presença de soldados para as “mulheres de honra” (categoria que excluía as prostitutas e estrangeiras) (KAWAI, 1979). Membros do governo emitiam diretrizes comportamentais específicas para mulheres para proteger “seus corpos e suas virtudes”, tais como evitar conversar com soldados, vestir-se com roupas largas e longas e não amamentar crianças em público (GOTO, 2014). Com o passar dos meses e a constatação de que a situação aparentava ser menos grave do que previsto, as restrições e temores foram se relaxando e se flexibilizando, especialmente nos grandes centros urbanos que começam a passar por processos de americanização cultural (KAWAI, 1979) (SHUKERT; SCIBETTA, 1989). Considerando que a fome generalizada era o principal problema imediato vivenciado por todas as camadas da população, os envios de alimentos<sup>38</sup> dos Estados Unidos para ajudar a mitigar a crise também contribuíram fortemente para melhorar a imagem da Ocupação dentre os japoneses como atores benevolentes (DOWER, 1999, p. 93) (MACARTHUR, 1964, p. 306).

Além disto, o que a derrota mostrou foi o quão rapidamente os anos de doutrinação ultranacionalistas puderam ser desfeitos. No discurso e nas ações, as pessoas em todo lugar demonstravam alívio em relação ao colapso do Estado autoritário, visto e extensivamente apontado como responsável pela crise atual do país após quinze anos de guerra e derrota (DOWER, 1999, p. 122). A demonização dos americanos disseminada pela propaganda nos tempos de guerra pôde e foi transferida para os militaristas do governo, ligados aos “elementos feudais sociais” – ponto de vista este obviamente também apoiado e incentivado pela Ocupação. Como o governo anterior havia perdido sua credibilidade com uma imensa parcela da população, o novo tinha a oportunidade de advogar seus princípios como mais eficientes. Complementarmente, os discursos, narrativas e lógicas criadas e articuladas durante o período imperial para mobilizar a população eram dotados de particular flexibilidade ideológica e discursiva. Vários *slogans*, exortações e conceitos foram reaproveitados pela Ocupação para promover a democracia gerando um senso de familiaridade psicológica para com a população (BEASLEY, 1990) (DOWER, 1999).

---

<sup>38</sup> Durante a ocupação do Japão, mais de 3.500.000 toneladas de alimentos foram fornecidas pelos EUA para mitigar o grave problema da fome e má distribuição (MACARTHUR, 1964, p. 326).



A própria configuração da Ocupação de certa forma não era uma drástica ruptura com o período anterior. Em algumas instâncias, a potência ocupante pode conseguir maior apoio da população se cooptar ao invés de destruir determinadas instituições do período de guerra. No Japão, isso se materializou com a retenção do imperador como líder simbólico da nação, eximindo-o de um grau de responsabilidade (EDELSTEIN, 2004, p. 59) e atribuindo a culpa da derrota e da situação caótica que o país se encontrava nas elites militares. Além disso, as exortações verticais para mudar o *status quo* e a própria figura de MacArthur (imagem projetada e compreendida como ditador militar autoritário, porém paternal e sincero) tinham forte ressonância com a situação vivenciada pelo Japão no período de guerra, ainda que os objetivos fossem diferentes. Com esses aspectos de familiaridade e melhoria concreta das condições de vida da população, a resposta de grande parte dos japoneses era de que o comandante supremo era bom, assim como a democracia (DOWER, 1999) (GOTO, 2014) (PYLE, 1995). Essa recepção positiva ao novo comandante supremo em todas as camadas sociais surpreendeu positivamente os americanos, que esperavam certo grau de resistência tanto de oficiais quanto de civis<sup>39</sup> (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946, p. 13-14) (DOWER, 1999) (TAKAMAE, 2002).

### 3.2.1 Saliência: Centralidade

É um equívoco tomar como monolítica a categoria de “mulher” no Japão. Sendo um país relativamente homogêneo etnicamente e sem grande sinergia ou fervor religioso, as maiores diferenças residiam nas categorias de classe, idade e localidade (urbana ou rural). Grupos marginalizados e amplamente excluídos de parte das medidas aplicadas no período da Ocupação compreendiam principalmente as prostitutas e minorias étnicas e estrangeiras (BERNSTEIN, 1991). Com efeito, outro ponto importante é a constatação que os padrões de comportamento das pessoas eram muitas vezes dirigidos por motivos mais práticos do que ideológicos. O sistema familiar tradicional, por exemplo, tinha aspectos legais, morais, sociais e econômicos, servindo inclusive como uma forma de seguridade social para uma sociedade que ainda não possuía algo equivalente (TSUCHIYA, 1993-1994).

---

<sup>39</sup> O relatório *Occupation of Japan: Policy and Progress*, datado de 1946, sublinha que no contato inicial os integrantes do SCAP encontraram oficiais japoneses altamente cooperativos, mesmo diante do fato de que as forças japonesas superavam numericamente de vinte para um as Forças de Ocupação no arquipélago. O documento afirma ainda que “O SCAP utilizou-se tanto da cooperação oficial quanto da docilidade da população” ativamente durante o período (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946).

O projeto de construção nacional e seus frames associados devem ocupar uma posição central nas vidas cotidianas políticas e sociais da população para obterem sucesso e serem percebidos como condições essenciais para um futuro melhor para todos (DERICHS, 2005). Ao associar diferentes prioridades das pessoas com o conceito de “nação” e ao *genderframe* criado, ele passa a ocupar uma posição mais central nas vidas do público-alvo. Como analisado anteriormente, a estratégia adotada pelo ator estratégico foi de associar fortemente a modernidade e democracia com direitos das mulheres e, como consequência, a melhoria direta de suas condições enquanto mães e esposas.

Derichs afirma que: *“The strategy of extolling nation-building as a component for the establishment of democracy will not arouse any burning national enthusiasm if two thirds of the people of a nation are threatened with starvation under democratic conditions”* (DERICHS, 2005, p. 45). De fato, esforços práticos para a garantia de recursos podem ter mais efeitos diretos sobre a credibilidade e a centralidade do projeto de construção nacional do que a simples promoção de eleições, por exemplo (DERICHS, 2005). A realidade japonesa no pós-guerra imediato era marcada pela fome, doença, crime, inflação e falta de moradias. Sendo assim, a estratégia de associar a modernização democrática com melhorias concretas na condição das pessoas destacava a prosperidade americana como um ideal (prosperidade essa que se ilustrava na prática no cotidiano das pessoas por meio do auxílio material empreendido) e buscava posicionar a democracia como um elemento central na mentalidade coletiva.

Nesse sentido, o espaço público era, na configuração do ideal feminino na mentalidade da Ocupação, uma extensão do lar (KOIKARI, 1999) (MCANDREW, 2014) (YONEYAMA, 2005). Ethel Weed, da chefia da subdivisão de assuntos das mulheres do CIE em 1948 declara abertamente que tentavam vender a ideia às mães e esposas japonesas de que a dona de casa devia olhar também para fora do lar, pois problemas políticos e econômicos o afetam diretamente (MCANDREW, 2014). Com esta estratégia, a Ocupação buscava associar diretamente a participação política feminina (e em segundo plano nas matérias de educação, novas leis familiares e trabalhistas) com os fatores que já ocupavam a posição central na vida da audiência no contexto: a sobrevivência da família em primeiro lugar e, num âmbito maior, a modernização do país como um todo para superar seus “atrasos feudais” e assim garantir melhorias nas condições de vida da população.

Outrossim, as explicações e racionalizações oferecidas tinham maior ou menor centralidade conforme a idade e local da mulher. Em um contexto patriarcal, os efeitos do desenvolvimento afetam o status das mulheres de maneira diferente dependendo da classe e da região. Elas são mais propensas a terem um leque mais amplo de opções em regiões urbanas,

enquanto em áreas rurais os arranjos familiares patriarcais limitam suas opções. Além disso, as maiores beneficiárias de processos de desenvolvimento geralmente são mulheres de classe média e alta, ainda que o desenvolvimento nacional, reformas legais e educação pública aumentem a mobilidade de outras classes. (MOGHADAM, 1993, p. 64). Efeitos práticos e graus de adesão da população são explorados mais detalhadamente na próxima sessão, que determina se há de fato congruência entre o *genderframe* oferecido e a vida prática por meio da análise da adesão e opiniões de mulheres japonesas e da mídia.

### 3.2.2 Saliência: Comensurabilidade empírica

O método aqui utilizado para mensurar a comensurabilidade empírica do *genderframe* oferecido e a aplicação das medidas foi pautado primariamente na análise provinda de estatísticas de questionários e censos aplicados na época, além da observação de publicações e opiniões da mídia sobre as pautas conforme detalhado em relatórios do SCAP. Os dados quantitativos utilizados são em sua maioria originários do estudo de Koyama Takashi, comissionado pela UNESCO e publicado em 1961, que compilou um amplo leque de relatórios e pesquisas quantitativas a respeito dos reflexos práticos das mudanças promovidas durante a Ocupação. Em alguns casos, os dados disponíveis quanto a certa pauta compreendem apenas o ano de 1957 ou 1958. Todavia, considerando o curto período de tempo desde o fim da ocupação em 1952 até estas datas, optou-se por utilizá-los como forma de compreender ao menos as tendências dos efeitos analisados, ainda que de maneira menos precisa.

Outra fonte amplamente utilizada foram os relatórios denominados *Publications Analysis*, que por sua vez consistiram em uma série de compilações de tendências de opinião midiática japonesa sobre pautas relacionadas às mulheres. O CIE elaborou o total de oito relatórios, no período de 1946 a 1949, nos quais são analisadas múltiplas revistas e jornais de circulação variável desde 10 mil a 200 mil exemplares, além de declarações de intelectuais, políticos e, em menor medida, respostas de leitores às publicações. Optou-se por incluir visões da mídia visto que o sucesso ou fracasso de tentativas de *framing* por um líder nacional pode ser seriamente afetado caso a mídia concorde ou não com o *frame* proposto – pois ela é capaz de, voluntariamente ou involuntariamente, criar ou dar suporte a *frames* “concorrentes” ou contrapostos ao oficial que está sendo promovido (MINTZ; REDD, 2003, p. 198). Conforme explanado anteriormente, ainda que a censura fosse uma realidade, sua ação maior estava pautada em coibir críticas à Ocupação e aos Aliados e evitar manifestações de elementos considerados militaristas e ultranacionalistas (e posteriormente comunistas). Opiniões

discordantes ou favoráveis às medidas promovidas pelo *genderframe* não eram censuradas e a própria existência de relatórios do SCAP especificamente destinados à análise de conteúdo midiático sobre assuntos relacionados à emancipação feminina indica que a Ocupação tinha interesse em avaliar como as pautas estavam sendo recebidas e debatidas pelos japoneses.

- *Sufrágio*

O assunto do sufrágio e da participação da mulher na esfera política fora tema de imenso enfoque e polarização nas publicações analisadas, principalmente nos meses que se antecederam às eleições. O tema “mulheres e política” é objeto de análise direto em 5 dos 8 relatórios. Havia uma ideia prevalente em círculos tanto conservadores quanto radicais que as mulheres votariam com inclinações conservadoras (GHQ/SCAP, 1946, p. 82), mas as demais divergências de opinião sobre a temática podem ser divididas conforme a inclinação política do veículo de comunicação e/ou do redator, observável nas tendências expostas no *Publication Analysis* de 2 de fevereiro de 1946, tendências essas que permaneceram presentes nas publicações posteriores:

a) *Conservadores*: Na visão conservadora, as críticas ao sufrágio feminino eram por vezes mordazes. Alguns comentaristas caracterizavam o sufrágio feminino como “pérolas para os porcos”, enquanto outros mais moderados criticavam o fato de que, segundo eles, os japoneses em geral não estavam preparados para a política, aí inclusas as mulheres. A maioria dos conservadores previa uma baixa adesão feminina nas eleições, estimando que 20% de eleitoras seria uma proporção otimista. Destacavam a importância da educação feminina, que no então presente estado as deixaria despreparadas para exercer os direitos políticos.

b) *Esquerda/Liberais*: Em geral eram favoráveis ao sufrágio feminino, ressaltando que era papel da sociedade “fazer todo o possível para libertar as mulheres de laços militaristas e feudais”. Alertavam sobre a necessidade de melhorar a educação feminina, o que traria reflexos positivos para a política. Na esfera de intelectuais comunistas japoneses, havia a defesa de que as mulheres se tornassem líderes políticas nas matérias de distribuição de alimentos, além de reforçarem nas publicações as dificuldades enfrentadas pelas operárias e a necessidade de igualdade salarial. Como um contraponto à opinião geral, alguns autores argumentavam que era desproporcional a preocupação

com a influência conservadora das mulheres na política, apontando que o sufrágio feminino nos EUA não se refletiu consideravelmente nos resultados das eleições.

c) *Centro*: Dentre aqueles considerados de centro, ainda que não necessariamente contrários ao sufrágio feminino, consideravam que esse direito foi concedido rápido demais, e defendiam que investimentos na educação geral e política das mulheres deviam ser feitos antes da concessão desse direito. Essa falta de consciência política, segundo eles, também refletiria em um baixo interesse pelo assunto entre as mulheres e consequentemente um baixo engajamento.

No relatório *Publication Analysis* de 8 de abril de 1946, dois dias antes das eleições, a temática dominante na mídia fora o sufrágio feminino, trazendo à tona as sessões “As mulheres votarão?”, “Para quem elas votarão?” e “Guia para eleitoras”. Novamente, há forte clamor nas publicações em prol da educação política feminina, sendo demanda comum independente de viés ideológico ou político da publicação. A opinião geral na mídia abarcada pela análise era de que cerca de 50% das mulheres vão fazer uso do sufrágio; a razão da abstenção, segundo os defensores dessa estimativa, era a ignorância política geral das mulheres. Com relação às intenções de voto femininas, algumas publicações argumentavam que a preferência partidária iria variar conforme a idade da eleitora, mas concluíam que todas favoreceriam candidatas para representá-las. Além disso, segundo o relatório, havia também “temores expressos de que candidatas perderiam sua feminilidade” (GHQ/SCAP, 1946, p. 215).

A tendência geral das previsões das intenções de voto das mulheres era de que as eleitoras seriam pragmáticas, favorecendo candidatas que “melhorariam a vida da mulher no lar” ao invés de candidatas que “preguem pela liberação das mulheres” (GHQ/SCAP, 1946, p. 215-216). Ademais, algumas revistas se propunham a informar as mulheres sobre a melhor forma de votar, ressaltando que seria essencial que se informassem sobre as pautas de cada partido relacionadas com o bem-estar das mulheres e da família, e que tivessem a consciência de que alguns partidos levavam essa pauta com mais seriedade do que outros (GHQ/SCAP, 1946, p. 216).

Na prática, a garantia de direitos políticos às mulheres (incluindo sufrágio e liberação da associação política feminina), meta principal da Ocupação dentro de seu leque de objetivos de emancipação, teve resultados quase que imediatos (GEDDES, 1977). Em fevereiro de 1946, cientes da alta probabilidade da concretização do sufrágio feminino, cada um dos quatro maiores partidos incorporou pautas sobre direitos das mulheres em suas plataformas para

cativar o voto do público-alvo<sup>40</sup> (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946, p. 22) (PENA, 2015, p. 17). Tal atitude refletia também as previsões da mídia e dos intelectuais de que elas favoreceriam candidatas em suas opções eleitorais (SCAP, 1946, p. 216).

Quase 13 milhões (ou 66%) das 20 milhões de mulheres abarcadas pelo direito de sufrágio foram às urnas nas primeiras eleições em 10 de abril de 1946. A taxa de eleitores do sexo masculino, em comparação, foi de quase 79%. 38 candidatas foram eleitas de um total de 79<sup>42</sup> – a previsão inicial de analistas japoneses e americanos era de que nenhuma seria (SCAP, 1949, p. 321) (PENA, 2015, p. 25). Nas eleições locais de 1949, por sua vez, 798 mulheres foram eleitas em diversos cargos (KOYAMA, 1961, p. 142). Notoriamente, a candidata Michiko Yamazaki que liderou o número de votos para uma mulher foi eleita com 191.293 votos, não muito distante do candidato mais eleito, com 211.146 votos (SCAP, 1949, p. 321). Em alguns casos, oficiais da SCAP entraram em contato com mulheres ativas nos movimentos femininos e as encorajaram a se candidatar<sup>43</sup>. Vários grupos e associações de mulheres ativos no pré-guerra que haviam sido proibidos por lei de se organizar reergueram-se e muitos outros surgiram; a adesão feminina a tais grupos, na década de 50, correspondia a quase 60% da população. Houve também um ressurgimento da participação feminina em sindicatos e greves (PENA, 2015), mas foram coibidas posteriormente pela própria Ocupação a partir de 1950, situação a ser abordada no próximo capítulo.

A adesão eleitoral masculina entre a primeira eleição em 1946 e a eleição de 1952 cresceu 1,5%; já a feminina, 6,8% (KOYAMA, 1961, p. 140), demonstrando o crescimento do interesse das mulheres com assuntos políticos. O interesse é ainda maior em se tratando de eleições locais, pois as pessoas sentem de forma mais próxima a importância da decisão, e a diferença na proporção de votos entre os sexos se torna ainda menor (KOYAMA, 1961, p. 140).

---

<sup>40</sup> O Partido Liberal focava sua pauta na ligação entre o lar e a política (igualdade de oportunidades educacionais, revisão do código civil, educação política feminina e proteção de mães e crianças). O Partido Socialista contava com pautas semelhantes e com algumas dezenas de mulheres em cargos de comitês executivos locais. O Partido Comunista focara nos interesses das operárias, donas de casa e trabalhadoras agrárias, demandando paridade salarial e licenças específicas para mulheres. O Partido Progressista não desenvolvera uma plataforma especial para mulheres, mas convidou mulheres para se unirem ao partido. Foi também fundado o Partido das Mulheres do Novo Japão, com o apoio do Partido do Novo Japão e a maioria das integrantes eram esposas de membros do partido matriz (PENA, 2015).

<sup>41</sup> O relatório do Departamento de Estado dos EUA sobre o avanço das políticas promovidas pela Ocupação no Japão ressalta ainda que os partidos buscaram também incluir candidatas para obter a atenção e o voto da nova parcela eleitoral (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1946).

<sup>42</sup> Dentre as eleitas, as proporções partidárias se dividiram em: na esfera conservadora, 5 do Partido Liberal e 6 do Partido Progressista; no centro, 8 do Partido Social Democrata; da esquerda, 1 do partido comunista; além de 10 independentes (não afiliadas) e 8 de partidos menores. O partido unicamente feminino, Shin Nippon Fujin-to elegeu uma candidata (SCAP, 1949, p. 321).

<sup>43</sup> Um caso notável de mulher ativa no movimento feminista e eleita foi de Ichikawa Fusae, responsável por criar a primeira associação em prol de demandas dos direitos das mulheres. Esteve também envolvida na articulação direta com autoridades da Ocupação nas matérias relativas ao sufrágio feminino (DALES, 2009).

Diante desses dados, podemos observar que os esforços para promover o sufrágio feminino como parte da empreitada democrática tiveram sucesso além do esperado. O relatório do SCAP sobre a reorientação política japonesa declara:

“The unexpected attendance of women at the polls and the victory of so many women candidates indicated that, despite the novelty of universal suffrage, the Japanese people were making sound progress toward true democracy and they exercised shrewd judgement in differentiating among a host of candidates.” (GHQ/SCAP, 1949, p. 321).

Mesmo após as eleições, o interesse da mídia e do debate público na participação das mulheres na política continuava, com um grande volume de matérias e artigos sobre as mulheres integrantes da Dieta. Havia também uma considerável quantidade de críticas direcionadas às parlamentares, mas com alguns elogios para casos específicos - tanto suas ações quanto aparência estavam sobre escrutínio. Parte dos intelectuais denunciava a exclusão de mulheres de debates e reuniões importantes na Dieta, uma vez que aqueles que podem discursar eram decididos previamente por uma comissão de todos partidos composta apenas por homens (GHQ/SCAP, 1947, p. 194). Estes mesmos defensores de uma maior participação das parlamentares argumentavam que “[...] mulheres eleitas deveriam ser colocadas em posições adequadas, como no Ministério do Bem-Estar Social, e lidar com problemas diretamente envolvidos com a vida familiar, como a distribuição de alimentos”, pois, segundo eles, tais questões “[...] podem ser mais bem debatidos pela mulher do que pelo homem, que não tem nenhuma conexão com o assunto” (GHQ/SCAP, 1948, p. 184, tradução nossa). Matérias que continham entrevistas e artigos com opiniões de parlamentares mulheres sempre tratavam de pautas de emancipação feminina, suprimento e distribuição alimentar, preços de *commodities* e formas mais eficientes de se realizar tarefas domésticas (GHQ/SCAP, 1948, p. 186).

No entanto, críticas ao considerado “baixo padrão” das mulheres eleitas eram mais frequentes nas publicações. Um dos argumentos recorrentes que ilustra essa linha de crítica nas publicações analisadas, transcrito especificamente da revista *Josei Kaizo*, é: “[...] se as qualificações de uma mulher são iguais ou menores às de um homem, ela deve abandonar sua candidatura. As mulheres tem uma missão na qual não podem ser substituídas por um homem, que é estabelecer uma família saudável e criar filhos” (GHQ/SCAP, 1947, p. 194-195, tradução nossa).

O *genderframe* criado, que atrelava a esfera pública - com ênfase no sufrágio - como extensão natural e moderna do lar e das questões que afetavam diretamente a família teve, nessa matéria, grau considerável tanto centralidade quanto comensurabilidade empírica na vida da

audiência; deve-se ressaltar, conforme abordado no capítulo 2, que esta foi a medida de emancipação feminina mais ativamente promovida pelo CIE através de palestras, matérias e *workshops* por todo o país. A discussão da temática da participação da mulher na política sempre trazia à tona as questões do impacto desse direito no lar e, sobretudo nos círculos liberais e feministas, da representação de um passo importante rumo à modernidade e à superação do “passado feudal japonês” (GHQ/SCAP, 1946). O maior interesse feminino nas eleições locais evidencia essa centralidade do sufrágio associado à possibilidade de melhora nas condições da família justamente pelo caráter mais palpável e imediato de seus efeitos nas vidas das pessoas e famílias.

- *Família e posição social da mulher*

O público geral apresentava interesse em mudanças constitucionais ao fim da guerra, enviando sugestões para jornais e rádio; o desejo pela reforma do sistema familiar *ie* e das leis civis relacionadas à posição social das mulheres era quase universal entre as feministas (DALES, 2009) (PENA, 2015, p. 26), além de ser uma demanda já presente e vocal nas décadas que antecederam a ocupação (ISONO, 1964). Havia vozes contrárias entre homens membros da Dieta durante o debate sobre as alterações no Código Civil – eles temiam que a inclusão dos novos artigos fosse mitigar o sistema familiar japonês, mas chegaram à conclusão de que os valores tradicionais e costumes persistiriam (PENA, 2015, p. 32). Como veremos em breve, o entendimento deles estava parcialmente correto, sobretudo nas áreas rurais.

No âmbito das análises de publicações, logo após as primeiras eleições, o tema de família e correlatos imediatamente substituiu o tema de sufrágio feminino como o mais debatido e polarizado na mídia. De acordo com os relatórios, ainda que para o público geral houvesse uma real preocupação quanto aos impactos das leis sobre o sistema familiar na sociedade, a maioria das publicações buscava tranquilizar seus leitores e traziam comparações com os EUA para demonstrar que as medidas não causariam o temido colapso social (GHQ/SCAP, 1946, p. 92).

É particularmente notável que, em todas as instâncias em que é mencionado o tema de “família” ou “sistema familiar”, o termo “feudalismo” e seus correlatos eram sempre citados, tanto entre críticos do sistema quanto defensores, o que mostra a força do aspecto da dicotomia *moderno x feudal* contida no *frame*. O *Publications Analysis* de 9 de maio de 1946, um mês depois das eleições, tem seu enfoque primário na questão da posição social da mulher e nos “elementos de feudalismo no sistema familiar”. Havia dentre parte dos comentaristas fortes



dúvidas sobre a capacidade das reformas democráticas de se enraizarem na sociedade enquanto o sistema familiar permanecesse o mesmo, considerado por eles influenciado pelo autoritarismo e feudalismo. Dentro desse debate, podem se dividir as tendências de opiniões em duas principais vertentes:

- *Defensores do sistema familiar*: este grupo ponderava sobre a possibilidade de alterações e adaptações pontuais para a sobrevivência do sistema familiar em um regime democrático, como por exemplo instituindo o fim do caráter absoluto da preferência do mais velho sobre o mais jovem em matérias de sucessão e herança. Moderados defendiam que seria “natural que haja divisões sociais de trabalho conforme o sexo. Igualdade não significa que ela seja formal e mecânica”. Outros conservadores eram mais incisivos nas suas críticas, afirmando que “se em algum dia no futuro as mulheres japonesas se tornarem mais inteligentes que os homens, elas não podem se tornar presunçosas, devem permanecer reservadas em relação aos homens como foram por eras”. Acreditavam ainda que o sistema familiar era uma base inabalável da estrutura social japonesa e temiam que alterações em seu cerne gerassem o colapso dos lares (GHQ/SCAP, 1946, p. 205-207, tradução nossa).

- *Críticos do sistema familiar*: Algumas publicações apontavam a tradição do chefe patriarca da família como a raiz do mal do sistema familiar e clamavam por sua abolição; indicavam também o individualismo democrático como algo que tornaria incompatível esse antigo modelo familiar com a nova realidade do país. Os mais vocais a favor da abolição do sistema citavam ainda a necessidade de se “erradicar o feudalismo do coração dos homens”, associando o sistema familiar e suas leis correlatas ao atraso e ao fracasso autoritário imperial e sublinhando a subserviência feminina no sistema como algo contrário à democracia e às reformas de emancipação da mulher. Por fim, o posicionamento mais moderado dentro desse grupo abordava a questão das alterações do sistema familiar como algo inevitável, tendo em vista as profundas mudanças econômicas e sociais trazidas pela guerra, principalmente nos grandes centros urbanos (GHQ/SCAP, 1946, p. 205-206).

Segundo dados de questionários promovidos pela Agência de Notícias Mainichi e Jiji aplicados em cidades, em 1947, 47% das japonesas haviam lido a Constituição e 74,4% eram a favor da abolição da desigualdade de gênero. Contabilizando homens e mulheres, 64,5%

aprovavam as alterações. Dentre os 31.8% que se opunham, mais da metade (58%) declarou-se contrária às mudanças não necessariamente por discordar delas, mas por sentir que haviam sido muito súbitas e velozes (PENA, 2015, p. 34).

No âmbito das relações interpessoais, o fenômeno da americanização cultural<sup>44</sup> e material teve efeitos imediatos e concretos nos grandes centros urbanos, incluindo em matérias de expressão afetiva pública e da vida cotidiana das mulheres<sup>45</sup>. O dismantelamento formal das estruturas do sistema familiar *ie* abriu espaço para o que a imprensa popular denominou “sistema de casamento por amor romântico” e “amor livre”, conectando causalmente as reformas instigadas pela Ocupação com a liberalização do relacionamento entre sexos (MCLELLAND, 2010, p. 517). A americanização das relações nos grandes centros urbanos teve início com as “*pan pan girls*”<sup>46</sup>, como eram chamadas as prostitutas e mulheres no geral que se relacionavam com soldados americanos (DOWER, 1999) (MCLELLAND, 2010). Grande parte da mídia ajudou não só a normalizar esse comportamento como também a incentivá-lo, tanto por iniciativa própria quanto por manipulação direta por parte da CIE. Com efeito, esse fenômeno nos centros urbanos entre as parcelas mais jovens da população resultara no surgimento de uma cultura erótica livremente expressa na imprensa<sup>47</sup>, literatura, filmes e cultura popular. Era muito mais fácil falar sobre sexo na mídia japonesa a partir de 1945 do que nos Estados Unidos ou no mundo anglo-saxão da época, pois só atingiram um maior grau de abertura nesse assunto a partir da década de 60 (MCLELLAND, 2010, p. 522). Essa nova cultura consciente de erotismo<sup>48</sup>, vista como reflexo da “nova sociedade democrática” disposta

---

<sup>44</sup> A americanização cultural e material era ainda assim alvo de críticas por uma parcela da mídia, que discutia a introdução de vestes e costumes ocidentais no Japão por meio das mulheres e, em um âmbito mais amplo, direcionavam também as críticas ao que entendiam como a “liberalização excessiva” da mulher. Algumas dessas publicações, utilizando-se de humor e cartuns, apontavam o que entendiam como uma inversão de valores e o início de uma “sociedade de amazonas” em que as mulheres “deixariam de lado todas as coisas femininas, como pintar seus rostos e se vestirem adequadamente” e os homens “usariam ornamentos como pavões para cortejar o sexo dominante” (GHQ/SCAP, 1946, p. 209).

<sup>45</sup> As vestimentas ocidentais foram um dos primeiros aspectos a se popularizarem entre as mulheres japonesas. Grande parte disso se deve ao fato de que o ideal desejável de feminilidade e beleza era quase exclusivamente baseado no modelo da mulher branca americana nas mídias, como parte do projeto de democratização das mulheres por parte da Ocupação; além disso, a escassez de tecidos tornava mais dispendiosa a fabricação de quimonos comparado aos vestidos ocidentais (MATSUDA, 2012) (MCANDREW, 2014).

<sup>46</sup> Apesar de marginalizadas socialmente, elas foram as pioneiras na disseminação horizontal da americanização de costumes, da língua, dos bens de consumo e dos hábitos, demonstrando comportamentos jamais vistos em público anteriormente (DOWER, 1999).

<sup>47</sup> O código de regras imposto para a imprensa japonesa desde 1945 proibia qualquer crítica às autoridades aliadas (incluindo a denúncia de crimes cometidos por parte dos soldados), referências a problemas cotidianos como falta de alimentos, e qualquer tipo de propaganda ou crítica considerada nacionalista ou militarista. Matérias classificadas como “obscenidade” eram toleradas, com exceção àquelas com referências sobre fraternização entre tropas americanas e mulheres locais ou críticas à imagem e/ou moral da mulher ocidental (MCLELLAND, 2010, p. 521).

<sup>48</sup> Revistas e livros falavam abertamente sobre dicas de encontros, relacionamentos e atividades sexuais maritais, inclusive com ênfase no sexo por prazer e prazer feminino, além de propagandas de controle de natalidade, algo

a abandonar o “passado feudal”, era parte de uma resposta mais ampla aos valores austeros e “espirituais” promovidos pelo regime militar derrotado no período de guerra, que considerava indecentes as formas de relacionamento ocidentais<sup>49</sup>.

Em contrapartida, outra parte da mídia e uma parcela dos leitores revelava profunda ansiedade ao que percebiam como uma “deterioração moral”, sendo fontes de escárnio tanto a liberalização do comportamento sexual e afetivo dos jovens, quanto a fraternização entre mulheres japonesas e soldados americanos e o aumento da prostituição em geral, evitando quaisquer críticas ao comportamento das tropas em si (GHQ/SCAP, 1946, p. 92). Por fim, um argumento também recorrente em publicações defendia que as etapas básicas para a elevação do status da mulher na sociedade eram, em primeiro lugar, a modernização da cozinha; o aumento da idade para o casamento, que deve ser feito por afinidade e não por arranjos; e garantir o controle de natalidade<sup>50</sup>, pois as taxas japonesas estavam muito acima das ocidentais (GHQ/SCAP, 1947, p. 191).

Na esfera prática, apesar da existência da liberalização nas formas de relacionamento nas cidades, essa situação ainda estava longe de ser a norma e era restrita aos jovens de grandes centros urbanos. Podia-se observar o início da maior tendência de dissolução das famílias estendidas desde o início da década de 40 (limitando-se ao modelo de família nuclear), mas as convenções tradicionais ainda tinham peso muito forte na questão do casamento, e o sistema formalizado pelas leis do Código Civil e pela Constituição tiveram menos reflexos práticos imediatos difundidos do que as outras medidas (KOYAMA, 1961, p. 39). A maior divergência

---

impensável no Japão anteriormente. A própria “satisfação sexual” de ambos integrantes do casal era apresentada discursivamente na mídia como um símbolo da igualdade entre os gêneros e uma diferenciação do casal ‘moderno’ e ‘feudal’ (MCLELLAND, 2010).

<sup>49</sup> Até o beijo, até então estranho ao costume japonês e impensável em público é popularizado entre os jovens casais urbanos e torna-se inclusive centro de intensos debates a partir de 1947, em que é defendido por intelectuais japoneses como mais um símbolo de avanço democrático e modernização (MCLELLAND, 2010). Foi diretamente incentivado pela Ocupação no sentido de emitirem diretrizes para aumentar o grau de erotismo e incluir cenas românticas com beijos em filmes japoneses e artigos em revistas. Sua retórica para justificar a necessidade da promoção desses elementos conectava diretamente o afrouxamento das normas sociais corporais com a liberdade psicológica da nação (HIRANO, 1994).

<sup>50</sup> A questão do controle de natalidade, incluindo tanto métodos preventivos quanto o aborto, era outra pauta extensivamente debatida na mídia segundo os relatórios analisados, estando presente em mais da metade deles. No período da Ocupação, não foram aplicadas mudanças nas leis proibitivas ao uso de contraceptivos e nem nas leis de eugenia. Ao contrário do que é comumente observado no ocidente, debate não possuía quaisquer contornos religiosos – aqueles que se opunham à adoção de métodos de controle de natalidade em geral argumentavam pelo perigo de falta de mão-de-obra no futuro, por questões eugênicas (acreditavam que mulheres pobres e sem acesso à educação fariam menor uso dos métodos, diminuindo assim o número de indivíduos da “classe inteligente”) e de julgamento da “moral sexual feminina”, apontando que se tornariam mais promíscuas caso tivessem acesso à contracepção. Os favoráveis, muito mais numerosos, em grande parte argumentavam que o uso de métodos para o controle de natalidade era uma necessidade e uma forma de proteger as mães, dada a grave situação econômica e material que o Japão se encontrava, além de conectarem esse direito aos conceitos de democracia e emancipação feminina (GHQ/SCAP, 1946-1948).

de opiniões é sem dúvidas entre habitantes de centros urbanos e rurais; níveis de renda ou escolaridade não eram variáveis muito expressivas nesse contexto. Habitantes de cidades no geral apoiavam a abolição do sistema familiar, a abolição do consentimento familiar para o casamento, o fim da obrigação de suporte aos sogros e o princípio de sucessão igualitária. Mas as populações rurais, em via de regra, não apoiaram as reformas no Código Civil (FUETO, 1957, p. 565).

A própria estrutura da agricultura, uma das grandes bases da sociedade japonesa na época, havia sido se desenvolvido e se baseado no cultivo de pequenas áreas por todos os membros da família *ie*. A nova realidade promovida tinha dissonâncias em relação ao cotidiano dos habitantes rurais, como por exemplo ao tornar quase impossível as novas leis de herança na prática, visto que os resultados das divisões de terras eram risíveis (ISONO, 1964, p. 51). Outrossim, as pesquisas indicavam que as mulheres, principalmente de meios rurais, eram as mais ligadas à tradição em matérias familiares; tanto aquelas em centros urbanos quanto rurais eram mais propensas a seguir as opiniões de seus pais sobre casamento do que os homens. Um levantamento do Ministério do Trabalho conduzido em 1955 indicava que apenas 25% do total de casamentos eram firmados por amor e iniciativa própria, enquanto 73% eram casamentos arranjados pela família, mesmo em grandes centros urbanos (KOYAMA, 1961, p. 42). Ou seja, mesmo diante das reformas de leis de casamento e liberalização de atitudes de relacionamento, esses aspectos ainda estavam fortemente circunscritos nos antigos costumes.

Quanto ao divórcio, que demonstrara aumentos a partir de 1945, em 1952 contava com a proporção de 77,2% dos divórcios iniciados pela esposa, especialmente as mulheres urbanas. Cabe ressaltar, no entanto, que ainda existia forte estigma social atrelado ao divórcio, especialmente o feminino (KOYAMA, 1961, p. 49). Dados de 1957 indicam também a prevalência da prática legalmente abolida de favorecer o filho homem mais velho na herança, apesar de que a atitude com relação à aceitação da prática diminui quanto mais jovem o respondente (mas não há muita diferença de opinião entre gêneros). Dentro da faixa etária de 20-29 anos, 44% dos homens e 42% das mulheres aceitam o favoritismo ao filho homem mais velho, em contraposição a porcentagem de aceitação de 77% dos homens e 78% das mulheres acima de 60 anos (KOYAMA, 1961, p. 54).

Conforme mencionado, as condições de vida práticas das áreas rurais refletiam um grau de desligamento das mudanças legais instauradas. A forma de organização familiar *ie*, abarcando pelo menos três gerações, era ainda em 1957 regra em pelo menos metade dos lares rurais (KOYAMA, 1961, p. 93). Um outro levantamento da UNESCO em 1958 mostra que as mulheres rurais adultas eram ainda mais conservadores que homens rurais nas matérias

familiares, mas já as mulheres jovens desse meio eram mais progressivas que os homens jovens (KOYAMA, 1961, p. 98)

No levantamento de 1956 na cidade de Nagoya, a pergunta voltada ao público feminino questionava sobre a vantagem de ter nascido mulher. As respostas mais populares escolhidas e suas porcentagens indicam ainda que as próprias mulheres consideravam como atividades positivas, desejáveis e recompensadoras a gravidez/cuidado de crianças (30% das mulheres de áreas urbanas e 52% das rurais) e os trabalhos domésticos (52% das mulheres de áreas urbanas e 16% das rurais) (KOYAMA, 1961, p. 67). Já em um questionário de 1955 do Ministério do Trabalho sobre a opinião feminina quanto à posição social da categoria, 49% das mulheres responderam que a posição da mulher deve ser melhorada tanto na família quanto na sociedade; 37% responderam que deve melhorar na sociedade, mas que estavam satisfeitas com sua posição em suas famílias. Segundo o mesmo questionário, a satisfação da mulher em relação a sua posição na família tendia a se associar ao nível de engajamento do marido nas tarefas domésticas, no gerenciamento das finanças do casal, na vida marital e no lazer compartilhado (KOYAMA, 1961, p. 73).

“Qual o fator está impedindo o avanço na posição social da mulher?” foi o tema de um questionário para mulheres em 1949. As respostas mais populares foram “a persistência de costumes feudais” (42%), seguida por “falta de compreensão dirigida às mulheres por parte de homens e pessoas no geral” (35%). Outros motivos citados foram o “caráter das tarefas domésticas” (30%), “passividade e ignorância por parte das mulheres” (27%), “instabilidade econômica” (14%), “baixo nível educacional oferecido às mulheres no passado” (9%), “males da estrutura política ou social” (2%) e “falta de locais para a educação social” (1%). As opções “falta de autonomia econômica por parte da mulher” e “filhos demais” tiveram 0% de respondentes. Proporções e respostas semelhantes foram observadas em outros questionários aplicados com outras pessoas e em outros locais nos anos de 1955 e 1958 (KOYAMA, 1961, p. 146).

Tendo em vista o que foi apresentado na matéria de família e *status* social da mulher, as cisões de opinião e adesão entre mulheres eram particularmente acentuadas nos aspectos de idade e local, demonstrando uma falta de comensurabilidade empírica e centralidade do *genderframe* em relação ao convencimento da população sobre as novas políticas familiares. As normas sociais e hierárquicas da sociedade japonesa presentes no sistema familiar estiveram presentes por séculos, ainda que em maior ou menor grau de rigidez conforme a classe social dos indivíduos, e foram fortemente promovidas durante as décadas que antecederam a ocupação. Este fato, somado à rapidez das mudanças formais, demonstra que os reflexos

práticos da legislação não tiveram efeitos profundos na sociedade, em especial entre as mulheres de áreas rurais. Essa discrepância entre a lei e a prática pode ser sintetizada na constatação de que a revisão dessas leis não decorreu de mudanças sociais, mas sim o oposto (ISONO, 1964, p. 50).

Ademais, as respostas dadas em alguns questionários reforçam a centralidade dos elementos de “maternidade” e “domesticidade” na vida cotidiana e mentalidade das mulheres japonesas da época, o que não necessariamente se traduzia em uma ligação cognitiva positiva com as alterações no sistema familiar. Em outras palavras, o *genderframe* criado e os esforços feitos para promovê-lo não foram suficientes o bastante para convencer que as mudanças empreendidas no Código Civil seriam particularmente ou necessariamente benéficas para mães e donas-de-casa. Por fim, é digno de nota o fato que o obstáculo ao avanço das condições das mulheres mais votado pelas respondentes de um dos questionários foi definido como “a persistência de costumes feudais”, retórica esta em consonância com o discurso e a mentalidade da Ocupação e de boa parte da mídia japonesa.

- *Educação*

Em relação à educação, o nível de alfabetização do país já beirava quase a totalidade para ambos os gêneros desde antes da Segunda Guerra. Na mídia, opiniões acerca dos projetos de educação feminina no Japão variavam da descrença ao entusiasmo e, segundo os relatórios de análises de publicações, com certo “tom de condescendência evidente em muitos casos”. Apesar disso, a maioria esmagadora das publicações de todos os espectros políticos era favorável e demandava maiores esforços na promoção da educação para mulheres, que consideravam inadequada (GHQ/SCAP, 1946, p. 92). O feudalismo era novamente uma palavra-chave trazida à tona em diversos debates sobre o tema.

A coeducação em particular gerava uma miríade de debates na imprensa e entre os leitores, com um consenso geral de que certas dificuldades na aplicação da medida eram inevitáveis, tais como a falta de acomodação para alunas, seus problemas financeiros, dentre outros. Alguns críticos conservadores sugeriam atenção redobrada nas aulas para turmas mistas, declarando que: “como há uma diferença mental entre homens e mulheres, seria prudente na coeducação que instrutores dessem explicações especiais para as alunas”. Diretores de escola, por sua vez favoráveis ao projeto, tranquilizavam pais que se opunham à coeducação por questões morais e pediam para que observassem comparativamente a realidade de países onde ela era aplicada (GHQ/SCAP, 1946, p. 207).

Uma vez removidas algumas das dificuldades para o ingresso das mulheres na educação secundária e superior, os efeitos práticos dessas medidas levantadas surtiram efeitos consideráveis, embora não tão imediatos a ponto de serem amplamente observáveis no recorte temporal que engloba o período da Ocupação (BEAUCHAMP, 1987). O número de crianças em idade escolar primária frequentando as escolas igual ou maior que 99,5% para ambos os sexos desde a década de 30, e tal número se manteve ao fim do período da ocupação do país. No nível de educação secundária, o número desce para 55% dos garotos e 45% das garotas durante a década de 30. No quesito de coeducação, já em dezembro de 1947 em resposta às diretivas emitidas pela Comissão de Educação, a maioria das escolas primárias, de ensino médio e universidades adequou-se a esse novo padrão (KOYAMA, 1961, p. 22). Dados que compilam a frequência feminina nos âmbitos escolares que lhes eram menos comuns, de 1950 a 1957, indicam a tendência crescente e comparativamente acelerada (em relação ao número de homens) do ingresso de mulheres no ensino médio e ensino superior (KOYAMA, 1961, p. 30).

Entretanto, ainda era prevalente entre os pais a noção de que educar as filhas era menos importante do que os filhos, refletindo as expectativas tradicionais dos papéis de gênero<sup>51</sup>. Destarte, enquanto a educação masculina era compreendida como essencial para seu ingresso no mercado de trabalho e avanço nas carreiras, o futuro da mulher ainda estava circunscrito no casamento, lar e maternidade; ainda que ingressassem no mercado de trabalho, a expectativa era de que abandonassem os empregos ao se casar, ter filhos, ou quando a situação econômica da família melhorasse (FUJIMURA-FANSELOW, 1985). Isto posto, a educação feminina era representada no *genderframe*, em primeiro lugar, praticamente como um pré-requisito para o exercício pleno dos direitos políticos da mulher e sua inserção na “modernidade democrática” que o país se inseria, visão compartilhada tanto pela mídia quanto pelo SCAP. E em segundo lugar, como uma possibilidade de beneficiar a vida familiar, sendo capaz de educar melhor os filhos, ser uma esposa inteligente e capaz de compreender melhor as dinâmicas do cotidiano e de assuntos de saúde, política, gerenciamento econômico, dentre outros – ou seja, ainda pautada em conformidade com as expectativas sociais para as mulheres.

- *Trabalho*

---

<sup>51</sup> Contudo, existiam visões críticas entre os intelectuais e a mídia japonesa que denunciavam os preconceitos da sociedade contra a educação feminina e as ressalvas das mulheres em seguir carreiras, argumentando que não bastaria o aparato educacional e a abertura de oportunidades para mulheres se não houvesse essa contrapartida de maior aceitação social para fazer esse sistema funcionar (GHQ/SCAP, 1946, p. 207).

Em relação à posição econômica da mulher, na mídia inicialmente apenas escritores e jornalistas de esquerda levantavam essa pauta. O argumento mais constante era que o sistema familiar feudal havia escravizado as mulheres e, para superar isto, as mulheres deveriam se organizar em creches cooperativas, hospitais de maternidade e em associações para articular melhorias na situação alimentar – áreas estas já notavelmente circunscritas no considerado “convencional feminino”. A igualdade econômica era também frequentemente citada como elemento essencial para atingir uma sociedade mais democrática e moral. Ademais, parte dessas publicações declarava que “a melhor forma de se medir o nível de civilização de uma nação é observando a posição de suas mulheres” ao criticar a atitude industrialista de praticar a desigualdade salarial e de, em tempos de guerra, convocar as mulheres para as fábricas e posteriormente dispensá-las sob a justificativa de que seu lugar era o lar (GHQ/SCAP, 1946, p. 91, tradução nossa).

Uma parcela menor de intelectuais, por sua vez, condenava a participação feminina em protestos e greves. Aqueles favoráveis afirmavam que a participação feminina sólida em sindicatos iria melhorar condições de vida e estabilizar a economia do país: “obediência e modéstia não são as únicas virtudes da mulher; devem exigir o que é justo, despertar para a nova situação e formar um poderoso modelo sindical trabalhista para criar um novo Japão” (GHQ/SCAP, 1947, p. 197, tradução nossa). Na questão da promoção do bem-estar e da segurança das operárias, afirmavam que “certas considerações devem ser levadas em conta devido à fraca constituição feminina, especialmente no caso das mulheres casadas” e que as medidas de proteção serviriam para garantir a “maternidade saudável da raça” (GHQ/SCAP, 1947, p. 188, tradução nossa). Cabe ressaltar que muitas das publicações favoráveis ao emprego feminino tinham adendos como: “[...] No futuro, todavia, com o aumento do poder produtivo e a estabilização da economia, menos mulheres precisarão trabalhar” (GHQ/SCAP, 1947, p.188-189, tradução nossa).

No último relatório *Publications Analysis*, de março de 1948, é constatado que a maioria das publicações tratava sobre a questão de igualdade entre os sexos; uma das publicações, por exemplo, sublinhava que “apesar da nova Constituição reconhecer a igualdade entre os sexos, a maioria das mulheres ainda é oprimida pelo feudalismo”. Concordavam que a igualdade plena não havia sido ainda atingida no Japão, com a prevalência da dependência econômica e de disparidades salariais; na área rural, observavam que “noções feudais” persistiam. Tanto o redator do relatório quanto as publicações analisadas reconheciam que geralmente mulheres casadas buscam emprego apenas por questão de necessidade econômica, impulsionada pela inflação e o aumento dos custos para se manter um lar, e que “homens que ganham o suficiente



não gostam de ver suas esposas trabalhando fora de casa”, pois nestes casos “[...] deveres domésticos são invariavelmente negligenciados”. Um considerável interesse midiático é também expresso na crítica às barreiras profissionais para mulheres em determinadas áreas (GHQ/SCAP, 1948, p. 180-186, tradução nossa).

Na prática, apesar das mudanças nas leis, os sistemas de gerenciamento e controle das trabalhadoras das indústrias persistiram no pós-guerra, até mesmo os métodos ilegais e incompatíveis com os princípios democráticos popularizados durante a Ocupação. Ainda assim, nos adventos de greves e demandas trabalhistas, as operárias obtinham respaldo na retórica de direitos humanos do pós-guerra (FAISON, 2007, p. 146-147), o que indica que esse aspecto foi assimilado dentro do meio trabalhista.

A noção tradicional compreende com ressalvas o trabalho feminino das mulheres casadas, e como pôde ser observado nas opiniões gerais da mídia e intelectuais, a maioria dos que aprovam seu trabalho fora de casa permaneciam considerando isto como um mal necessário imposto pelas dificuldades do contexto econômico. Nas pesquisas de opinião, repete-se o padrão de quanto mais jovem, mais propenso a ter maior aceitação pelo trabalho feminino, independente do gênero do respondente (KOYAMA, 1961, p. 65). Com a escassez de alimentos e a imensa inflação do cenário imediato pós-guerra, o salário médio cobria apenas 60% dos custos necessários de sobrevivência, tornando um imperativo para que as mulheres, tanto solteiras quanto casadas, trabalhassem fora de casa independentemente de sua origem familiar ou classe social (KOYAMA, 1961, p. 100). Em 1949, segundo levantamento do Ministério do Trabalho, apenas 22% das mulheres não se engajavam em nenhum tipo de atividade econômica remunerada (KOYAMA, 1961, p. 65), a despeito das ressalvas sociais ao trabalho feminino, o que demonstra a magnitude da necessidade econômica. Entre 1947 e 1952, a porcentagem das mulheres acima dos 14 anos inseridas no mercado de trabalho varava entre 45% a 50,9%; a porcentagem masculina ficara sempre na casa dos 83% (KOYAMA, 1961, p. 101).

Adicionalmente, a grande maioria das mulheres que trabalhavam fora de casa era composta por jovens solteiras com menos de 25 anos. Em 1948, por exemplo, apenas 9% da força trabalhadora feminina correspondia às mulheres casadas<sup>52</sup>. As mulheres ficavam menos tempo empregadas e, por consequência, também ganhavam menos (KOYAMA, 1961, p. 109). Quanto aos motivos das mulheres trabalharem, um questionário de 1948 aplicado em Tóquio indicara que 38% delas o fazia para suplementar a renda familiar; 16% para apoiar sua família; 16% para ganhar dinheiro para uso próprio; 14% para suplementar a renda familiar e utilizar

---

<sup>52</sup> Entretanto sua tendência crescente pode ser observada, tendo em vista que em 1957 esta porcentagem sobe para 17% (KOYAMA, 1961, p. 109).

parte para gastos próprios; 5% para conhecer a sociedade; e 3% para servir à sociedade por meio do trabalho. Havia discrepância salarial, ponto muito criticado pelos intelectuais de esquerda, mas esse fato era considerado razoável pelas próprias mulheres respondentes (KOYAMA, 1961, p. 110).

As proteções trabalhistas voltadas às mulheres enfatizavam fortemente o destino reprodutivo e proteção da maternidade, em consonância com o discurso oficial desde o período imperial até durante a ocupação. O papel de maternidade e esposa figurava nos argumentos tanto de críticos quanto de apoiadores do emprego feminino, como observado nas análises de publicações, e a expectativa geral era de que a melhoria de condições econômicas permitiria à mulher dedicação exclusiva ao lar. Mas mesmo com a nova legislação protegendo as operárias, ainda existiam muitas violações e pouca fiscalização, principalmente na indústria têxtil, a que mais empregava mulheres (FAISON, 2007). Fora os imperativos sociais, pela própria falta de condições para os cuidados das crianças e a quase inexistência de creches, um grande número de mulheres deixava o mercado de trabalho por motivos de gravidez e parto; a alta competitividade e a percepção de operárias como mão-de-obra de alta rotatividade e baixo valor geravam também barreiras para aquelas que buscassem voltar a se integrar no mercado após algum tempo ausentes (KOYAMA, 1961, p. 119).

### 3.2.3 Saliência: Fidelidade narrativa

A fidelidade narrativa, segundo Derichs, exerce o papel de oferecer opções de ação familiares para o público-alvo, ajudando a demonstrar a racionalidade do projeto. É também um elemento complexo, que requer apoio por parte de diversos setores não-governamentais como a mídia, escolas e intelectuais (DERICHs, 2005, p. 49).

Conforme mencionado anteriormente, havia certa elasticidade na retórica e nos valores dos tempos de guerra que permitiam criar a ponte narrativa de continuidade entre o passado militarista e um futuro mais pacífico, retendo uma linha de familiaridade e consistência. A retórica da guerra era tão maleável no tocante aos objetivos pós-guerra justamente porque eram construtivos e idealistas. Por exemplo, para justificar a expansão e a agressão, *slogans* e propagandas enfatizavam a luta pela paz, segurança, modernidade e coexistência próspera asiática, um “futuro brilhante” para a nação e o continente. Os dois principais *slogans* do período de guerra, “*Construir uma Nação de Paz*” e “*Construir uma Nação de Cultura*” foram reaproveitados pelo SCAP e pela Dieta para transmitir os ideais de democracia e antimilitarismo (DOWER, 1999). Além disto, a continuidade se refletiu na opção por integrar a monarquia em

um Estado moderno com constituição democrática - estratégia de construção nacional, no sentido que conecta e ressoa com as experiências, tradições e costumes da população em questão (DERICHS, 2005, p. 48), e é exatamente o que foi feito no caso do Japão, onde o Imperador reteve seu posto simbólico e fora cooptado para promover a democracia em seus discursos e ações (MACARTHUR, 1964).

O culto do novo, do moderno, da renovação, promovidos pela Ocupação já estavam arraigados no discurso e profundamente presentes na mentalidade tanto de líderes quanto da população desde a modernização Meiji, ressaltados durante os períodos de guerra (DOWER, 1999, p. 177). A contraposição binária da associação entre ‘ocidente avançado e civilizado’ e “Japão atrasado e feudal”, narrativa motivadora da modernização e da emulação de elementos ocidentais também estava presente e internalizado desde a Era Meiji e fora fortemente reforçado pela Ocupação (ZARAKOL, 2011) e internalizado nos discursos de intelectuais e da mídia, de esquerda e de direita (GHQ/SCAP, 1946-1949). As comparações entre a mulher “ocidental” e a “japonesa” também estiveram atreladas a esse mesmo binário (MCANDREW, 2014) e foram utilizadas por diversos atores para fomentar o *genderframe* pretendido.

Com efeito, até o ideal da democracia foi recuperado de uma narrativa histórica passada do Japão para impulsionar sua aceitação. Intelectuais japoneses, a mídia e a Ocupação resgataram e exaltaram elementos democráticos do movimento de ocidentalização Meiji (denominado ‘Civilização e ‘Esclarecimento’) e no liberalismo político vivenciado em parte do período da “democracia Taishō” (DOWER, 1999). A imagem da mulher moderna, engajada e liberalizada também era resgatada deste período em que elas vivenciaram o aumento do engajamento político, sindical e ocidentalização da moda e padrões de consumo nas grandes cidades (PYLE, 1995). Outras tentativas de resgates de narrativas familiares para demonstrar a presença de “princípios democráticos inatos” do Japão constituíam na argumentação de que a articulação japonesa em greves, algo recorrente no país desde o século XIX antes da Restauração Meiji, eram uma das expressões da capacidade do povo de exercer a democracia (DOWER, 1999) (JANSEN, 2002).

Um dos pontos centrais do *genderframe* criado, o conceito de “mãe” e a importância a ele atribuída era uma construção relativamente recente na história japonesa: foi primariamente atrelada ao conceito de mulher apenas no século XX no Japão, pois os recursos de adoção e da determinação de filhas como herdeiras contornavam situações de infertilidade e de mortalidade infantil. O conceito de esposa sim era indissociável do de mulher durante todo o período anterior à Restauração Meiji, assim como a obrigação de gerenciar de maneira competente a família, sua riqueza e reputação. A necessidade percebida pelo Estado de gerar força de trabalho e

soldados por meio da atribuição do dever reprodutivo à mulher foi consolidada no Japão imperial, e essa amálgama indissociável entre “mulher”, “mãe” e “esposa” fora extensivamente ressaltado, fiscalizado e valorizado durante a primeira metade do século (BERNSTEIN, 1991). Este tripé, que se configura como o ponto fulcral dos esforços de *genderframing*, prosseguiu como uma continuidade inquestionada dessa reforçada narrativa. Todos os grupos de atores e a audiência envolvida convergiam no sentido de aceitação do papel cristalizado e visto como essencialmente feminino de mãe e esposa – em nenhum momento se propunham alternativas ou questionamentos a este padrão. O próprio discurso estatal abarcando todas as mulheres, independente de classe, fora uma invenção recente na história japonesa que havia tido continuidade, com a ideologia *ryosai kenbo* (BERNSTEIN, 1991). Isto demonstra uma continuidade e flexibilidade do *genderframe* criado inicialmente pelo Estado japonês para acomodar as noções de “modernidade” e “democracia” pretendidas pela Ocupação, apesar de seus diferentes graus de saliência entre a população nas diferentes áreas de direitos das mulheres aplicados.

#### **4. GUERRA FRIA, REORIENTAÇÃO E ALTERAÇÕES ESTRATÉGICAS DE *GENDERFRAMING***

Muitas mulheres japonesas superaram a apreensão inicial e acolheram com entusiasmo os reformistas americanos e seus esforços de democratizar o país, buscando em seus repertórios discursivos compartilhados de igualdade de gênero e democracia para articular suas visões sobre o que define uma mulher no contexto pós-guerra. Essa ressonância, como pudemos observar, não foi uniforme – dependendo da medida e até da origem rural/urbana e idade do público-alvo, a adesão e aceitação flutuavam em maior ou menor grau. Algumas aproveitaram a oportunidade para se promover como ícones políticos e feministas; várias se beneficiaram do espaço aberto pelas reformas americanas para articular suas próprias visões de gênero e nação no Japão pós-guerra, num esforço múltiplo de resgate e rearticulação de noções pré-guerra sobre gênero, raça, nação e império (KOIKARI, 2011).

Entretanto, o Japão e a Ocupação não estavam isolados em um vácuo regional, muito pelo contrário: as tensões inerentes aos anos iniciais da Guerra Fria e a posterior eclosão da Guerra da Coreia em 1950 logo ecoaram diretamente sobre o presente objeto de análise, o *genderframe*. Destarte, o objetivo principal deste capítulo é investigar as possíveis alterações estratégicas no *genderframe* para refletir a reviravolta política mais ampla da Ocupação, e em que medida tiveram a ressonância e a eficiência pretendidas.

##### **4.1 Guerra Fria, política de contenção e o reforço da domesticidade**

Em 1947, George F. Kennan cria a controversa política de contenção, base da política externa do governo Truman, em resposta ao percebido avanço comunista. Suas diretrizes, resumidamente, apontavam para o combate à ameaça comunista internamente e a vigilância a longo-prazo e contenção da influência soviética ao redor do globo. Com efeito, a contenção era vista como a chave para a segurança e a delimitação da clara esfera de influência da União Soviética aumentava a sensação de segurança nacional (KLEIN, 2013, p. 37).

O imaginário global gerado pela política de contenção traduzia o anticomunismo em uma estrutura de práticas sociais e sentimentos que podiam ser vivenciados e que se refletiam na vida cotidiana. O medo, seja ele da expansão soviética no exterior, da subversão comunista domesticamente, ou da guerra nuclear, constituía como o fator principal de coesão desta comunidade imaginária anticomunista (MAY, 2008) (WHITFIELD, 1996). Na versão nacional estadunidense da política de contenção, a esfera de influência era o lar, impulsionada por uma

poderosa cultura política que recompensava seus aderentes e marginalizava seus detratores. Complementarmente, o desenvolvimento da cultura de contenção envolvia as mulheres e a domesticidade como campos centrais de sua articulação, colocando como o ponto ideal o padrão da mulher circunscrita na tríade esposa/mãe/dona de casa<sup>53</sup> e a família nuclear (KALEDIN, 1984). Destarte, a cruzada anticomunista via com suspeitas as mulheres que não estavam em conformidade com os ideais de domesticidade, e consideravam as donas de casa emancipadas<sup>54</sup> pela “liberdade e individualidade permitidas pelo consumo capitalista”<sup>55</sup> (KALEDIN, 1984) (MAY, 2008).

Não obstante, as representações dos Estados Unidos, o consumo e as mulheres modernas se tornaram um conjunto semiótico, no sentido em que se fundiram em uma única e poderosa imagem da cozinha e do lar americanos como ícone da modernidade, liberdade e progressismo. Fotografias, filmes, revistas, propagandas, testemunhos e programas de rádio mostravam os avanços milagrosos da vida doméstica americana e inundaram as mídias europeias<sup>56</sup> entre 1945 e 1960, inclusive como parte da estratégia de americanização<sup>57</sup> do Plano Marshall (OLDENZIEL, 2009, p. 315). Conforme explorado nos capítulos anteriores, o mesmo ocorrera no Japão com a exportação e a promoção do “*American way of life*” e suas implicações conceituais correlatas, expresso tanto ideologicamente quanto na forma concreta do consumo nos moldes da classe média americana.

---

<sup>53</sup> A exaltação da domesticidade americana implicava também na negação da possibilidade do trabalho assalariado da mulher casada. Para os americanos da época, contrastando diretamente com seu rival geopolítico em visão e discurso, o trabalho fora do âmbito doméstico exercido pelas mulheres soviéticas ia contra seus conceitos de feminilidade; consideravam as mulheres soviéticas engajadas politicamente e economicamente eram desprovidas de feminilidade e sexualidade (KALEDIN, 1984) (MAY, 2008, p. 21).

<sup>54</sup> A mulheres na época pensavam conforme essa ideologia e poucas estavam dispostas a abrir mão de sua autonomia no lar em troca de trabalho assalariado. Mulheres educadas de classe média, cujas oportunidades de emprego eram muito limitadas, esperavam que o lar fosse uma arena pessoalmente recompensadora. Empreender em uma vida independente fora dos moldes do casamento tradicional significavam um alto risco emocional e econômico, além do ostracismo social (MAY, 2008).

<sup>55</sup> Na visão hegemônica, as mulheres americanas, em contraste às suas contrapartes do “Outro” representado pelas “masculinizadas” soviéticas, não precisavam “trabalhar duro” graças às facilidades permitidas pelos eletrodomésticos americanos, por exemplo. Elas tampouco precisavam se ocupar com as atividades consideradas masculinas, como a política; ao invés disso, tinham tempo para focar na aparência e passatempos, se tornando esposas e donas de casa atraentes e consumistas (MAY, 2008).

<sup>56</sup> Cozinhas americanas foram promovidas na Europa como avançadas, modernas e superiores, enquanto as tradições e práticas das cozinhas europeias eram representadas como obsoletas. No contexto da Guerra Fria, a cozinha americana representara uma narrativa de recuperação da modernização para a América, com o objetivo da criação de um regime de consumo corporativo (OLDENZIEL, 2009, p. 334). Na Europa as respostas de aderência à americanização foram mistas e não muito excepcionais, mas no Japão foram mais acentuadas.

<sup>57</sup> “Americanização” entendida como um contestado projeto histórico, referindo-se à difusão de um conjunto de características, ideias, técnicas e práticas particulares dos EUA em dado período e contexto histórico (ZEITLIN; HERRIGEL, 2000, p. 18).

Ademais, o ato de exibir a cultura americana no exterior era uma saliente estratégia de contenção na Guerra Fria e itens associados à domesticidade<sup>58</sup> americana exerciam um papel de suma importância em convencer as audiências e vender o estilo de vida americano (nele imbuídos a democracia americana e a contenção anticomunista) como algo desejável (KOIKARI, 2011, p. 13). As propagandas tanto governamentais quanto privadas buscavam enfatizar a mente cívica e o patriotismo das corporações para promover a economia americana domesticamente e no exterior como um sistema único, produtivo, livre, dinâmico e benigno (OLDENZIEL, 2009, p. 321). O próprio modernismo também passou a ser apresentado como um movimento pró-ocidental, pró-burguês e “pró-liberdade”, evidência da superioridade do estilo de vida americano e ocidental. (BARNHISEL, 2015, p. 2). Esses esforços para o reforço dos ideais de americanismo e domesticidade, tornando-se parte explícita de sua política externa na década de 50, conseqüentemente ressonaram nas políticas em andamento na ocupação do Japão, como será abordado detalhadamente na seguinte sessão.

#### **4.2 Efeitos da Guerra Fria na Ocupação do Japão: o “curso reverso”**

A supracitada nova política de segurança global estadunidense detalhava claramente novas diretrizes que iam contra o programa original de reformas no Japão elaborado e aplicado pela Ocupação. No programa de contenção comunista na região da Ásia, havia a recomendação que fossem interrompidos os compromissos americanos com a China e que o Japão fosse reconstruído como um aliado militar e industrial dos Estados Unidos. Kennan considerava que a fragilidade política, ideológica e econômica do país pós-guerra era uma ameaça direta à segurança americana na Ásia, pois a seu ver aumentaria as chances de intriga, subversão e tomada de poder da esquerda japonesa. A partir disto, ele concluiu que o caminho estratégico a ser tomado para mitigar os avanços soviéticos na região era de “fortalecer as forças naturais de resistência” contra o comunismo, o que implicava inclusive na suspensão de punições e reincorporação na vida pública de políticos e líderes econômicos conservadores anteriormente expurgados por sua associação ao militarismo e ultranacionalismo<sup>59</sup> (KENNAN, 1993)

---

<sup>58</sup> Além da domesticidade e seus bens de consumo correlatos, esforços foram feitos para se imbuir de significado e ‘americanismo’ a arte, arquitetura e música modernas. O governo federal americano, por exemplo, declarou a arquitetura moderna americana como um dos ícones que expressavam a democracia e a liberdade individual, numa continuidade mais acentuada das tendências anteriores à guerra. Nesse período, haviam grandes esforços no sentido de dissociar modernismo do comunismo, ligando o primeiro ao corporativismo industrial, ao consumismo e ao individualismo (OLDENZIEL, 2009, p. 321), logo, algo ‘inerentemente americano’.

<sup>59</sup> Por exemplo, indivíduos como Kishi Nobosuke e Kodama Yoshio, intimamente associados com o anterior regime imperial, foram soltos da prisão em 1948 para retomarem suas vidas políticas em troca de alinhamento americano (DOWER, 1998, p. 205).

(SCHONBERGER, 1998, p. 210). Conservadores japoneses, liderados pelo primeiro ministro Yoshida, aproveitaram-se do *momentum* criado por essa mudança de direcionamento político da ocupação no Japão para consolidar o “tripé” que até hoje lidera o país – políticos conservadores, grandes empresários e a elite burocrática. Essa mudança política americana abarcava, resumidamente, um deslocamento da reforma econômica para a recuperação econômica, da desmilitarização para o rearmamento e da projeção do uso do Japão e Okinawa como base militar a longo prazo (DOWER, 1998).

Para evitar críticas internacionais ou agitação desnecessária dos japoneses, a mudança das políticas foi feita de forma quieta e gradual<sup>60</sup>, utilizando uma retórica<sup>61</sup> que inicialmente escondesse os objetivos políticos reacionários. O que Washington queria o quanto antes era um Japão com governo e setor industrial fortalecidos e estáveis para dirigir o novo programa de recuperação econômica, financiado pelos EUA e análogo ao Plano Marshall<sup>62</sup> (SCHONBERGER, 1998, p. 212). Essa mudança de direcionamento foi denominada posteriormente pela mídia japonesa como “curso reverso”, termo adotado por pesquisadores da área (DOWER, 1999).

Visto que a recuperação econômica japonesa era a meta urgente e principal, sua obtenção era considerada inconcebível sem a adoção de políticas mais favoráveis ao capital e menos permissivas em relação à organização trabalhista e sindical, em notável contraste com a agenda original de reformas. Os planos econômicos elaborados por Joseph Dodge e denominados de políticas “*Dodge Line*”, aplicados a partir de 1947, focavam-se na mitigação da inflação e tiveram como consequências adversas congelamentos salariais e cortes orçamentários severos na educação e nas obras públicas e de bem-estar social. Junto a isto houve também o abandono da política de reparações, que originalmente havia sido apresentada como integral para a desmilitarização industrial do Japão e essencial para uma maior igualdade econômica entre as nações da Ásia (DOWER, 1998, p. 205). Ao fim da ocupação, a agenda original de “democratização econômica” havia sido revertida em quase todas grandes áreas-alvo iniciais (DOWER, 1998, p. 206). Essas medidas foram recebidas com bastante

---

<sup>60</sup> Segundo Dower, no entanto, não pode se negar que oficiais americanos e japoneses nos mais altos níveis de comando estavam conscientes de fundamentais mudanças na política dos EUA para com o Japão a partir de 1947. Essa reorientação é explicitamente mencionada por documentos de agências de inteligência, pelo *National Security Council*, departamentos do Exército, Estado, Comércio, e até o próprio quartel-general do SCAP (DOWER, 1998, p. 204).

<sup>61</sup> A retórica dissimulava os objetivos reais tanto domesticamente nos EUA quanto no Japão. O Departamento de Estado inclusive impediu que o Departamento do Exército fosse ao Congresso americano com a declaração que haveria uma ‘mudança de ênfase’ da reforma para a recuperação, preferindo o termo ‘mais ênfase’ em recuperação do que em reforma para descrever a mesma política (SCHONBERGER, 1998, p. 214).

<sup>62</sup> Este era o ponto considerado mais essencial na tarefa de fortalecer os conservadores japoneses e criar o pretendido forte “anticomunista” na Ásia (KLEIN, 2013).



controvérsia entre alguns dos setores conservadores e muitos dos setores trabalhistas da sociedade (SCHONBERGER, 1998, p. 214).

A nova concentração na empreitada de recuperação econômica estava circunscrita em aspectos estratégicos e militares. Quando o rearmamento se tornou uma política explícita, a campanha de paz adquire centralidade nos grupos trabalhistas e em um amplo leque de outras organizações civis. O movimento de “*red purge*” (1949-1951), literalmente “expurgo vermelho” – a “caça às bruxas” aos elementos identificados como comunistas no Japão e a campanha geral contra a esquerda, foi adotado para não somente dissolver quaisquer influências comunistas como também para desarticular críticos e grupos opostos aos aspectos econômicos e militares das políticas do curso reverso (DOWER, 1998, p. 206).

Cabe aqui entrar em mais detalhes sobre o período do “expurgo vermelho”. Desde o início da Ocupação, com as condições de liberdade política favorecidas pelo SCAP, movimentos de esquerda e organizações sindicais ligadas a este espectro floresceram rapidamente, atraindo a classe trabalhadora crescente e com uma visão muito alinhada aos objetivos de democratização pretendidos. Além disso, desde o começo do século XX uma grande parte dos intelectuais do Japão era marxista (PYLE, 1995). Esses fatores surpreenderam a Ocupação, que inicialmente era simpática à atividade sindical e a incentivava, interpretando como um sinal positivo da democratização em nível mais amplo da sociedade, e especificamente para mulheres trabalhadoras dentro de suas propostas de emancipação feminina (MACKIE, 2003, p. 131). Todavia, a partir do curso reverso o sindicalismo passou a ser visto com imensa desconfiança<sup>63</sup> e desagrado (DOWER, 1999, p. 255).

O Partido Comunista, apesar de não exercer muita influência política, possuía um grande apelo popular trabalhista e mobilizava protestos e a organização sindical, greves em massa e reivindicações por todo o país - a participação feminina nas mobilizações organizadas era, inclusive, bastante expressiva (FAISON, 2007) (DOWER, 1999, p. 263). No entanto, como parte das políticas de contenção anticomunista, o SCAP passa a coibir protestos e MacArthur decreta ainda em 1947 a proibição das greves gerais. Isso marca o momento que uma grande parcela da esquerda passa a ver os vitoriosos mais como hipócritas do que libertadores, aumentando sua militância e pressão. Já a Ocupação, por sua vez, embarcada na onda de

---

<sup>63</sup> Os documentos desclassificados revelaram que o próprio SCAP era incisivamente dividido entre grupos mais conservadores e mais reformistas – documentos intitulados “*Leftist Infiltration into SCAP*” encabeçados pelo General Willoughby entre 1947-1949 apontam não só para a cisão de posicionamentos internos quanto para o aumento no grau de desconfiança em relação a atitudes ou ideias interpretadas como comunistas até internamente. As disputas acaloradas de poder e influência entre SCAP e Washington são também amplamente documentadas, e os pontos de contenção se tornaram cada vez mais frequentes e fúteis a partir de 1948, quando Washington buscava mitigar a presença de MacArthur e apropriar-se das iniciativas no Japão (DOWER, 1998, p. 207).

crescente conservadorismo, retirara dos cargos os indivíduos mais liberais e tornando-se mais propensos a abandonar reformas e abraçar a velha guarda política (DOWER, 1999, p. 256). Foram também especificamente desencorajadas as divisões femininas criadas pouco tempo atrás nos sindicatos (MACKIE, 2003, p. 131) e até então extensivamente incentivadas pelo CIE.

A nova onda conservadora dentre os membros do SCAP se refletiu também no âmbito da censura, tornando-a mais arbitrária, imprevisível e perceptível por parte dos japoneses, sendo agora conduzida após a publicação<sup>64</sup>. Em junho de 1947, a categoria propaganda esquerdista ou comunista entra no rol de assuntos proibidos, numa clara estratégia de definir a esquerda como inimiga da democracia. Até 1949, o “expurgo vermelho” já havia se estendido por completo pela mídia (que que perde parte de seu dinamismo e diversidade se comparada aos anos iniciais da Ocupação) e setores privados (DOWER, 1999).

Nesse contexto, a China comunista apresentava-se proeminentemente no imaginário global e na supracitada cultura de contenção. Produtos culturais da época representavam a ameaça do comunismo asiático com a subversão dos papéis de gênero tradicionais, fazendo uso por exemplo de mulheres chinesas politicamente ambiciosas e dominantes no meio familiar como vilãs das tramas (KLEIN, 2013, p. 37). À medida em que as tensões da Guerra Fria se intensificavam e a Ocupação passara a identificar a recém comunista China como principal ameaça na região, a política americana no Japão passa a desencorajar a lembrança e censurar a disseminação de informações acerca das atrocidades japonesas contra a China durante a guerra (DOWER, 1999, p. 506)

Com o *boom* econômico e social imediato em 1950<sup>65</sup>, muitos dos japoneses que invejavam a prosperidade material americana amplamente promovida nos mais diversos meios pela Ocupação nas mídias desde 1945 encontraram-se com melhores condições de satisfazer tais desejos. Os eletrodomésticos exerciam especial admiração, e mídias impressas extremamente populares como as tirinhas *Blondie* e a revista *Reader's Digest* contribuía ainda mais para a disseminação do estilo de vida americano como a meta a ser atingida (IGARASHI,

---

<sup>64</sup> A política de censura e perseguição de publicações de esquerda passa a ser conhecida abertamente a partir de dezembro de 1947 – dos 28 periódicos censurados nesse mês, apenas 2 eram considerados de extrema direita e ultranacionalistas – originalmente o alvo da censura da Ocupação; o restante consistia de publicações de esquerda (DOWER, 1999, p. 432).

<sup>65</sup> Logo ao início da Guerra da Coreia, a economia japonesa passa por um momento de franco crescimento e os EUA injetam mais de um bilhão de dólares no país do início ao fim do conflito. Em abril de 1949, as taxas de câmbio foram ajustadas de forma a valorizar o iene e encorajar exportações japonesas; a economia nipônica estava cada vez mais ligada à americana, e suas empresas igualmente mais dependentes das corporações americanas para tecnologia e recursos energéticos (IGARASHI, 2000, p. 77). Ao mesmo tempo, a indústria militar japonesa é revivida e a movimentação de soldados e aparato bélico americano no arquipélago aumenta exponencialmente (DOWER, 1999, p. 540).

2000, p. 78). O sonho americano, democrático e doméstico, logo, podia ser concretizado através do consumo de itens americanos para o lar, refletindo a cultura de contenção e sua domesticidade em voga nos EUA nesse período; a vida cotidiana<sup>66</sup> japonesa, diretamente afetada pela contenção doméstica dos EUA, passava a reproduzir mais intensamente o estilo de vida do seu anterior inimigo (IGARASHI, 2000, p. 79).

Diante do que foi apresentado, dois pontos principais afetam diretamente a situação feminina. Um deles é o retorno das elites conservadoras nas posições de poder, muitos deles expressamente insatisfeitos com a rapidez em que as medidas de promoção da emancipação feminina haviam sido instauradas (PENA, 2016). O outro é o reforço da americanização, abrangendo a domesticidade, e a inserção do anticomunismo nas pautas, que implicaram em algumas alterações estratégicas, que serão detalhadas na seguinte sessão.

### **4.3 Alterações estratégicas de *genderframing***

O Japão foi um palco onde a faceta de gênero da estratégia de contenção floresceu, diante do amplo leque de aplicações concretas de disseminação do estilo de vida americano nas mídias e no consumo, e introduzindo com sucesso a domesticidade americana como marca de superioridade e modernismo: fato este que pesou no conjunto de estratégias para mobilizar uma parcela considerável das mulheres japonesas como aliadas na Guerra Fria (KOIKARI, 2011, p. 14). Os exercícios de repetição, performances e representação, realizados através da mídia, atividades promovidas pelo CIE e produtos culturais como peças de teatro, cinema e literatura, também contribuíram para a disseminação e aceitação do modelo do estilo de vida americano entre as mulheres, estratégia até então comumente adotada pela divisão do CIE por todo país (HIRANO, 1994) (MCANDREW, 2014) (TSUCHIYA, 1993-94), conforme explorado em capítulos anteriores.

A família nuclear de classe média nos anos 50 torna-se também o centro da temática na cultura popular da época nos EUA e, por difusão estratégica, no Japão (lá a tendência ganhara forças até antes dos EUA, visto que era o padrão apresentado como desejável desde o início da Ocupação). A propaganda governamental americana passa a incentivar a domesticidade feminina, para que abraçassem os papéis de esposa e mãe, promovendo a noção de que a família

---

<sup>66</sup> Cabe ressaltar que o processo de americanização teve efeitos inclusive no sistema educacional e, ademais, impactou diretamente até o léxico, com uma vasta gama de termos adaptados do inglês sendo usada no cotidiano pedagógico e da vida urbana. Em 1947, foram lançados complementarmente programas de educação para adultos, cujo principal enfoque residia no ensino de hábitos, consciência e estilo de vida “americano/democrático” (DOWER, 1999, p. 250).

nuclear era a base da sociedade democrática e devia, portanto, ser protegida a todo custo. Os esforços no sentido de cristalizar essas noções nas mentes e comportamentos se estenderam para o exterior, onde no caso do Japão, por exemplo, os oficiais da Ocupação extensivamente produziram produtos culturais para ajudar na disseminação do ideal do casamento e da família nuclear como arenas do desenvolvimento correto da democracia americana, acentuados durante o curso reverso. Para tal, por vezes eram reforçadas visões de comparação progressistas e positivas dos modelos ocidentais de relacionamento, frente a vilões ou personagens com fins trágicos que se agarravam aos padrões anteriores (MAY, 2008, p. 74) (MCLELLAND, 2010) (HIRANO, 1994). No cinema especificamente, fortalece-se a importação de filmes americanos e incentiva-se a produção de filmes japoneses categorizados no gênero de “filmes para mulheres”, focados na representação do romance heterossexual e ideal do casamento como o “final feliz” e o ápice da ambição feminina (COATES, 2017) (KITAMURA, 2010). Do mesmo modo, a ênfase na domesticidade cultivou tendências materialistas, consumistas e de conformismo burocrático, tanto nos Estados Unidos como no Japão (MAY, 2008, p. 13).

Considerando as mudanças políticas, sociais e econômicas empreendidas durante o “curso reverso” e os efeitos da “cultura de contenção” que permeavam a condução da política externa americana no período, houveram desdobramentos na configuração do *genderframe* criado. Dentre as estratégias de *genderframing*, seus critérios de ajuste podem se configurar como (CARVALHO PINTO, 2012, p. 11):

- 1-) amplificação (ressaltar ou idealizar determinadas crenças e valores já existentes no *genderframe*);
- 2-) conexão (a junção entre dois ou mais *frames* congruentes entre si, mas normalmente desconectados estruturalmente);
- 3-) extensão (inclusão de elementos considerados relevantes para conseguir adesão de uma maior parcela da população); e
- 4-) transformação (modificar antigos entendimentos e significados, substituindo-lhes por novos)

Observa-se que o elemento da domesticidade fora fortemente acentuado a partir do curso reverso, em consonância com as tendências domésticas americanas resultantes da cultura de contenção e de seus efeitos na política externa, que buscavam exportar esse modelo e ideologia para seus aliados pretendidos. Some-se a isso a perseguição à associação sindical feminina, o que reduziu sua esfera de participação política. Como os elementos de valorização da maternidade e do papel de esposa, associados com modernidade e democracia, residiam no

âmago do *genderframe* criado e foram recebidos com relativo sucesso e sem contestações, a estratégia de *amplificação* deste elemento encontrou ressonância entre o público-alvo. Um elemento que contribuiu para essa aceitação fora também o fato de que, conforme indicado pelas pesquisas conduzidas ao longo da Ocupação, a vida doméstica era preferível para uma imensa parcela das mulheres japonesas de centros urbanos e rurais em relação ao trabalho assalariado, assim como eram prioridades de vida extremamente comuns o casamento e a criação de filhos (GHQ/SCAP, 1946-1949) (KOYAMA, 1961). A íntima associação conceitual entre “modernidade”, “domesticidade” e “democracia” já era amplamente empreendida pela Ocupação tendo as mulheres japonesas como público-alvo através de seus programas educacionais e palestras (TSUCHIYA, 1993-94), revistas (MATSUDA, 2012) e cultura popular (MCLELLAND, 2010), não sendo tarefa complexa reforçar esses valores.

Outro elemento que trabalhara a favor da ressonância deste elemento amplificado no *genderframe* fora justamente o supracitado *boom* econômico vivenciado a partir de 1950, visto que anteriormente a desestabilidade econômica e precariedade de condições abria pouco espaço para o consumo além das necessidades básicas e do lazer barato. Com a melhoria das condições financeiras do país e da população, os objetos de desejo que refletiam o *American way of life*, especialmente eletrodomésticos, começaram a ser acessíveis para uma parcela maior do povo (IGARASHI, 2000), contribuindo para o culto à domesticidade<sup>67</sup> e suas associações cognitivas com “modernidade”, “democracia” e “EUA” (YOSHIMI; BUIST, 2003). Não menos importante, a melhoria econômica removera o imperativo da necessidade do trabalho para uma parcela das japonesas, em especial da classe média, que por sua vez optavam por priorizar unicamente o trabalho na esfera doméstica (MIYAKE, 1991). Ademais, a onda conservadora no SCAP e no governo e aparato burocrático japonês também reforçaram os papéis de gênero tradicionais e a ênfase na circunscrição da mulher no âmbito doméstico (KOIKARI, 2008) – setores conservadores japoneses eram, por exemplo, um dos grupos mais contrários à participação feminina no trabalho assalariado (PENA, 2016).

Todavia, há um outro elemento que fora incorporado no *genderframe* durante o curso reverso: o anticomunismo. Esse ponto era associado diretamente à democracia e por consequência à modernidade, conforme exposto na sessão inicial deste capítulo. A cultura de contenção em si pressupunha uma intrínseca ligação entre a “modernidade” material e

---

<sup>67</sup> É importante ressaltar que haviam instâncias de não conformidade com o culto à domesticidade e ao estilo de vida americano expresso pelo consumo doméstico. Algumas influentes revistas femininas da década de 50, como a *Fujin Koron* contestavam os ideais promovidos hegemonicamente, e após o fim da Ocupação outras publicações uniram-se ao debate com opiniões contrárias ou a favor das visões de gênero vigentes (BARDSLEY, 2015) (MATSUDA, 2012).

ideológica permitida pelo consumo, “democracia” e “estilo de vida americano” com o “anticomunismo” e, portanto, com a “liberdade”. No contexto japonês, os temores fomentados pela Ocupação e pelos conservadores pró-americanos no poder indicavam a China como potencial ameaça comunista e possível catalizadora de uma nova guerra, e o ambiente internacional que precedia a Guerra da Coreia inspirava medo na população<sup>68</sup>. Tal como no cenário interno americano, no Japão as mulheres eram vistas como ponto de entrada para a disseminação do anticomunismo nas famílias (MAY, 2008) e ocorre a *extensão* do *genderframe*, ou seja, a inclusão do anticomunismo atrelado à democracia. No entanto, ao contrário do elemento da domesticidade, que não era contestado, o anticomunismo teve questionamentos e resistência por parte do público-alvo, em especial intelectuais e grupos de esquerda, que passaram a ser perseguidos; por outro lado, era de fato um elemento que tinha ressonância no restante da população como um todo (PEI; KASPER, 2003, p. 6).

Com efeito, mulheres trabalhadoras japonesas, em especial aquelas na frente esquerdista, explicitamente se opunham a algumas reformas de gênero e econômicas empreendidas pela Ocupação a partir de 1950 e se identificavam com o comunismo perseguido (DALES, 2009) (KOIKARI, 2008). Por vezes, essa resistência das mulheres japonesas levou a resultados inesperados pela Ocupação. As mulheres articuladas em sindicatos abertamente desafiavam os americanos ao participar de protestos trabalhistas, proibidos no curso reverso, liderados por comunistas e ao demonstrar aprovação às políticas de gênero da União Soviética e da China (FAISON, 2007). Mas, ao mesmo tempo, também se conformavam fortemente aos ideais de Guerra Fria de domesticidade, jamais questionando o determinismo do papel feminino no lar e estigmatizando as mulheres pobres e economicamente marginalizadas que recorriam à prostituição (além das estrangeiras/imigrantes), em uma relação dinâmica e multifacetada com o poder, de reafirmação e exclusão, atitude compartilhada também com as mulheres de elite e classe média. Isso fica mais claro no caso das respostas às medidas da Ocupação para combater as doenças venéreas:<sup>69</sup>

“The authorities’ containment effort – indiscriminate round-up and detention of Japanese women – backfired, sparking massive grassroots protest. Middle-class women leaders fiercely opposed the indiscriminate round-up of ‘innocent’ women, insisting on the respectability of middle-class wives and mothers. Women on the left-

<sup>68</sup> Segundo pesquisas de opinião conduzidas no Japão em 1948, a maioria da população era otimista em relação ao futuro do país. Mas já em 1949, o cenário se inverteu 180°, visto que a grande maioria dos respondentes tinha uma visão pessimista do futuro e temia uma guerra iminente (DOWER, 1999, p. 526).

<sup>69</sup> Abarcando a lista de comportamentos e status ‘desviantes’, as doenças venéreas eram equiparadas à fraqueza e degeneração da mente masculina, à abertura para a manipulação comunista e à ameaça democrática (KOIKARI, 2008) (MAY, 2008). Logo, no Japão ocupado, as mulheres pobres que recorriam à prostituição eram vistas não só como potenciais vetores de problemas na saúde pública, mas também como ameaças à segurança nacional (KOIKARI, 2008, p. 30).

labor front joined their middle-class counterparts and insisted on their own sexual respectability. Together these women demanded that the occupiers observe a crucial distinction between ‘respectable’ and ‘unrespectable’ women and called for stricter surveillance and regulation of ‘fallen’ women as part of postwar democratization.” (KOIKARI, 2008, p. 31).

Raça, gênero e classe não são âmbitos distintos da experiência, existindo isolados um do outro. São aspectos relacionados e categorias articuladas (MCCLINTOCK, 1995, p. 5). Tais categorias eram a todo tempo imbuídas e constitutivas do *genderframe* e das visões de gênero tanto de americanos quanto japoneses. O caso descrito acima demonstra a persistência de noções imperiais sobre respeitabilidade e “pureza”, ao passo em que excluí as classes desfavorecidas (que, cabe ressaltar, perderam *status* e eram excluídas de grande parte das políticas de emancipação feminina empreendidas pelo SCAP e demais autoridades). Ao mesmo tempo, a contestação expressa por esses grupos de mulheres reforça a noção de domesticidade, e o pedido de vigilância estrita das categorias marginalizadas é atrelado à retórica de democratização e modernidade<sup>70</sup>, reforçando ainda mais a conformidade e aceitação a esses elementos promovidos pelo *genderframe*.

#### 4.4 Balanços finais do projeto de construção nacional do Japão e do *genderframe*

Com base no que foi apresentado a respeito da trajetória do Japão antes e durante o período de ocupação, podemos resgatar os critérios de mensuração da possibilidade de sucesso de um projeto de construção nacional empreendido em uma ocupação militar. Tais critérios, abordados no primeiro capítulo, são baseados em Edelstein (2004) e Pei e Kasper (2003):

**Tabela 2: Variáveis favoráveis ao sucesso da construção nacional em ocupação militar**

Elementos favoráveis ao sucesso	Situação do Japão
Características sociais internas:  a) Forte identidade nacional b) Alto grau de homogeneidade étnica	a) Presente: identidade e unidade nacional extensivamente reforçada nas décadas que antecederam a ocupação.  b) Presente: disputas étnicas não eram uma realidade a ponto de interferir na balança de poder.

<sup>70</sup> Na época, era consenso no Japão entre os grupos feministas e organizações de mulheres das mais diferentes inclinações políticas a vigilância estrita ou abolição da prostituição, por considerarem a atividade uma afronta moral, “não civilizada”, “atrasada” e portanto “incompatível com os princípios de uma sociedade democrática” (DALES, 2009) (DOWER, 1999).

c) Relativa equidade socioeconômica	c) Presente com ressalvas: grande parcela da população rural na pobreza; desigualdade econômica, apesar disso, não era tão expressiva pois o Japão não era um país muito expressivo economicamente.
Capacidade de Estado da nação-alvo	Presente: Estado moderno. Aparatos burocráticos instituições não eram muito diferentes de suas contrapartes na América do Norte e Europa na época.
Altos investimentos na nação-alvo	Presente: auxílios materiais e alimentares muito frequentes nos anos iniciais da ocupação, grande alocação de pessoal e recursos americanos. Apoio econômico análogo ao Plano Marshall nos anos finais da ocupação.
Sociedade com alto grau de educação e desenvolvimento econômico antes da ocupação	Presente: Modernização da indústria e da economia havia sido empreendida desde 1868, apesar da crise econômica que o país enfrentava decorrente da guerra. Altíssimos níveis de alfabetização, país considerado uma “nação de leitores”.

Fonte: autoria própria. Dados de (DOWER, 1999) (EDELSTEIN, 2004) (HEIN, 2011) (JANSEN, 2002) (PEI; KASPER, 2003) (PYLE, 1995).

O não menos importante quesito de convencimento da população ocupada a colaborar e aderir às medidas pretendidas, a tarefa denominada de “conquistar corações e mentes”, também constitui em elemento capaz de favorecer o sucesso da empreitada de construção nacional, e o presente caso cumpre a maioria dos critérios:

**Tabela 3: “Conquistando corações e mentes”: variáveis favoráveis ao sucesso**

<b>Elementos/estratégias favoráveis ao sucesso</b>	<b>Situação do Japão</b>
Estratégias coercitivas	Presentes: inicialmente, expurgo de militaristas e intelectuais leais ao regime derrotado. Posteriormente, perseguição e expurgo de elementos identificados como comunistas, considerados ameaças à segurança nacional.
Estratégias cooperativas	Presentes: incluem o auxílio material e a participação direta japonesa na formulação de condução de políticas no período; o uso do SCAP da burocracia e instituições japonesas também constituem estratégias cooperativas.



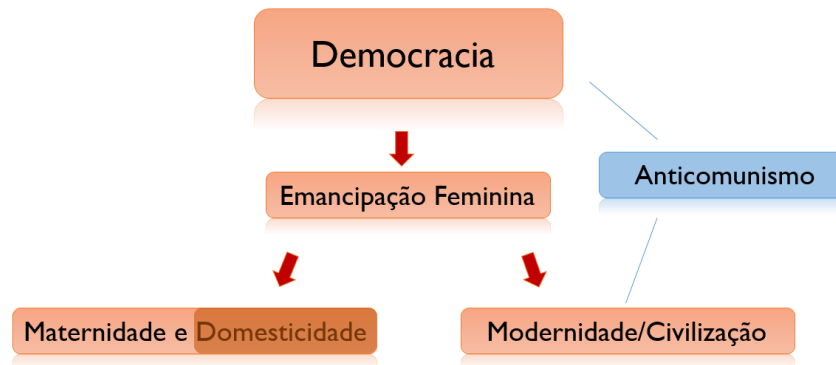
Grau da necessidade de reconstrução (quanto mais alto, mais favorável ao sucesso). Auxilia no sentido de contribuir para uma imagem positiva da nação ocupante ao ajudar na reconstrução, ao passo que responsabiliza o regime anterior pela situação de destruição, reduzindo lealdade a ele.	Presente: alto grau de necessidade de reconstrução no pós-guerra. No caso do Japão, contribuiu tanto na imagem positiva da ocupação quanto na responsabilização e desprezo pelo regime militar anterior.
Presença de uma ameaça externa, percebida como tal pelo ocupante e pela nação ocupada.	Presente: com o início da Guerra da Coreia e o acirramento das tensões da Guerra Fria, o comunismo chinês e soviético passa a ser visto como ameaça pelos EUA e pelos japoneses, que temiam entrar em outra guerra.
Coincidência de interesses geopolíticos das autoridades da ocupação e das elites locais.	Presente: mais evidente no ‘curso reverso’ com a alta das tensões da Guerra Fria, situação em que se restaurou ao poder políticos associados ao antigo regime militar, que por sua vez convergiam nos interesses de contenção comunista e na relativização da desmilitarização do Japão.
Existência de garantias críveis quanto à restauração da soberania da nação ocupada: a) Data limite para término da ocupação b) Governo indireto c) Ocupação multilateral d) Retirada gradual de tropas	a) Ausente: ocupação estendeu-se além do previsto inicialmente b) Presente: governo feito através da burocracia e instituições japonesas c) Ausente: era multilateral apenas nominalmente, na prática era americana d) Presente: retirada gradual a partir da restauração da soberania nacional em 1952. Ainda há hoje presença de tropas em bases militares como Okinawa.

Fonte: autoria própria. Dados de (DOWER, 1999) (EDELSTEIN, 2004) (HEIN, 2011) (JANSEN, 2002) (PYLE, 1995) (SCAP, 1945).

As condições favoráveis ao projeto de construção nacional e reorientação ideológica do país criaram condições também favoráveis à própria existência e aplicação do *genderframe* criado. É notável que alguns dos pontos do *genderframe* coincidiram com as noções já valorizadas culturalmente pelo Japão e particularmente reforçadas nas décadas de mobilização de guerra. O *genderframing* diagnóstico do SCAP, não reconhecia explicitamente a existência de um *genderframe* vigente que enfatizava os conceitos de mãe e esposa, expressos na doutrina do *ryosai kenbo*; mas os próprios valores culturais americanos de domesticidade e de ênfase em papéis de gênero tradicionais eram visões compartilhadas pelos japoneses na época. As estratégias e esforços conscientes, por sua vez, focaram em incentivar a aplicar medidas legais e estruturais para superar as deficiências nas áreas de emancipação feminina pretendidas, como

subproduto do objetivo-mor de democratizar ideologicamente e politicamente a nação, e educar e incentivar a população a aderir às medidas. Dessa forma, esquematizando os elementos centrais do *genderframe*, incluindo as eventuais estratégias de ajuste (extensão representada pela cor azul, amplificação pelo laranja escuro), temos a seguinte estrutura:

**Figura 2: Elementos centrais do *genderframe* criado pelo SCAP**



Fonte: autoria própria.

Como pôde ser observado ao longo da investigação das dimensões do *genderframing*, a emancipação feminina jamais fora colocada como um elemento contrário ou dissociado das noções tradicionais de maternidade e domesticidade. O projeto emancipatório não representava uma ressignificação de papéis de gênero, ou do abandono do tradicional, mas sim incluía o exercício democrático dentro da esfera de participação da mulher, que ainda era primariamente entendida como sendo o lar. Isso é evidente nas estratégias de motivação e no *genderframing* prognóstico quanto ao sufrágio, por exemplo, visto que um dos incentivos para a participação política era mostrado sempre como a capacidade de influenciar em medidas que afetariam a vida familiar. As pautas políticas direcionadas às eleitoras e também os âmbitos de atuação de parlamentares eleitas eram comumente associados aos assuntos de distribuição alimentar, saúde materna e manutenção da paz, pautas essas ligadas ao lar e ao tradicionalmente associado ao feminino. O conteúdo de palestras e material educativo do CIE e o próprio discurso da mídia japonesa também constantemente reforçavam as associações de domesticidade e maternidade com as demais medidas de educação (forma de melhorar o nível de compreensão das mulheres e até a gestão do lar), família (tranquilizando que a emancipação política e a abolição de determinados costumes não representariam o fim da família, apenas uma nova ênfase no modelo de família nuclear) e trabalho (ambos os atores consideravam o trabalho feminino como fruto da necessidade econômica e compartilhavam do entendimento que a prioridade na vida das mulheres deveria ser a domesticidade e não o trabalho assalariado).

A modernidade, por sua vez, era ponto discursivo sempre colocado em contraposição direta com os “costumes feudais” ou “feudalismo”, conceitos diretamente associados pela Ocupação e pela mídia ao regime militar anterior. Contudo, o fato era que o Japão já havia empreendido sua modernização e abandonado estruturas feudais desde a Restauração Meiji. Do lado japonês, descaracterizar os tempos de guerra como um momento pré-moderno era um ato deliberadamente político, para resolver tensões entre os japoneses causadas pela guerra e pela derrota. Era mais simples atribuir ao feudalismo e àqueles a ele associados o direcionamento errôneo que o país havia tomado nas últimas décadas e ao mesmo tempo eximir-se de uma parcela de culpa (HEIN, 2011, p. 590). Do lado americano, caracterizar o Japão como um país tomado por costumes “feudais” servia aos propósitos da “missão civilizatória”, colocando os EUA em um patamar “moderno, avançado e civilizado” em contraposição ao Japão “feudal, retrógrado e não-civilizado”. Essa mesma narrativa ajudava a “vender a ideia”, convencer a população, de que a modernidade democrática americana vitoriosa e próspera era o ideal a ser seguido e adotado.

Igualmente, outro ponto importante é o fato de que a exortação da “modernidade” já era uma constante na mobilização do Estado japonês desde a Era Meiji, o ímpeto para se modernizar e se civilizar fora inclusive uma das narrativas utilizadas para legitimar seus avanços colonialistas. Isso demonstra a flexibilidade dos conceitos centrais do *genderframe*: se outrora a promoção dos ideais de maternidade, domesticidade e modernidade eram utilizados para a mobilização de guerra e fins ultranacionalistas e militaristas, os mesmos conceitos puderam ser aplicados para a reorientação ideológica democrática pretendida, mesmo que por um ator diferente. A continuidade contribuiu para uma maior familiaridade de conceitos e narrativas, não constituindo em uma ruptura drástica ou introdução de conceitos exógenos e desconhecidos. No entanto, a faceta da modernização inserida no *genderframe* foi menos eficiente do que os ideais de maternidade e domesticidade. Isso porque a cisão entre as realidades da vida cotidiana no meio rural e no meio urbano era particularmente notável. Medidas relacionadas à organização familiar e a posição social da mulher obtiveram ressonância comparativamente muito menor nos meios rurais, onde os processos de modernização e americanização do cotidiano ainda não eram uma realidade e, logo, destoantes do *genderframe* promovido.

O advento da política de contenção, por sua vez, afetou diretamente o *genderframe* em mais de um âmbito. Além da inclusão do anticomunismo como elemento ligado à modernização e à democracia, e da amplificação do ideal de domesticidade, também impulsionado pela americanização dos centros urbanos e melhorias das condições econômicas, a reorientação

política do SCAP também significou a priorização total das pautas de contenção comunista, reforma econômica e um retorno do conservadorismo. Isso representou na prática na retomada de posições políticas de indivíduos anteriormente expurgados por sua associação com o regime militar imperial do Japão e na flexibilização dos princípios de desmilitarizar a nação que haviam sido instaurados expressamente pela Constituição. Nesse contexto, as pautas de emancipação feminina perdem espaço na agenda do SCAP – reflexo disso é a total ausência de quaisquer documentos relacionados à temática após 1949, coincidindo com a reorientação de prioridades do curso reverso. A perseguição aos sindicatos, professores e grupos de estudantes considerados esquerdistas, bem como o aumento da censura, que passara a ser enfim percebida por uma maior parte dos japoneses, e as relativizações da desmilitarização geraram pela primeira vez certo impacto negativo na credibilidade da Ocupação aos olhos da população, causando reivindicações e protestos de certas parcelas da população. Mas ainda assim, o temor que o país se envolvesse em uma guerra a exemplo do que ocorria na Coreia era o suficiente para garantir a coesão social como um todo frente à ameaça em comum percebida.

## CONCLUSÃO

Este trabalho visou demonstrar que é inegável que a presença americana alterou a balança de poder no Japão, mas que também contribuíram para isso a experiência de guerra e derrota do Japão, elementos esses responsáveis por retomar ou transformar muitas lutas e tendências que já existiam anteriormente. De fato, a Ocupação não foi um empreendimento unicamente vertical, ou completamente radical: havia uma miríade de elementos de continuidade e de nuances da participação direta japonesa no projeto de construção nacional.

As dinâmicas de gênero e de emancipação feminina, como pudemos observar, estiveram fortemente presentes nas pautas e estratégias do SCAP, de maneira complexa, longe de ser projeto unicamente americano e nem tão radical e súbito como considerado pela literatura tradicional sobre a Ocupação. Retomando e verificando as duas hipóteses inicialmente propostas, constatamos que:

*a) Os esforços de promoção da emancipação feminina no Japão eram entendidos pela Ocupação como parte indissociável do processo de democratização para a incorporação do Japão reformado na esfera capitalista-ocidental;*

A hipótese acima de fato confere. Era recorrente nos registros oficiais e canais de comunicação com a audiência japonesa e internacional a associação da emancipação feminina como pré-requisito para a democratização do país. Motivados por essa constatação, elaboraram estratégias específicas para tais medidas e para o público-alvo. No entanto, é importante ressaltar que a meta principal compreendida pela emancipação feminina era o sufrágio – uma vez atingida essa meta, a democratização feminina já fora considerada praticamente um sucesso. Com base nas evidências observadas, portanto, a promoção dos direitos das mulheres fora um dos elementos centrais dentre os planos para a Ocupação do Japão.

*b) Enquadrar a mulher japonesa como objeto de libertação era importante para a projeção de uma imagem positiva da Ocupação e a expansão dos direitos políticos das mulheres, em particular, serviria para legitimar a narrativa de progresso civilizatório pretendido.*

Segundo demonstrado no trabalho, a segunda hipótese não possui tanto respaldo quanto a primeira. Pode-se constatar que a narrativa de progresso civilizatório de fato utilizava da emancipação feminina como elemento de autopromoção e ao mesmo tempo de valorização dos EUA como nação civilizada, moderna, cujas mulheres são emancipadas, em comparação a um Japão visto como atrasado, feudal, cujas mulheres são oprimidas. No entanto, a projeção da

imagem positiva da Ocupação estava muito mais associada às medidas concretas de auxílio na recuperação do pós-guerra, defesa e governabilidade indireta para a população local. No âmbito externo, a ocupação militar do Japão, derrotado na guerra, era considerada legítima pela comunidade internacional. Havia críticas quanto às ações do SCAP na Ocupação, tanto internamente nos EUA quanto na mídia e governos de outros países aliados, mas as críticas jamais foram fortes, vocais ou numerosas o bastante a ponto de representarem uma ameaça ao *status quo* ou aos interesses americanos na ocupação. A liberação da mulher japonesa fora um dos pontos utilizados na retórica americana na época para sustentar sua intervenção em solo estrangeiro e angariar suporte interno ao deslocamento de recursos materiais para a ocupação do Japão, mas a retórica de emancipação feminina como uma justificativa que por si só já legitimaria os reforços de ocupação dos EUA é algo mais recente, sendo usada, por exemplo, como parte dos esforços para legitimar intervenções no Oriente Médio no fim do século XX e no século XXI (DOWER, 2003) (JABBRA, 2006) (KOIKARI, 2008) (KOLHATKAR, 2002).

Por fim, é necessário ressaltar que embora muitos avanços tenham sido feitos na área legal para a emancipação feminina e o terreno preparado para mais progresso nesse sentido, a onda conservadora que se firmara a partir do “curso reverso” representou a continuidade de tendências conservadoras nessas pautas que são sentidas até nos dias de hoje. A garantia de direitos políticos, ponto de maior orgulho do SCAP, ainda tem sua força pautada sobretudo na questão do sufrágio – a participação da mulher japonesa na política como candidata eleita ainda é um dos menores índices entre os países desenvolvidos. No campo da educação, com a perseguição de professores e estudantes de esquerda, abriu-se um espaço para a onda conservadora reavaliar as políticas de educação recém-instauradas. Com o fim da ocupação, não tardou para elementos nacionalistas abolidos por sua conexão com o militarismo serem retomados, assim como estruturas anteriores de organização do ensino mais autoritárias (JICA, 2004). A educação feminina ainda é menos valorizada que a masculina, ponto diretamente ligado à questão do trabalho e da família: como até hoje a mulher japonesa é socialmente condicionada para abandonar o trabalho assalariado ao se casar ou ter filhos, o investimento em educação é considerado menos importante sem o prospecto de uma carreira. Os antigos ideais de *ryosai kenbo*, Boa Esposa, Sábia Mãe, permanecem vigentes em certo grau mesmo depois de um século de sua criação. Isso significa, portanto, que o *genderframe* criado no período ainda se mantém. Sua ressonância cultural, flexibilidade para se adaptar conforme o discurso e consistência pesam a favor de sua continuidade.

## REFERÊNCIAS

### Autobiografias

GOTO, Yumi. **Those Days in Muramatsu**: One Woman's Memoir of Occupied Japan. NUS Press, 2014.

KENNAN, George F. **Around the Cragged Hill**: A personal and political philosophy. Nova York: W. W. Norton & Company, Inc., 1993.

MACARTHUR, Douglas. **Reminiscences**. Maryland: Naval Institute Press, 1964.

### Livros e capítulos de livros

BARDSLEY, Jan. **Women and Democracy in Cold War Japan**. Bloomsbury Academic, 2015.

BARNHISEL, Greg. **Cold War Modernists**: Art, Literature, and American Cultural Diplomacy. Nova York: Columbia University Press, 2015.

BEASLEY, W. G. **The Rise of Modern Japan**. Tóquio: Charles E. Tuttle Company, 1990.

BERNSTEIN, Gail Lee. Introduction. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Ed.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945**. California: University of California Press, 1991, p. 1-16.

BOISSEAU, Tracey Jean. **White Queen**: May French-Sheldon and the imperial origins of American feminist identity. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

CARVALHO PINTO, Vânia. **Nation-Building, State and the Genderframing of Women's Rights in the United Arab Emirates (1971-2009)**. Ithaca Press, 2012.

DALES, Laura. **Feminist Movements in Contemporary Japan**. Nova York: Routledge, 2009.

DERICHS, Claudia. Shaping the Nation – Ideological Aspects of Nation-building. In: HIPPLER, Jochen. (Ed.). **Nation-building: A Key Concept for Peaceful Conflict Transformation?**. Londres: Pluto Press, 2005, p. 42 – 53.

DOWER, John W. **Embracing Defeat**: Japan in the Wake of World War II. W. W. Norton & Company, 1999.

\_\_\_\_\_. **War Without Mercy**: Race and Power in the Pacific War. Pantheon, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2ª ed. Califórnia: University of California Press, 2014.

FAISON, Elyssa. **Managing Women**: disciplining labor in modern Japan. Berkeley: University of California Press, 2007.

FREINER, Nicole L. **The Social and Gender Politics of Confucian Nationalism: Women and the Japanese Nation-State.** Palgrave Macmillan, 2012.

GORDON, Andrew. **Labor and Imperial Democracy in Prewar Japan.** Berkeley: University of California Press, 1992.

HANE, Mikiso. **Modern Japan: a Historical Survey.** Colorado: Westview Press, 1992.

HAUSER, William B. Women and War: The Japanese Film Image. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Ed.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945.** California: University of California Press, 1991, p. 296-314.

HENDRY, Joy. **Understanding Japanese Society.** Nova York: Routledge, 2003.

HIPPLER, Jochen. Violent Conflicts, Conflict Prevention and Nation-building – Terminology and Political Concepts. In: HIPPLER, Jochen. (Ed.). **Nation-building: A Key Concept for Peaceful Conflict Transformation?.** Londres: Pluto Press, 2005, p. 3-14.

HIRANO, Kyoko. **Mr. Smith Goes to Tokyo: Japanese Cinema Under the American Occupation, 1945-1952.** Smithsonian Inst Press, 1994.

HOWE, Stephen. **Empire: A Very Short Introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

IGARASHI, Yoshikuni. **Bodies of Memory: Narratives of War in Postwar Japanese Culture, 1945-1970.** Nova Jersey: Princeton University Press, 2000.

JANSEN, Marius B. **The Making of Modern Japan.** Cambridge: Harvard University Press, 2002.

JICA (JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY). **The History of Japan's Educational Development.** Tóquio: JICA Report, 2004.

KALEDIN, Eugenia. **Mothers and More: American Women in the 1950s.** Boston: Twayne, 1984.

KAWAI, Kazuo. **Japan's American Interlude.** Chicago: University of Chicago Press, 1979.

KITAMURA, Hiroshi. **Screening Enlightenment: Hollywood and the Cultural Reconstruction of Defeated Japan.** Cornell University Press, 2010.

KLEIN, Christina. **Cold War Orientalism: Asia in the Middlebrow Imagination, 1945-1961.** University of California Press, 2003.

KOIKARI, Mire. **Pedagogy of Democracy: Feminism and the Cold War in the U.S. Occupation of Japan.** Filadélfia: Temple University Press, 2008.

KOYAMA, Takashi. **The changing social position of women in Japan.** Paris: UNESCO, 1961.



KUPYERS, Jim A. Framing analysis from a rhetorical perspective. In: D'ANGELO, P. D.; KUYPERS, J. A. (Eds.), **Doing news framing analysis**. Nova York: Routledge, 2010, p. 286-311.

MACKIE, Vera. **Feminism in Modern Japan**: citizenship, embodiment and sexuality. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAY, Elaine Tyler. **Homeward Bound**: American families in the Cold War era. Nova York: Perseus Book Group, 2008.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather**: race, gender and sexuality in the colonial contest. Nova York: Routledge, 1995.

MCLAREN, Walter Wallace. **A Political History of Japan During the Meiji Era 1867-1912**. Cambridge: Pyrrhus Press, 2014.

MIYAKI, Yoshiko. Doubling Expectations: Motherhood and Women's Factory Work Under State Management in Japan in the 1930s and 1940s. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Ed.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945**. California: University of California Press, 1991, p. 267-295.

MOGHADAM, Valentine M. **Modernizing Women**: Gender and Social Change in the Middle East. Colorado: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1993.

NAGY, Margit. Middle-Class Working Women During the Interwar Years. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Ed.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945**. California: University of California Press, 1991, p. 200-216.

NOLTE, Sharon H.; HASTINGS, Sally Ann. The Meiji State's Policy Toward Women, 1890-1910. In: BERNSTEIN, Gail Lee (Ed.). **Recreating Japanese Women, 1600-1945**. California: University of California Press, 1991, p. 151-174.

OLDENZIEL, Ruth. Exporting the American Cold War Kitchen: Challenging Americanization, Technological Transfer, and Domestication. In: OLDENZIEL, Ruth; ZACHMANN, Karin (Eds.). **Cold War Kitchen**: Americanization, Technology, and European Users. Massachusetts: The MIT Press, 2009, p. 315-339.

PENA, Jessica. Japanese Women's Fight for Equal Rights: Feminism and the US Occupation of Japan, 1945 – 1952. **CUNY Academic Works**, 2016.

PYLE, Kenneth B. **The Making of Modern Japan**. Boston: Cengage Learning, 1995.

SHUKERT, Elfrieda Berthiaume; SCIBETTA, Barbara Smith. **War Brides of World War II**. Penguin Books, 1989.

TAKAMAE, Eiji. **Inside GHQ**: The Allied Occupation of Japan and its Legacy. Londres: Continuum, 2002.

TOYODA, Maho. Protective labor legislation and gender equality – The impact of the occupation on Japanese working women. In: CAPRIO, Mark E.; SUGITA, Yoneyuki (Eds.).

**Democracy in Occupied Japan:** The U.S. occupation and Japanese politics and society. Nova York: Routledge, 2007, p. 67-88.

WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

ZARAKOL, Ayşe. **After Defeat:** How the East Learned to Live with the West. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ZEITLIN, Jonathan; HERRIGEL, Garry (Eds). **Americanization and its Limits:** Reworking U.S. Technology and Management in Post-War Europe and Japan. Oxford: Oxford University Press, 2000.

### Artigos

ADLER-NISSEN, Rebecca. Stigma Management in International Relations: Transgressive Identities, Norms, and Order in International Society. **International Organization**, v. 68, n. 1, p. 143-176, 2014.

ALLEN, Pongsun Choi. Changes in the Status of Japanese Women. **The Ohio Journal of Science**, v. 58, n. 1, p. 39-42, 1958.

ASKEW, Rie Kido. The Cultural Paradox of Modern Japan: Japan and its Three Others. **New Zealand Journal of Asian Studies**, v.6, n.6. Auckland: New Zealand Asian Studies Society, 2004, p. 130-149.

BARDSLEY, Jan. Introduction: Leading Women in Meiji Japan. **U.S.-Japan Women's Journal**, n. 30/31, p. 3-12, 2006.

BEAUCHAMP, Edward R. The Development of Japanese Educational Policy, 1945-85. **History of Education Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 229-324, 1987.

BENFORD, Robert D., SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**. Palo Alto, p. 611-639, 2000.

BROWNLEE, Jason. Can America Nation-Build? **World Politics**, v. 59, n. 2, p. 314-340, 2007.

CAPRIOLI, Mary; DOUGLASS, Kimberly Lynn. Nation Building and Women: The Effect of Intervention on Women's Agency. **Foreign Policy Analysis**, v. 4, p. 45-65, 2008.

CHONG, Dennis; DRUCKMAN, James N. Framing Theory. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 103-126, 2007.

COATES, Jennifer. Socializing the audience: Going to the cinema in post-war Japan. **Journal of Audience & Reception Studies**, v. 14, n. 2, p. 590-607, 2017.

COMPEL, Radomir. The lessons from the post-WW2 occupation of Japan. **Pacific Dynamics Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, n. 1, p. 33-45, 2017.

- DERICHS, Claudia; HEBERER, Thomas. Introduction: Diversity of Nation-Building in East and Southeast Asia. **European Journal of East Asian Studies**, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2006.
- DOWER, John W. A Warning From History: Don't expect democracy in Iraq. **Boston Review**, 2003. Disponível em: <<http://bostonreview.net/archives/BR28.1/dower.html>>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- \_\_\_\_\_. A Rejoinder. **Pacific History Review**, v. 57, n. 2, p. 202-209, 1998.
- EDELSTEIN, David M. Occupational Hazards: Why Military Occupations Succeed or Fail. **International Security**, v. 29, n. 1, p. 49-91, 2004.
- ETZIONI, Amitai. A Self-Restrained Approach to Nation-Building by Foreign Powers. **International Affairs**, v. 80, n.1, p. 1-17, 2004.
- FUETO, Toshio. Japan: Revision of the New Civil Code. **The American Journal of Comparative Law**, v. 6, n. 4, p. 559-565, 1957.
- FUJIMURA-FANSELOW, Kumiko. Women's Participation in Higher Education in Japan. **Comparative Education Review**, v. 29, n. 4, p. 471-489, 1985.
- FUKASE-INDERGAARD, Fumiko; INDERGAARD, Michael. Religious Nationalism and the Making of the Modern Japanese State. **Theory and Society**, v. 37, n. 4, p. 343-374, 2008.
- GEDDES, Margaret. The status of women in post-war Japan: a critical examination of the contribution of the occupation authorities towards raising the status of women in Japan. **Australian Outlook**, v. 31, n. 3, p. 439-452, 1977.
- HEIN, Laura. Revisiting America's Occupation of Japan. **Cold War History**, v. 11, n. 4, p. 579-599, 2011.
- HIGGINS, Tracy E.; FINK, Rachel P. Gender and Nation-Building: Family Law as Legal Architecture. **The Fordham Law Archive of Scholarship and History**, v. 60, n. 2, p. 376-407, 2008.
- HIPPLER, Jochen. Ethnicity, State, and Nation-Building – Experiences, Policies and Conceptualization. **SEF-Symposium 2002 – Nation-Building in the Globalisation Process – A contribution to regional stability and global security?** Bonn: University Club, 2002. Disponível em: <[http://www.jochenhippler.de/html/ethnicity-\\_state-\\_and\\_nation-building.html](http://www.jochenhippler.de/html/ethnicity-_state-_and_nation-building.html)>. Acesso: fev. 2018.
- ISONO, Fujiko. The Family and Women in Japan. **The Sociological Review**, v. 12, n. 1, p. 39-54, 1964.
- JABBRA, Nancy W. Women, Words and War: Explaining 9/11 and Justifying U.S. Military Action in Afghanistan and Iraq. **Journal of International Women's Studies**, v. 8, n. 1, p. 236-255, 2006.
- KAWAI, Kazuo. American Influence on Japanese Thinking. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 278, p. 23 – 31, 1951.

KIGUCHI, Junko. Japanese Women's Rights at the Meiji Era. **37<sup>th</sup> World Congress of the International Institute of Sociology**, v. 25, Estocolmo, 2005.

KIMURA, Masami. How is the Allied Occupation of Japan Taught in American Universities?: History Textbooks and Occupation Scholarship. **Mathesis Universalis**, v. 17, n. 2, p. 21-39, 2016.

KLEMPERER-MARKHAM, Ayala; GOLDSTEIN-GIDONI, Ofra. Social Egalitarian Feminism in Early Postwar Japan: Yamakawa Kikue and the "Democratization of Japan". **U.S.-Japan Women's Journal**, n. 42, p. 3-30, 2012.

KOIKARI, Mire. Rethinking Gender and Power in the US Occupation of Japan, 1945-1952. In: **Gender & History**, v. 11, n.2, p. 313-335, 1999.

KOLHATKAR, Sonali. The Impact of U.S. Intervention on Afghan Women's Rights. **Berkeley Journal of Gender, Law & Justice**, v. 17, n. 1, p. 12-30, 2013.

KOVNER, Sarah. Base Cultures: Sex Workers and Servicemen in Occupied Japan. **The Journal of Asian Studies**, v. 68, n. 3, p. 777-804, 2009.

LAGOTTE, Brian W. Because We Said So: Educational Reform in Occupied Japan. **Sungkyun Journal of East Asian Studies**, v. 6, n. 2, p. 239-256, 2006.

MAEDA, Mariko D. G.I. Joe Meets Geisha Girls: Japan's Postwar Policies of Legalized Prostitution for Occupation Forces. **Hitotsubashi Journal of Law and Politics**, v. 29, p. 41-48, 2001.

MATSUDA, Hiroko. America, modernity, and democratization of everyday life: Japanese women's magazines during the occupation period. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 13, n. 4, p. 518-531, 2012.

MCANDREW, Malia. Beauty, Soft Power, and the Politics of Womanhood During the U.S. Occupation of Japan, 1945 – 1952. **Journal of Women's History**, v. 26, n. 4, p. 83-107, 2014.

MCLELLAND, Mark. "Kissing is a symbol of democracy!" Dating, Democracy, and Romance in Occupied Japan, 1945-1952. **Journal of the History of Sexuality**, v. 19, n. 3, p. 508-535, 2010.

MINTZ, Alex; REDD, Steven B. Framing Effects in International Relations. **Synthese**, v. 135, p. 193-213, 2003.

NARAYAN, Saarang. Women in Meiji Japan: Exploring the Underclass of Japanese Industrialization. **Inquires Journal**, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://inquiresjournal.com/a?id=1369>>. Acesso em: set. 2017.

PAYNE, James L. Does Nation Building Work? **The Independent Review**, v. 10, n. 4, p. 597-608, 2006.

PEI, Minxin; KASPER, Sara. Lessons from the Past: The American Record on Nation Building. **Policy Brief**: Carnegie Endowment for International Peace, n. 24, 2003. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/files/Policybrief24.pdf>>. Acesso: set. 2017.

RAVINA, Mark. State-Building and Political Economy in Early-modern Japan. **The Journal of Asian Studies**, v. 54, n. 4. Association for Asian Studies, p. 997-1022, 1995.

SAALER, Sven. Pan-Asianism in Meiji and Taishô Japan: A Preliminary Framework. **Deutsches Institut für Japanstudien - Working Papers**, v.20. Tóquio: Deutsches Inst. Für Japanstudien, 2002.

SAITO, Rika. Constructing and Gendering Women's Speech: Integrated Language Policy through School Textbooks in Meiji Japan. **U.S. - Japan Women's Journal**, n. 30/31, p. 132-159, 2006.

SANDERS, Holly. *Panpan*: Streetwalking in Occupied Japan. **Pacific Historical Review**, v. 81, n. 3, p. 404-431, 2012.

SCHONBERGER, Howard. A Rejoinder. **Pacific History Review**, v. 57, n. 2, p. 209-218, 1998.

SCOTT, Joan W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. **American Sociological Review**, v. 51, n. 2, p. 273-286, 1986.

TAIRA, Koji. Education and literacy in Meiji Japan: An interpretation. **Explorations in Economic History**, v. 8, n. 4, p. 371-394, 1971.

TAKANO, Yayori. Foreign Influence and the Transformation of Early Modern Japan. **Emory Endeavours Journal**, v.3. Georgia: Emory University, p. 82-93, 2003.

TAKENAKA, Chiharu. Peace, Democracy and Women in Postwar Japan. **Peace & Change**, v.12, n. 3-4, p. 69-78, 1987.

TERAZAWA, Yuki. The State, Midwives, and Reproductive Surveillance in Late Nineteenth- and Early Twentieth-Century Japan. **U.S.-Japan Women's Journal**, v. 24, p. 59-81, 2003.

TOWNS, Ann. The Status of Women as a Standard of 'Civilization'. **European Journal of International Relations**, v. 15, n. 4, p. 681-706, 2009.

TSUCHIYA, Yuka Moriguchi. Democratizing the Japanese Family: The Role of the Civil Information and Education Section in the Allied Occupation 1945-1952. **The Japanese Journal of American Studies**, n. 5, p. 137-162, 1993-94.

TSURUMI, E. Patricia. The State, Education, and Two Generations of Women in Meiji Japan, 1868-1912. **U.S. - Japan Women's Journal – English Supplement**, n. 18, p. 3-26, 2000.

YABUTA, Yukata. Rediscovering Women in Tokugawa Japan. **Occasional papers in Japanese studies**, edição 2000-2002. Cambridge: Harvard University, Edwin O. Reischauer Institute of Japanese Studies, 2000.

YONEYAMA, Lisa. Liberation under Siege: U.S. Military Occupation and Japanese Women's Enfranchisement. In: **American Quarterly**, v. 57, n. 3, p. 885-910, 2005.

YOSHIMI, Shunya; BUIST, David. 'America' as desire and violence: Americanization in postwar Japan and Asia during the Cold War. **Inter-Asia Cultural Studies**, v. 4, n. 3, p. 433-450, 2003.

ZALEWSKI, Marysia. 'Well, what is the feminist perspective on Bosnia?'. **International Affairs**, v. 71, n. 2, p. 339-356, 1995.

## Documentos

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. **Occupation of Japan: Policy and Progress**. Washington D.C: Government Print Office, 1946. Disponível em: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/011325749>>. Acesso em: set. 2018.

GHQ/SCAP. **Answers to Questions from Japanese Women**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, jan. 1947, p. 144-158. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Education for Women**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, fev. 1946 – jan. 1949, p. 159-161. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Emergence of Women**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, mar. 1948, p. 125-128. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 1**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, fev. 1946, p. 89-92. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 2**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, abr. 1946, p. 215-218. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 3**. GHQ/SCAP Records – Women's Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, abr. 1946, p. 210-214. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 4.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, mai. 1946, p. 204-209. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 5.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, out. 1946, p. 199-203. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 6.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, mar. 1947, p. 194-198. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 7.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, dez. 1947, p. 188-193. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Publications Analysis 8.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, mar. 1948, p. 180-187. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Report on Women’s Training Course in Democratic Organizations.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, fev. 1946 – jan. 1949, p. 27-88. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Social Education as it Affects Women.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, fev. 1946 – jan. 1949, p. 2-5. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Tentative Outline for Women’s Training Course in the Policies, Procedures and Activities of Democratic Organizations.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, jan. 1949, p. 20-23. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Women’s Affairs Officers.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, jun. 1948, p. 111-117. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Women’s Training Course – Course Outline.** GHQ/SCAP Records – Women’s Affairs. Tóquio: National Diet Library -National Archives and Records Service, RG 331, n. 000.076, jan. 1949, p. 24-26. Disponível em: <<http://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/10288743>>. Acesso em: ago. 2018.

JAPÃO. **Constituição do Japão.** Promulgada em 3 de novembro de 1946. Disponível em: <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>>. Acesso em: mar. 2018.

SCAP. **Political reorientation of Japan:** September 1945 to September 1948. Washington D.C: U.S. Government Print Office, 1949. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/001149572>>. Acesso em: set. 2018.